

Maurício Moraes Wojciekowski

Utopia/Distopia e Discurso Totalitário:
uma análise comparativo-discursiva entre
Admirável mundo novo, de Huxley, e *A república*, de Platão

Porto Alegre

2009

Maurício Moraes Wojciekowski

Utopia/Distopia e Discurso Totalitário:
uma análise comparativo-discursiva entre
Admirável mundo novo, de Huxley, e *A república*, de Platão

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos de Literatura – como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

Orientadora: Professora Doutora Márcia Ivana de Lima e Silva

Porto Alegre

2009

Maurício Moraes Wojciekowski

Utopia/Distopia e Discurso Totalitário:
uma análise comparativo-discursiva entre
Admirável mundo novo, de Huxley, e *A república*, de Platão

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos de Literatura, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura Comparada.

Aprovado em 28 de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ana Maria Lisboa Melo – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul

Dra. Patrícia Lessa Flores da Cunha – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Solange Mittmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha esposa e amigona Andréa Lisboa Ilha, que tem sido sempre minha pequena enorme companheira há quase seis anos! Longa vida ao nosso amor!

Aos meus pais e à mãe da Déia, por estarem sempre apoiando as loucuras e esquisitices desse casal.

Dedico, ainda, a todos os que se interessam pela interface entre AD e Literatura, duas das minhas grandes paixões.

Agradecimentos

À minha esposa muito amada Andréa que, além de me apoiar em tudo o que faço, além de ser uma esposa amorosa, ainda é uma grande amiga (a melhor que alguém poderia ter) e que foi quem fez a revisão e a formatação desse trabalho (em tempo recorde e com olho sempre clínico).

Aos meus pais por terem me ajudado em tudo durante toda a minha formação escolar e acadêmica.

À minha orientadora, Professora Doutora Márcia Ivana de Lima e Silva, que muito me apoiou na construção desta dissertação e que sempre confiou muito na minha capacidade acadêmica.

Ao meu amigo José Francisco Botelho (Chico), que fez o abstract deste trabalho em tempo recorde, e foi sempre um interlocutor atento e interessado.

À professora Dra. Freda Indursky, que foi uma grande e inesquecível mestra para mim e que me apresentou à Análise do Discurso.

A todos os professores e professoras do PPG em Literatura Comparada, em especial às Professoras Doutoras Sara Viola e Patrícia Lessa Flores da Cunha, cuja cadeira, “Literatura Comparada e Tradução” foi vital para a confecção desta dissertação.

Aos membros da banca, as Professoras Doutoras Solange Mittman (a quem agradeço duplamente por, pela segunda vez, participar da banca examinadora de um trabalho meu), Patrícia Lessa Flores da Cunha e Ana Mello, por aceitarem de muito bom grado o trabalho de ler e analisar esta dissertação.

Ao CNPq pelos dois anos de bolsa que me proporcionaram pesquisar e construir este trabalho.

As utopias parecem ser bem mais realizáveis do que se poderia acreditar antigamente.
E nós nos encontramos atualmente diante de uma questão angustiante de maneira bastante diversa: como evitar a sua realização definitiva?...
As utopias são realizáveis. A vida caminha em direção às utopias.
E começa um novo século, talvez um século em que os intelectuais e a classe cultivada sonharão com os meios de evitar as utopias e retornar a uma sociedade não-utópica, menos “perfeita” e mais livre.

(Nicolas Berdiaeff, início do séc. XX)

Resumo

Esta Dissertação de Mestrado examina o tema Utopias/Distopias e o discurso totalitário em duas obras de caráter e gênero distintos: A República, de Platão (Filosofia), e Admirável Mundo Novo, de Aldous Huxley (Literatura). Tendo como objetivo principal a comparação de elementos narrativos, temáticos e ideológicos encontrados nessas duas obras, utiliza como metodologia a análise embasada em referenciais da Literatura Comparada e da Teoria da Literatura (Narratologia e a Tematologia), da Análise do Discurso Francesa, dos estudos da obra de Platão e de estudos sociológicos. Esta análise segue a sequência de apresentação dos pressupostos teóricos, análise das obras de Platão e de Huxley (em seus aspectos internos e externos), para, finalmente, apresentar um quadro comparativo com os discursos totalitários retirados dessas obras – discursos esses que são analisados em pormenores. Por fim, esta Dissertação culmina com a compreensão de que o tema utopia/distopia, e os discursos acerca dele, não se restringe somente à literatura ficcional, mas pode ser encontrado em estudos filosóficos e políticos, e no nosso dia a dia.

Palavras-chave: Distopia. Utopia. Adous Huxley. Platão. Platonismo. Sócrates. Análise do Discurso. Tematologia. Narratologia. A República. Admirável Mundo Novo. Totalitarismo. Sociologia. Metáfora do Jardim.

Abstract

This thesis examines the theme of Utopia/Dystopia and the totalitarian discourse in two works of different nature and genre: Plato's Republic (a work of Philosophy) and Brave New World (a work of Literature) by Aldous Huxley. The thesis' main objective is to compare narrative, thematic and ideological elements. In order to perform this analysis, the author will make use of methodologies taken from Comparative Literature, Literary Theory (Narratology and Thematology), the French school of Discourse Analysis, studies on Plato's works and sociological studies. After presenting and explaining those theoretical references, the author shall perform an analysis of Plato's and Huxley's works, considering their internal and external aspects; afterwards, a final analysis shall be performed, comparing the totalitarian discourses contained within those works. After examining minutely those discourses, the thesis concludes by stating that the theme of Utopia/Dystopia is not restricted to fictional literature; it can be found, also, within the frame of philosophical and political studies, and in our day-to-day lives.

Keywords: Dystopia. Utopia. Aldous Huxley. Plato. Platonism. Socrates. Discourse Analysis. Thematology. Narratology. Plato's Republic. Brave New World. Totalitarianism. Sociology. The Garden Metaphor.

Lista de Ilustrações

Quadro 1: Seleções discursivas AMN e os assuntos de que tratam.....	88
Quadro 2: Seleções discursivas de A república e os assuntos de que tratam.....	112
Quadro 3: Comparação entre as SD de AMN e AR.....	118

Lista de abreviaturas

AD – Análise do discurso

AIE – Aparelhos ideológicos do Estado

AMN – Admirável Mundo Novo

AR – A República

ARE – Aparelhos repressivos do Estado

FD – Formação discursiva

FI – Formação ideológica

SD – Seleção discursiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	17
2.1 Mito etnorreligioso, mito literário e tema literário.....	17
2.2 Utopia e Distopia.....	24
2.3 Análise do Discurso (AD).....	29
2.3.1 Texto.....	32
2.3.2 Sujeito.....	34
2.3.3 Autor.....	36
2.3.4 Leitura e Leitor.....	38
2.3.5 Sentido.....	40
2.3.6 Formação Ideológica.....	41
2.3.7 Formação Discursiva.....	42
2.3.8 Interdiscurso	43
2.3.9 Interpretação	45
2.3.10 Silêncio e silenciamento.....	46
2.3.11 Memória Discursiva.....	47
2.3.12 Paráfrase e Polissemia.....	48
2.4 Narratologia.....	49
3 ADMIRÁVEL MUNDO NOVO.....	63
3.1 Autor e momento histórico de produção da obra.....	63
3.1.1 Olhando deste momento histórico para os anteriores.....	69
3.2 <i>Admirável Mundo Novo</i> : temas.....	71
3.3 <i>Admirável mundo novo</i> : a estrutura da obra.....	72
3.4 Apresentando os discursos de AMN.....	83
4 A REPÚBLICA: PLATÃO.....	89
4.1 Platão: Biografia e momentos sócio-histórico e ideológico da vida do filósofo.....	89
4.2 Platão – A Obra.....	95
4.3 A república	97
4.3.1 Estrutura de A república de Platão.....	98
4.3.2 A cidade perfeita.....	102
5 COMPARANDO AS SELEÇÕES DISCURSIVAS.....	113
5.2 Comparando as duas obras.....	115
REFERÊNCIAS.....	120

1 INTRODUÇÃO

A escolha pelas obras a serem analisadas neste trabalho foi um ato de “há muito tempo”. A escolha da obra *A república* (AR) de Platão foi resultado da pesquisa sobre utopias/distopias que iniciei, meio por curiosidade, em 2002, quando comecei a fazer parte da Oficina de Escritores (OE) – um grupo virtual que reúne escritores amadores e profissionais de todo o Brasil, e que trabalha somente com contos dos gêneros fantásticos: Fantasia, Realismo Mágico, Terror/Horror, Mistério/Policial e Ficção Científica (FC).

Nesse grupo, tínhamos um projeto chamado cOImEia, que consistia em apresentar textos e trabalhos sobre os gêneros da oficina. Como apresentei sobre os gêneros Terror/Horror e FC, descobri um subgênero desta chamado “Utopia/Distopia” que, por um acaso, foi o que mais me agradou. De 2002 para cá, além de ler muito para o curso de Letras, também li muito dos gêneros da OE, em especial a FC, que era o que eu menos tinha lido até então. O tema das “Utopias/Distopias” me fez entrar em contato com obras diversas e não somente literárias, como *Admirável mundo novo* (literatura e cinema), *1984* (idem), *V de vingança* (HQ e cinema), *Akira* (HQ e cinema), *Matrix* (cinema), *Equilibrium* (cinema), *Zardoz* (cinema), *O planeta dos macacos* (literatura e cinema), *Blade Runner* (literatura e cinema), entre muitas outras.

Em 2005/02, entrei em contato com a “Análise do Discurso Francesa” (AD) sob o viés de Eni Orlandi (que se baseou nos trabalhos de um grupo de intelectuais liderados por Michel Pêcheux), em uma cadeira de “Teoria e Prática de Leitura”, ministrada pela Professora Dra. Freda Indursky. No semestre seguinte, conversei com essa mesma professora para que ela me orientasse em meu TCC, pois tinha como intuito utilizar a AD para analisar um texto literário. A professora aceitou, então comecei a pesquisar tudo o que pude sobre a AD. Como obra literária a ser analisada, usei *O arquipélago* (terceira parte da monumental obra *O tempo e o vento* do autor gaúcho Erico Veríssimo). O resultado dessa parceria com a Professora Freda foi o meu TCC, defendido em dezembro de 2006, com o título *As representações de Getúlio Vargas em "O arquipélago", de Érico Veríssimo: uma análise sob a luz da análise do discurso*.

Depois da defesa do TCC, falei com a Professora Freda para me orientar no Mestrado, apresentando a minha ideia de trabalhar com distopias/utopias. Ela, então, me disse que eu deveria fazer o trabalho que tinha em mente na área de Literatura Comparada. Como a ideia partiu da minha ex-orientadora, resolvi fazer, no final de 2006, a seleção para o Mestrado em Literatura Comparada. Como a Professora Marcia Ivana tinha feito parte da banca de avaliação do meu TCC e, como ela se ofereceu para me orientar caso eu fosse para a área de Literatura Comparada, como de fato eu fui, pedi a ela que fizesse a minha orientação na minha pesquisa sobre utopias/distopias, já com a pretensão de trabalhar com a AD e a Literatura novamente (dessa vez também utilizando teorias literárias, como a “Tematologia” e a “Narratologia”).

Essa pesquisa foi, então, iniciada com a releitura de três obras com as quais gostaria de trabalhar nesta dissertação: *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley; *1984*, de George Orwell; *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury. Depois dessas releituras, parti para leituras de outras, como *O tacão de ferro*, de Jack London e *A muralha verde* ou *Nós*, de E. Zamiatin, anteriores às três primeiras. Essas leituras e releituras naturalmente me conduziram a rever uma obra anterior a todas elas: *A Máquina do Tempo*, de H. G. Wells. Inevitavelmente, esse trajeto despertou a curiosidade que me fez buscar obras ainda mais antigas. Assim, depois de ler *A utopia*, de Thomas Morus e *A cidade do sol*, de Thomaso de Campanella, acabei por descobrir, pelos prefácios das obras, a ligação direta entre elas e *A república*, de Platão. Já na primeira leitura de *A república*, vi que certamente estava diante do que, em AD, pode ser chamado de um “texto fundador” e, na teoria literária, de hipotexto (Genette).

Apesar de Platão jamais ter apresentado sua obra como sendo uma utopia – pois o termo só surgiu muitos séculos depois, com Thomas Morus –, vi que o texto platônico possuía todas as características de uma obra utópica. Nele, havia um ideal de um mundo perfeito – na verdade, de uma Cidade-Estado, uma *polis* perfeita. Além disso, a descrição dessa *polis* era tão viva e tão minuciosa que essa obra me pareceu uma escolha natural como uma das que comporiam este trabalho. Toda a genialidade de Platão, sua qualidade literária e seu pensamento filosófico sobre a *arete*¹ grega estão contidos ali. Platão deixa claro qual é o seu ideal de mundo perfeito, sem sombra de dúvida um mundo bastante distante daquele em que se

1 Arete é a formação do homem grego com base na honra dos heróis da *Ilíada* de Homero.

encontrava e que considerava decadente: a Atenas dos sofistas, da democracia governada por demagogos, da mídia (teatro e poesia) voltada para a mera diversão, do uso da justiça com propósitos mesquinhos, do descalabro intelectual e moral, das guerras entre as cidades-estado gregas. Em suma, Platão, filósofo e poeta, vivia em um mundo que pouco o agradava.

Não bastava, porém, deter-me na leitura dessa grande obra; era preciso ler mais para que conhecesse melhor o autor. Do próprio Platão, portanto, li também os diálogos: *As Leis*, *Epinomis*, *O Timeu*, *O banquete*, *Fedro*, *Górgias*, *Fédon* e *A apologia*. Primeiramente, não me preocupei com quando cada um desses diálogos havia sido escrito e publicado, pois pretendia somente ler um pouco mais da obra do filósofo. Foi só depois de ler *As Leis*, que possui um riquíssimo prefácio, e de sentir a necessidade de buscar um melhor conhecimento histórico sobre o autor e seu tempo é que fui em busca de obras mais históricas. Nessa busca, deparei-me com dois livros que se tornaram importantes para a construção deste trabalho: *Paideia*, de Werner Jaeger, e *O julgamento de Sócrates*, de Ian F. Stone.

Paideia é uma impressionante obra de erudição sobre a formação do homem grego, repleta de estudos históricos detalhados sobre o assunto. Sobre o platonismo, *Paideia* dialoga com as obras de outros grandes platonistas, tais como o filósofo, teólogo e pedagogo alemão Friederich Schleiermacher.

O julgamento de Sócrates é uma obra igualmente interessante e muita rica, construída através da pesquisa/investigação de Stone sobre o porquê de Sócrates ter sido executado em uma cidade democrática como Atenas. Para construir essa obra, o autor aprendeu o grego do século V a.C. e leu tudo sobre Sócrates. Leu não só toda a obra de Platão, como também a de Xenofonte e a de Aristófanes, para tentar compreender esse episódio dramático da história de Atenas. Além dessas obras de caráter mais literário, Stone se embasou também em dicionários de grego e, ainda, em textos históricos sobre a Grécia Antiga.

Um fato bastante interessante, que tem tudo a ver com as ideias da análise do discurso francesa de Pêcheux, é o fato de que em Jaeger encontramos vários discursos a favor tanto de Sócrates quanto de Platão, o que é o mais comum quando se pensa nessas duas importantes figuras históricas; entretanto, na obra de Stone o que vemos é uma inversão dessa imagem. Nele, tanto Sócrates quanto Platão são vistos como inimigos da democracia ateniense. Ao analisar o julgamento

de Sócrates, o autor coloca que Sócrates poderia ter sido absolvido simplesmente se “houvesse utilizado uma estratégia de defesa baseada no conceito de liberdade de expressão”. Em contrapartida, ele mesmo diz que o “Sócrates histórico” não faria isso porque “talvez julgasse indigno invocar um princípio que ele tratara com desdém tantas vezes”. Além disso, diz que o fato de Sócrates e os outros personagens de Platão jamais terem feito “o comentário óbvio de que Atenas traiu seus próprios princípios ao condenar Sócrates” foi devido a que “Talvez Platão detestasse a democracia de tal modo que se recusava a rebaixar-se ao ponto de levar a sério os princípios democráticos” (Stone, 2005, p. 272). Ainda, sobre *A apologia*, famosa obra de Platão que contém a defesa de Sócrates, Stone diz que:

Se, por um momento, considerarmos Platão como dramaturgo e Sócrates como herói trágico, percebemos que seria uma incoerência escrever uma cena em que Sócrates invocasse a liberdade de expressão e Atenas honrasse suas tradições libertando-o. O Sócrates histórico, como o platônico, teria se recusado a invocar um princípio no qual não acreditava; para ele, a liberdade de expressão era privilégio de uns poucos esclarecidos e não da maioria ignorante. Ele não iria querer que a democracia por ele rejeitada obtivesse uma vitória moral libertando-o da prisão. (Stone, 2005, p. 273)

Também Stone chama a atenção para a genialidade literária de Platão, que foi capaz de criar o mito de Sócrates, quando diz que:

O martírio de Sócrates e o gênio de Platão transformaram Sócrates num santo profano, o homem superior que enfrenta a turba ignara com serenidade e senso de humor. Foi esse o triunfo de Sócrates, e a obra prima de Platão. Sócrates precisou da cicuta, tal como Jesus da cruz, para cumprir sua missão. (Stone, 2005, p. 273).

A escolha da obra *A república*, de Platão, tornou-se, para mim, a mais acertada. Restava, dessa forma, a escolha de qual das obras do século XX trabalhar em contrataste/comparação com a do filósofo ateniense.

Depois de leituras e releituras, decidi pela obra *Admirável mundo novo* (AMN) do autor britânico Aldous Huxley. Apesar de achar igualmente interessantes todas as obras já mencionadas, considereei a de Huxley a mais representativa, principalmente porque conheço muito dos escritos teóricos desse autor, e percebi o quanto

demonstrou ser um humanista que, mesmo frente a um mundo pouco justo, sempre acreditou no homem e na redenção da humanidade através do conhecimento e do autoconhecimento. Huxley tem um pensamento bastante libertário e de crença no ser humano, algo que não existe em Platão que, segundo o já citado Stone, era alguém que não acreditava de forma alguma na capacidade do ser humano de se autogovernar. Dessa forma, a escolha de AMN em contraste/comparação com *A república* me pareceu um trabalho muito intelectualmente instigante.

Rer AMN foi bastante prazeroso, pois é uma obra muito bem escrita cuja tradução que li parece muito bem feita. As várias leituras que fiz da obra me fizeram reparar em detalhes cada vez mais interessantes. Os nomes das personagens, aos quais não atentei em uma primeira leitura, acabaram se tornando muito importantes nas leituras seguintes (a questão dos nomes será tratada no capítulo destinado a AMN). Também os discursos sobre esse mundo novo, o caráter totalitário desse universo ficcional (escrito de modo satírico por Huxley) aproximavam a obra da de Platão. Mustafá Mond, por exemplo, um dos líderes desse mundo futurista, bem poderia ser um dos “reis-filósofos” que Platão descreve em sua república.

Depois das várias releituras de ambas as obras, e de muitas pesquisas sobre os temas utopia/distopia e também tematologia, narratologia e ideologia, resolvi iniciar minha Dissertação (em meados de dezembro de 2007). Essa escrita foi tomando forma, na medida em que me via diante de novos conhecimentos e de novos modos de ver os antigos conhecimentos. Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, busco apresentar os pressupostos teóricos que utilizo como base para minha pesquisa. Esses pressupostos estão divididos em três grandes assuntos:

1. Tematologia: Apresento uma breve discussão sobre os mitos etno-religiosos, os mitos e temas literários. Também discuto sobre o que vêm a ser os termos distopia e utopia (principalmente as ideias de Mannhein), além de apresentar alguns importantes conceitos de Althusser.
2. Análise do Discurso (AD): Aqui, apresento e discuto alguns conceitos da AD que utilizo: texto, sujeito, autor, leitura e leitor, sentido, Formação Ideológica (FI), Formação Discursiva (FD), interdiscurso, interpretação, silêncio e silenciamento, memória discursiva, paráfrase e polissemia.
3. Narratologia: Nessa parte, discuto alguns conceitos da narratologia, tais como enredo, personagens, espaço, tempo, e narrador, relacionando-os às obras de base

da dissertação.

O segundo momento, o capítulo 3, traz a análise do romance AMN de Huxley. Para tanto, observo elementos-chave para a compreensão dessa obra, quais sejam: 1. Autor e momento histórico de produção da obra; 2. Os temas; 3. A estrutura interna da obra; 4. Apresentação dos discursos de AMN, quando apresento as seleções discursivas (SD) retiradas da obra AMN.

O capítulo seguinte é inteiramente dedicado a Platão. Também, como no capítulo anterior, esse se apresenta dividido em alguns subcapítulos, nos quais apresento a biografia e o momento sócio-histórico e ideológico da vida do filósofo, não deixando de falar, evidentemente, de algumas questões relativas à vida de Sócrates, mestre de Platão e principal personagem de seus diálogos. Em seguida, faço um apanhado geral sobre as obras de Platão e a dificuldade de catalogá-las (principalmente a organização temporal de suas produções). Na terceira parte desse capítulo, finalmente apresento a obra *A república*, falando não só de sua importância, mas, também, apresentando elementos de sua estrutura. Também neste capítulo apresento as SD mais representativas sobre vários assuntos abordados no livro.

Finalizando esta dissertação, o quarto capítulo é de apresentação de um quadro que contém quase todas as SD apresentadas nos dois capítulos anteriores. É um quadro “didático”, em que procuro deixar bem claras as SD, separando-as por assuntos, tais como: condicionamento social, divisão do trabalho, educação para a vida social, ordem social imutável, diferenças entre as castas/privilégios de classe, censura e busca da estabilidade social. Esse quadro não apenas é comparativo, mas trata-se de um fechamento da pesquisa, por trazer análises e paráfrases importantes para o entendimento das SD e de sua importância para o entendimento das FI apresentadas nas obras escolhidas, e também por ser o encaminhamento para um encerramento deste meu texto, mesmo que seja um encerramento apenas temporário.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para a construção desta Dissertação de Mestrado, é necessário estabelecer quais os conceitos com que procuro analisar/discutir cada obra/autor, limitando, ainda, as possibilidades incontáveis de teorias possíveis.

2.1 MITO ETNORRELIGIOSO, MITO LITERÁRIO E TEMA LITERÁRIO

Ulisses

*O mito é o nada que é tudo
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo –
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo*

(Fernando Pessoa)

1. 1No princípio criou Deus os céus e a terra. 2 E a terra era sem forma e vazia, e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. 3 E disse Deus: Haja luz. E houve luz. (...) 2.1 Assim os céus, e a terra e todo o seu exército foram acabados 2 E havendo Deus acabado no dia sétimo a sua obra, que tinha feito, descansou de toda a sua obra, que Deus criara e fizera. (...) (Gênesis – Bíblia Sagrada)

O que é o mito e como ele se relaciona à Literatura? Essa é uma pergunta bastante pertinente quando nos deparamos com a ideia de estudar os temas literários, esses ligados à ideia de mito, como veremos nesse capítulo. O estudo do mito sempre foi muito importante para o entendimento dos povos e do próprio pensamento das civilizações, e também a civilização moderna está baseada nos mitos. Não é à toa que Lévi Strauss, o grande antropólogo francês, dedicou boa parte de seu trabalho e de sua vida a estudar os mitos de vários povos e a tentar encontrar um ponto em comum entre eles – o que fez com que fosse considerado

um dos pais da teoria hoje conhecida como “Estruturalismo”.

Para Lévi Strauss, havia algo de universal nos mitos, algo que os tornava estruturalmente muito parecidos, o que era um índice de que a sua teoria sobre o pensamento humano possuir uma estrutura básica e comum poderia ser verdadeira. Partindo das ideias desse teórico, outros estudiosos tentaram compreender os mitos como textos fundadores da própria civilização moderna. Se pensarmos em sociedade moderna, uma das grandes narrativas míticas, agora bastante questionada, é a Bíblia que, como todo texto mítico, inicia com a narrativa da criação do mundo e das coisas do mundo. Nela, somos apresentados a uma entidade chamada simplesmente de Deus, um único, e não parte de um panteão, um ser que tudo criou, que bem poderia chamar-se Demiurgo (entidade que, segundo Platão, criou todo o universo, inclusive os outros deuses como Zeus, Hera, Perséfone etc). Esse ser cria o universo de um modo bastante mágico, e de uma forma bastante rápida, e num tempo e espaço bastante distantes. Apesar de essa narrativa ser considerada por alguns como uma mentira (pelos ateus, principalmente), para outros, a narrativa contida na Bíblia é a mais pura verdade. Essas características, portanto, fazem com que esse livro e suas histórias sirvam muito bem como exemplos do que é um mito e de suas principais características: ocorre em um tempo e espaço distantes, muito além da racionalidade (não se pode calcular quando Deus fez o que fez); é uma narrativa que explica a criação ou a fundação de alguma coisa (nesse caso, do mundo todo e da humanidade); não deixa documentos que o comprovem (por isso, é muito mais um caso de fé do que de lógica). Em suma, o mito conta, nas palavras de Mircea Eliade:

uma historia sagrada; relata un acontecimiento que tuvo lugar en el tiempo primordial, el tiempo fabuloso de los orígenes [...] Es, pues, siempre la narración de una “creación”: se narra cómo algo fue producido, cómo empezó a ser. [...] Los mitos cuentan no sólo el origen del mundo, de los animales, de la plantas y del hombre, sino también de todos aquellos sucesos primordiales por los que el hombre há llegado a ser lo que es hoy, es decir mortal, sexuado, organizado en sociedad. (ELIADE, 1966 apud TROCCHI, 2002, p. 145)

Como se pode ver, o mito tem muito em comum com a Literatura. A principal característica que os dois mantêm em comum é o fato de serem narrativas, porém pode-se dizer que o mito é uma narrativa entendida como real (por uma determinada

comunidade, digamos a comunidade judaico-cristã em relação à Bíblica), enquanto que a Literatura está baseada em narrativas ficcionais ou ficcionalizadas (que, como já demonstrou Umberto Eco em *O super-homem de massa*, podem ser vistas como verdade por muitos leitores).

Mas quando é que o mito torna-se Literatura? Pode-se ver na epígrafe de Fernando Pessoa um exemplo de mito tornado Literatura. O poema em questão chama-se “Ulisses” e faz parte de sua obra mais mítica: *Mensagem*. Nessa obra, o poeta narra a origem de Portugal (a origem mítica e histórico-mítica) e busca como seu fundador a figura mítico-religiosa de Ulisses, personagem principal de *A Odisseia*, e um dos personagens principais de *A Ilíada* – duas narrativas consideradas como verdades, duas narrativas míticas dos gregos da Antiguidade (o profundo valor e a temeridade que os gregos dão a essas narrativas podem ser vistos em toda a obra de Platão, e esse é um dos assuntos desta dissertação).

O mito torna-se literatura quando, segundo Trousson (apud TROCCHI, 2002, p. 146): “desaparece el sustrato religioso que lo ha producido, el mito simbólico se convierte em um tema del que se apodera la literatura”. E é dessa forma, quando o que era sagrado torna-se profano, que o mito etno-religioso torna-se mito literário. Isso também acontece quando o que era religião, como no caso das religiões dos gregos, acaba por ser encarada pelos povos judaico-cristãos como um mito, uma narrativa, embora um mito “não real” (“real” seria o mito contido na Bíblia, para os cristãos), um mito muito mais literário do que etno-religioso de fato. Do ponto de vista da modernidade, a obra do poeta grego Homero é mito literário e não mais mito etno-religioso. Também o mito depende do ponto de vista de quem o analisa, algo muito parecido com que diz Mario de Andrade em relação ao que é conto. Para Andrade, conto é “tudo aquilo que o autor disser que é conto”, mas, no caso do mito, o autor do mito não diz nada (até porque muitos desses autores nem são conhecidos, o que dá uma outra característica do mito: ele é, em geral, anônimo), ou seja, quem diz o que é mito são alguns daqueles que o leem.

O mito literário tem, então, como “matéria-prima”, o mito etno-religioso, e, tirando o valor de verdade que a religião dá ao mito, o mito literário é aquele elemento que se torna recorrente dentro da literatura, seja uma personagem, seja um lugar. Algumas personagens possuem características tão fortes que se tornam mitos literários – e Ulisses é um exemplo, ele é o herói mítico que usa “a cabeça” (a

esperteza, a sagacidade) para vencer os seus obstáculos, e sempre que um personagem tem essa característica, logo ele remete a Ulisses. Outros exemplos muito conhecidos de personagens míticas na literatura são o Fausto, de Goethe (aquele que vende sua alma em troca de poder), o Dom Juan, de Molière (aquele que conquista todas as mulheres), Dr. Jacky/Mr. Hyde (a personagem mítica de Stevenson, que tem como característica forte a dupla personalidade, ou seja, personagem ligada ao mito do duplo).

De acordo com Andre Dabezies (apud TROCCHI, 2002, p. 149), a literatura também não só se apropria dos mitos etno-religiosos, como também funda seus próprios mitos, o que vem ao encontro do que já foi exposto aqui. Além disso, conforme Sellier (apud TROCCHI, 2002, p. 150) há os mitos político-heróicos como César, Alexandre, Napoleão e Joana D'Arc, tornados assim pela prática literária que se utiliza dessas figuras históricas como personagens ficcionais, sobretudo em narrativas conhecidas como "Romances Históricos". A Literatura, pode-se concluir, torna o mito histórico e o mito etno-religioso em mito literário, ou, melhor dizendo, em *tema literário*. Dessa forma, é possível compreender que os mitos e os temas literários, como diz Claude de Grèves (apud TROCCHI, 2002, p. 155),

non son meros materiales extrínsecos de la invención literaria, sino partes intergrantes de textos literarios, estructurados e contruidos según códigos específicos, y además están constitutivamente vinculados, por su misma naturaleza, a la realidad extratextual y a contextos variables según las épocas y las realidades lingüísticas y culturales.

Em suma, os temas e mitos literários são partes integrantes da Literatura, e a importância de estudá-los é imensa, uma vez que através desse estudo é possível compreender muito da própria natureza dos textos literários, suas relações com o mundo, com outros textos, com a história da Literatura, com a história das ideias, com as ideologias do mundo, etc., como bem coloca Anna Trocchi (p. 155):

Su compleja naturaleza (dos mitos e temas literários) los configura como llaves de acceso a una red muy tupida y articulada de relaciones: con la historia literaria, la historia de las ideas, de la mentalidad y de la sensibilidad, con las formas y las instancias de las poéticas de una época, con las formas históricas del imaginario cultural, con el trabajo individual de escritura y con los manantiales de la imaginación creativa. Es por esto por lo que ele estudio de los mitos – y, como veremos, también de los temas

literarios – se coloca en una posición crucial, en el cruce de caminos de distintas ciencias humanas.

O tema literário é, para Pierre Brunel (apud TROCCHI, 2002, p. 156), um depósito semântico de temas de preocupação ou de interesse geral para o homem, o que nos parece um modo de dizer que o tema literário está ligado com as preocupações da vida dos seres humanos em sociedade. Além disso, o estudo dos temas literários é de grande importância para se compreender as relações dos textos literários entre si e entre textos literários e a realidade, pois, como coloca Trocchi (2002, p. 156), o tema deve ser entendido como um

medium de comunicación crucial entre la realidad y los textos literarios y como un elemento de enlace entre textos diferentes.

Ao que parece, afirmar que o tema é elemento crucial de intertextualidade e transtextualidade é uma conclusão bastante lógica.

O tema literário pode ser indicado através de algumas categorias como os “universais temáticos” de “longa duração” e os “temas e imagens de época” (TROCCHI, 2002, p. 156). Os primeiros seriam os temas que permanecem na Literatura e que sempre são utilizados pelo gênio individual do autor; tais temas são mais fortes e mais gerais, como a morte, o medo, o amor etc. Já os temas e imagens de época podem ser exemplificados como “a figura da amada morta na poesia romântica brasileira do século XIX” ou “o ‘retirante’ na Literatura Realista brasileira dos anos 30 do século XX”, ou ainda “a figura do sertanejo em Guimarães Rosa”, ou seja, essa categoria se aplica àquilo que é bem menos universal e mais “local”, ou, em outras palavras, mais preso a uma época ou à temática de um determinado autor. Em suma: “universal temático” é mais geral e os “temas e imagens de época” são mais específicos. Essa classificação nos parece ligada à abrangência de uma pesquisa temática: caso se utilizem muitos textos e temas mais abrangentes, temos uma pesquisa mais “universal”; já no caso de uma pesquisa mais restrita, teríamos um trabalho mais próximo aos “temas e imagens de época”.

O estudo “tematológico” é bastante amplo, conforme assevera Trocchi (2002, p. 157): abrange o estudo dos tipos mitológicos, legendários e históricos

(mitocrítica), o estudo dos tipos sociais, profissionais e morais (o guerreiro, o criminoso, o viajante), o estudo dos motivos recorrentes na Literatura e no folclore (o anel mágico, a terra devastada), os lugares comuns de certos períodos literários (a invocação às musas, o *locus amoenus*), os episódios e as cenas recorrentes em certos gêneros (descida aos infernos na épica), os espaços e cenários recorrentes na literatura (a cidade moderna, a ilha fantástica, a floresta encantada), a representação literária dos elementos naturais (o mar, o monte, a floresta), as situações humanas recorrentes (o triângulo amoroso, a traição, o filho bastardo), os problemas fundamentais da conduta humana (o poder do destino, o amor), as ideias, os sentimentos, os conceitos (a vontade, a razão, a liberdade, a circularidade).

A confusão, como é de se esperar em uma área tão rica e frutífera como o estudo dos temas literários, entre vários conceitos de tema, segundo a própria Trocchi (2002, p. 158), torna necessária a utilização de um outro conceito-chave: o *motivo*. O motivo foi um conceito criado pelo formalista russo Boris Tomasevskij para deixar mais claro o que é tema e o que é que faz parte do tema, ou seja, enquanto o tema é uma categoria mais ampla, o motivo é uma categoria mais específica, restrita e subordinada ao tema. É possível colocar que dentro de um tema como o do “vampiro” haverá motivos subordinados a ele como o gosto/necessidade pelo sangue, a metamorfose (em morcego, lobo e névoa), o castelo mal-assombrado, a não imagem do vampiro no espelho, o medo dos símbolos religiosos, o horror ao alho etc. Também um mesmo motivo pode aparecer em vários temas diferentes, e um bom exemplo disso seria o motivo do “deslocamento de casa”, tão comum nas fábulas medievais – que, em geral, iniciam com o protagonista se afastando de sua terra natal.

Outro conceito importante relativo ao tema e aos motivos é o *topos* ou *topoi* que, segundo Todorov, surge da co-presença dos mesmos motivos que formam uma configuração estável, bastante recorrente na Literatura, a ponto de criar um estereótipo textual. Um exemplo de um topoi está na configuração formal das narrativas populares medievais, bastante estudadas por Vladimir Propp (*Morfologia do conto maravilhoso*) e Ítalo Calvino (*As fábulas italianas*). O exemplo dado anteriormente sobre o tema do vampiro é também um modo de se explicar um topoi. Poderíamos completar esse topoi com outros motivos, como um valente caçador de vampiros, uma mocinha seduzida pelo vampiro e o embate entre o bem (o caçador)

e o mal (o vampiro), gerando boa parte das histórias sobre vampiros, já bastante estereotipadas pela Literatura e pelo Cinema.

Além desses conceitos mais formalistas relativos ao estudo dos temas, tais como as análises de Propp e Todorov, também a análise da ligação do tema literário à realidade sócio-histórica-ideológica faz-se necessária. Uma vez que o texto literário não é apenas construído de dentro da Literatura, mas sim de dentro e de fora da Literatura – ou seja, há o caminho intertextual e o caminho extratextual (igualmente importantes e necessários para uma análise de amplo aspecto do texto literário) – ambos devem ser levados em conta quando de um trabalho que foque os temas.

Atualmente, como bem aponta Trocchi (2002, p. 164), o estudo do tema literário está muito além dos estudos muito relevantes, porém limitados ao intratextual, feitos pelos estruturalistas. No dias de hoje, estudar os temas também é um foco importante para todas as áreas dos Estudos Culturais, sobretudo os Estudos Pós-Coloniais, Feministas e da Nova-História, já que se parte do pressuposto de que:

la relación entre textos y contextos genera sistemas de representación inevitablemente conectados con “una economía simbólica que se enlaza indisolublemente a las relaciones de poder vigentes”, para los que el análisis temático puede proporcionar algunas útiles claves de investigación.

E é considerando essas ligações intra e extratextuais do tema literário que lançaremos mão de outras disciplinas além da Teoria da Literatura para analisar os textos desta Dissertação.

2.2 UTOPIA E DISTOPIA

Que é o ideal senão a confissão de que a vida não serve?
(Fernando Pessoa)

Utopia é um termo originalmente ligado à obra de Thomas Morus, *A Utopia*, nome de uma terra fictícia considerada perfeita por Rafael, o viajante que a conheceu e a descreve para um ouvinte atento. Demonstrando que o sistema de Utopia é sempre superior à realidade conhecida por ambos no que diz respeito à Inglaterra da época – que vive o início e as mazelas da primeira revolução industrial – o narrador descreve um país ideal, onde a sociedade é organizada e justa, e onde as pessoas são felizes. O relato de Rafael é permeado por críticas ao *status quo* da Inglaterra da época de Morus, não poupando críticas à industrialização forçada, à expulsão dos camponeses de suas terras para que elas se tornem pastagem para ovelhas (matéria-prima da indústria têxtil), à destruição da natureza e à poluição, ao inchamento e à imundície das principais cidades do país (sobretudo Londres) e ao tratamento desumano recebido pelos camponeses expulsos que se tornam a mão-de-obra extremamente barata, sem quaisquer direitos à dignidade e a uma vida feliz, para as fábricas insalubres e desumanas.

Essa relação de contraste entre Utopia (do grego u=não e topos=lugar, ou seja, lugar nenhum) e a realidade da Inglaterra é a primeira conceitualização e a mais conhecida sobre o que vem a ser uma utopia: a ideia de um lugar perfeito... que não existe em lugar nenhum. Mais tarde, a ideia de lugar imaginário, de lugar distante da realidade, de uma ideia além do real, foi (e continua sendo) muito usada na política, sempre de um modo negativo, a fim de relacionar as ideias da oposição à falta de ligação com o real. Para a *situação*, na política, o que a *oposição* prega, suas mudanças em relação àquilo que existe, é sempre uma utopia, pois a situação, nos dizeres de Pangloss,² sempre diz “viver no melhor dos mundos possíveis”. Essa segunda ideia, com a carga negativa contida em si, pouco será considerada nesta dissertação, embora aquilo o que é dito por Fernando Pessoa, na epígrafe desta seção, será aqui considerado como uma verdade, pois o “ideal” é sempre pregar que

2 VOLTAIRE. *Cândido ou o otimismo*. São Paulo: Escala, 2005.

a vida (como está) não serve... e precisa ser mudada.

O conceito de utopia aqui utilizado será aquele discutido e colocado por Karl Mannheim em sua obra *Ideologia e Utopia*. Para esse sociólogo, é a incongruência entre uma realidade e um estado de espírito que define a utopia, porém, complementa o autor:

iremos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleçam no momento (MANNHEIN, 1976, p. 216).

O autor, dessa forma, liga a ideia de utopia imaginária cunhada por Thomas Morus à concretude da vida real, a uma ideia ativa (de mudança social) e não passiva. Também considero importante destacar o que o autor coloca como “estado de realidade”, que seria

[...] a existência [a realidade] que o cerca [o homem] jamais constitui uma existência em si, mas é sempre uma forma histórica e concreta de existência social [...]. Para o sociólogo a “existência” consiste no que é “concretamente ativo”, isto é, uma ordem social em funcionamento, que não exista apenas na imaginação de certos indivíduos, mas de acordo com a qual as pessoas realmente ajam (MANNHEIN, 1976, p. 217).

Com essas colocações do autor, pretendo deixar claro que a visão de utopia neste trabalho é ligada a mudanças concretas na vida real, que possam ser estudadas através da Sociologia e da História, e, é claro, da Literatura. Essas mudanças, como afirmado no item sobre mito e tema, tornam-se temas literários, ou seja, matérias-primas para a Literatura, temas reais apropriados para temas ficcionais que discutam o mundo existente. Como utopias reais, aplicadas à vida real, a História, teríamos o Nazismo, o Fascismo e o Comunismo, movimentos utópicos e revolucionários que conseguiram modificar bastante o *status quo* anterior. Como utopias literárias, poderíamos citar: *1984*, de George Orwell; *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley; *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury; *Nós*, de Eugene Zamiatin; *O fim da infância*, de Arthur Clarke; *Não verás país nenhum*, de Inácio de Loyola Brandão; *Laranja mecânica*, de Anthony Burgess; etc.

Outra discussão do autor que nos parece bastante importante diz respeito ao relativismo do que é uma utopia. Segundo Mannhein, o que se considera utopia depende muito do ponto de vista do observador. Caso o observador esteja completamente incluído dentro da topia (do *status quo* do momento), ele consideraria como utopia qualquer coisa que questione ou tente ultrapassar a ordem dada, o que faz com que esse observador não consiga compreender o próprio relativismo do seu pensamento que não leva em conta o fato de que, em outra ordem, a utopia poderia se tornar uma realidade, pois:

Chamando de utópico tudo o que ultrapasse a presente ordem existente, afasta-se a ansiedade que poderia ser provocada pelas utopias relativas, viáveis em outra ordem (MANNHEIN, 1976, p. 221).

O outro extremo, ilustrado pelo autor através das ideias do anarquista G. Landauer (autor de *Die Revolution*), considera o *status quo* como algo maligno que deve ser destruído pela revolução e pela utopia, pois, para esse lado pró-utópico:

Somente existe verdadeira vida na utopia e na revolução, a ordem institucional nada mais sendo que o resíduo maligno deixado pelas utopias e revoluções em declínio. Dessa forma, o caminho da história vai de uma topia, por uma utopia, até a topia seguinte, etc. (MANNHEIN, 1976, p. 221).

Esse relativismo do que é uma utopia será muito importante dentro deste trabalho, pois, ao trabalharmos com textos literários (ao analisá-los), teremos como privilégio compreender que nem todos aqueles que estejam presos a uma utopia (nesse caso: as personagens ou mesmo o leitor) em funcionamento a consideram, de fato, como uma utopia, mas, ao contrário, como uma distopia.

Outro conceito importante retirado do mesmo autor diz respeito ao pensamento desiderativo que:

[...] sempre figurou nos assuntos humanos. Quando a imaginação não encontra sua satisfação na realidade existente, busca refúgio em lugares e épocas desiderativamente construídos. Mitos, contos de fada, promessas supraterras da religião, fantasias humanísticas, romances de viagens têm sido expressões, em contínua mutação, do que estava faltando na vida real.

Constituíam, mais precisamente, colorações completares da realidade da época do que utopias atuando em oposição ao status quo, e desintegrando-o (MANNHEIN, 1976, p. 229).

Dessa forma pode-se considerar que a Literatura (como as outras formas de arte) está intimamente ligada ao momento histórico-social em que é produzida. Sendo assim, estudar os temas literários é um modo de compreender a época em que essas obras foram escritas e o que ecoava de realidade nelas. Estudar, pois, a Utopia/Distopia como tema literário é um modo de compreender alguns desejos e medos contidos na complexidade da sociedade humana.

Até aqui, já temos uma boa ideia do que é considerado como utopia para este trabalho; porém, o termo distopia não parece ainda estar claro. Distopia, para fins teóricos, e como pressuposto para este trabalho, é o inverso da utopia. Se utopia é a realização de algo positivo ao se superar o *status quo* anterior, distopia é a realização de algo ainda mais negativo do que o *status quo* anterior ou, ainda, é a destruição da utopia (que pode ser a topia anterior). No caso deste trabalho, a utopia ganha um caráter positivo, de evolução para a felicidade humana geral, enquanto que a distopia está ligada ao inverso, ao poder de poucos e à felicidade de poucos, sendo que a maioria ou é eliminada ou é alienada. Sem que se dê conta disso, a maioria é mergulhada na ideologia dominante que controla os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e os Aparelhos Repressivos do Estado (ARE). Ao se colocar esses dois conceitos, recorreremos às ideias de Louis Althusser em sua obra *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Para Althusser (1987, p. 68), os AIE são “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” e as exemplifica:

AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas), AIE familiar (unidade de produção e/ou unidade de consumo), AIE jurídico, AIE político (o sistema político, os diferentes partidos), AIE (sindical), AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc), AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.)

O mesmo autor também cunha o conceito de ARE (Aparelho Repressivo do Estado) e o diferencia dos AIE:

O que distingue os AIE do ARE é a seguinte diferença fundamental: o ARE “funciona através da violência” ao passo que o AIE “funciona através da ideologia”. [...] O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da repressão da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos. [...] Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que o AIE funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar somente ela) etc (ALTHUSSER, 1987, p. 70).

Outro conceito importante para este trabalho diz respeito à “ideologia dominante” que, segundo Althusser, é “a ideologia da classe dominante”, ou seja, é a que

[...] detém o poder do Estado (de forma clara ou, mais frequentemente, por alianças de classes ou de frações de classes), e que dispõe portanto do aparelho (repressivo) de Estado.

Além disso, a classe dominante é “ativa nos AIE” pois:

[...] nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos AIE.

Como exemplo da importância desse domínio da classe dominante sobre os AIE, ele cita a preocupação de Lênin em:

[...] revolucionar o AIE escolar (entre outros) para permitir ao proletariado soviético, que se apropriara do poder do Estado, garantir nada mais nada menos do que o próprio futuro da ditadura do proletariado e a passagem para o socialismo. (ALTHUSSER, 1987, p. 71).

Motivos constantes nos textos literários, tomados aqui como

distópicos/utópicos, dizem respeito à existência de um “Estado Totalitário” que utiliza e domina completamente os AIE e os ARE, fazendo valer sua ideologia e destruindo qualquer contestação. E é por isso que utilizaremos os conceitos de Althusser na análise dos textos desta Dissertação.

Pensando nos dois textos a serem trabalhados – *Admirável Mundo Novo* (AMN), de Aldous Huxley, e *A república*, de Platão – percebe-se que os Estados Totalitários neles apresentados têm como base o cerceamento das liberdades individuais e, ainda, a criação do indivíduo para servir ao Estado, sem que esse “indivíduo” se dê conta disso, já que (uma vez que os AIE e os ARE estão nas mãos de um único poder central) ele mesmo é alienado de sua construção.

2.3 ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

A AD é uma teoria desenvolvida por Michel Pêcheux nos anos 1960 e 1970, com o intuito de analisar textos principalmente de ordem político-ideológica, e, desde sua “invenção”, vem sendo discutida e transformada por diversos teóricos. Como base, a AD tem os seguintes conhecimentos: a Linguística (releitura da obra de Saussure feita pelo próprio Pêcheux), o Marxismo (releitura feita principalmente por Althusser) e a Psicanálise (releitura de Freud feita por Lacan).

Segundo Orlandi (1996, p. 23), a AD é “uma disciplina que se faz no ‘entremeio’”:

uma disciplina de entremeio é um disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente.

E é com essa possibilidade de discussão contínua que se pode, atualmente, utilizar essa disciplina também para ajudar na análise do texto literário, principalmente no que ele contém de ideológico e social. Orlandi (1996, p. 25) também coloca que a AD “trabalha [...] fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva”. Com isso

posto, pode-se dizer que o texto literário é uma manifestação possível de linguagem em relação à exterioridade da qual se constitui, e pode, também por isso, ser objeto de estudo da AD, na medida em que também funciona como interação. Em outras palavras, a AD é uma teoria que normalmente não trabalha com o texto literário, já que seu objeto de estudo se encontra em textos não-ficcionais. Entretanto, podemos nos valer da assertiva de Silveira (2004, p.18), quando aponta que:

Ao elegermos um *corpus* de análise advindo da literatura, estamos levando em conta elementos essenciais da sua constituição, enquanto discurso, [...] de/sobre/para um grupo social, enquanto constitutivo de um imaginário coletivo.

Considerando as palavras de Silveira, pode-se afirmar que a literatura, de fato, parece apresentar e representar elementos comuns existentes um mundo não-ficcional (o mundo real) e, portanto, também os discursos que aparecem nas obras literárias são passíveis de ser analisados pelas ferramentas da AD (que serão tratadas no decorrer deste capítulo).

Para fazer a observação objetiva dessas representações, é preciso compreender o período histórico ao qual elas remetem ou, melhor dizendo, o momento em que as obras foram criadas ou as suas condições de produção (condições históricas, sociais e ideológicas). Essa compreensão, no entanto, não significa entender a Literatura como um documento da História, já que a História e a Literatura são diferentes campos de conhecimento. A História, como disciplina, busca o documental como comprovante do que aconteceu, pois ela é, segundo Mocellin (1987, p. 12) “uma ciência social que tem por objeto conhecer as transformações da sociedade ao longo do tempo”, ou seja, a História tem como objetivo conhecer os acontecimentos e as relações sociais envolvidas no passado. Já o discurso literário, por outro lado, é, segundo Silveira (2004, p. 27):

aquele que traz à tona uma pluralidade de representações e efeitos de sentido, mas que não tem o compromisso de reproduzir fielmente uma realidade instituída como tal, reservando-se o direito de trabalhar apenas no âmbito das representações que se produzem a partir do que se institui como referencial.

Em outras palavras, a literatura não “copia” diretamente o social, mas ela o representa. No momento em que se busca analisar alguma obra literária, também com o auxílio do ponto de vista da AD, faz-se necessário:

[...] estar atento aos ecos das vozes que se reproduzem no social e que podem ser apreendidas no literário, porque elas produzem o “efeito de real” [...], pois a correspondência que existe entre o ficcional e a realidade social é da ordem da representação e não da imitação (SILVEIRA, 2004, p. 22).

Essa representação da realidade social fica mais aparente nos chamados “Romances Históricos” que, no dizer de Rodrigues Filho, é um discurso que se apropria da História:³

Em face da historiografia triunfalista e monumental, a ficção vai buscar a reminiscência do cotidiano, ou a dramatização do cotidiano pelo ato ficcional, como forma de levar aquela de monumento à ruína e trazer para o humano o que uma historiografia oficial (e uma ficção correspondente) ideologizou, levando do humano para o divino. Dessa forma, a ficção, atuando como citação, paródia, estilização, réplica, apropria-se da história, através da fala que circula, como elemento construtor da história.

A ligação entre o discurso da Literatura e o discurso da História fica evidente ao se pensar que:

a literatura não é o “real”, não é o que reflete uma realidade empírica; mas é algo que escuta/reflete os “rumores” advindos do real-social, re-elabora e re-significa os ecos desses rumores, os coloca em relação com o discurso histórico e produz o ficcional, deslocando o já-dito de uma instância para outra. (SILVEIRA, 2004, p. 31)

No caso desta Dissertação, não estamos trabalhando com romances históricos, nem mesmo com romances que falem do presente cronológico do autor. Estamos trabalhando com textos que falam de um futuro hipotético (os textos do século XX), de sociedades hipotéticas (não só os textos do século XX como também o texto *A república* de Platão), ou seja, estamos não na ordem do Histórico, mas sim na ordem do hipotético, sem esquecer que o hipotético remete sempre ao real (a

3 Disponível em < http://www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/1Sem_11.html >. Acesso em 12 de outubro de 2006.

hipótese parte do real para o ficcional, quando se fala em Literatura). Mesmo o texto de ficção científica (FC), não foge do momento presente do autor, pois o texto de FC é também uma representação da realidade atual em que vive(u) o autor. Ele pode ter seu cenário em futuro próximo ou distante, que é, na verdade, uma criação embasada no presente vivido no momento da sua produção – e não se tratando de um futuro real ou uma previsão deste (aquele que acontecerá, ou aconteceu, após o fim da obra e mesmo da morte dos autores – o futuro/passado concreto e Histórico).⁴

O texto de Platão, apesar de ser comumente colocado como texto filosófico, aqui será tratado também como texto literário (a motivação para esse tratamento será vista detalhadamente no capítulo destinado ao filósofo e à sua obra). Podemos, nesse momento, adiantar que a obra de Platão é quase toda feita em cima de diálogos (uma das características formais das obras literárias), e que alguns platonistas chamam a atenção para o fato de Platão ter querido, de fato, tornar-se também um dramaturgo, por isso teria utilizado o diálogo para discutir suas teorias.

Para fazermos uso da AD como teoria de análise dos textos desta Dissertação, é necessário explicitar alguns de seus pressupostos teóricos neste capítulo. São as noções de: *texto*, *sujeito*, *autor*, *leitura* e *leitor*, *sentido*, *Formação Ideológica (FI)*, *Formação Discursiva (FD)*, *interdiscurso*, *interpretação*, *silêncio* e *silenciamento*, *memória discursiva*, *paráfrase* e *polissemia*.

2.3.1 Texto

A AD procura compreender o texto e seu papel como objeto de estudo. Isso se dá a entender em Orlandi (1987, p. 158-159):

Nessa mesma perspectiva consideramos que a *unidade* da análise de discurso é o *texto*.
[...]

4 A confusão entre futuro ficcional x futuro real é muito comum dentro do gênero da FC. Um exemplo é a obra *1984*, de George Orwell (escrita em 1948), que remete a história ficcional a um futuro distante. Nós, leitores, ao chegarmos no ano de 1984 real, vemos que quase nada do que a obra previu de fato aconteceu. Isso se dá pelo fato de que *1984*, como a maioria das obras de FC, é uma ficção, escrita a partir de ideias científicas, e não a previsão do futuro – o mesmo que ocorre com os escritores de romances históricos, que fazem ficção histórica e não o trabalho dos historiadores de fato.

Se considero o texto nesta perspectiva teórica estabelecida pelo discurso, não basta dizer que o texto é a unidade de análise, mas sim que *texto é a unidade complexa de significação*, consideradas as condições de sua realização. É então uma unidade de análise não formal, mas *pragmática*.

Na materialidade textual percebemos os sentidos que são postos como representatividade daquilo que é exterior, das “forças” que se manifestam no texto, e é preciso pensar nos sentidos que ele produz quando é concebido e quando é lido. Esses sentidos produzidos o são em função da materialidade do discurso no texto: “o que nos interessa é o que o texto *organiza* em sua discursividade, em relação à ordem da língua e a das coisas: a sua materialidade” (ORLANDI, 1996, p. 57).

A partir de Orlandi (1996, p. 59), entendo o texto como um espaço de interlocução entre sujeitos, e que tem como característica possuir um *efeito* de homogeneidade construído pelo sujeito-autor. Esse efeito de homogeneidade, segundo Indursky, é “mero efeito, embora indispensável” (2001, p. 29), pois:

[...] não é mais possível pensar o texto como uma instância enunciativa homogênea. Um texto com tais características, em que diferentes textos, diferentes discursos e diferentes subjetividades se fazem presentes e se fazem ouvir, só pode ser pensado como um *espaço discursivo heterogêneo*. Todas essas formas de se relacionar com a exterioridade remetem para o que designo genericamente de interdiscursividade (INDURSKY, 2001, p. 30).

Durante o trabalho de leitura, o sujeito-leitor torna-se um novo sujeito-autor, dando ao texto lido novos significados que podem, ou não, ser os mesmos dados pelo autor (relação entre a leitura parafrástica, que tenta retomar o dito pelo autor, e a leitura polissêmica, que cria novos sentidos). Um texto é escrito em uma determinada época e para um determinado público, mas pode ser lido em épocas futuras por um público não previsto pelo autor (os leitores virtuais estabelecidos no momento da escrita), dando ao texto seu caráter polissêmico, pois aí sua leitura sempre pode ser outra:

A AD está assim interessada no texto não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto.
[...]

Como toda peça de linguagem, como todo objeto simbólico, o texto é objeto de interpretação. (ORLANDI, 1996, p. 60-61).

No caso desta Dissertação, trabalharemos com textos literários, que possuem condições de produção um pouco diferentes das do texto não-literário, dado o seu caráter de ficcionalidade (e também de trabalho artístico com a linguagem), em que há a *representação* dos vários discursos que provêm do social. Essa representação pode ser percebida pelo viés das falas proferidas por seres também ficcionais (as personagens), assim como pelo modo como os autores criam seus ambientes e cenários, como eles representam suas sociedades utópicas/distópicas em um futuro próximo ou distante (essa representação de um futuro é uma das características do gênero comumente conhecido como Ficção Científica ou, ainda, como literatura de antecipação). Cabe, nesse momento, ressaltar que a história real é a matéria-prima para a história ficcional, porque, nesse caso, o cenário/tempo ficcional representa o cenário/tempo real⁵ e a hipótese de seu desdobramento futuro. Esse cenário/tempo é parte do efeito de realidade criado no texto ficcional pelo sujeito-autor, que se vale da interação entre o real e o imaginário, e entre as personagens ficcionais que sempre são baseadas em caracteres de pessoas reais (não de uma só, mas de várias).

2.3.2 Sujeito

O sujeito, para a AD, é construído sócio-historicamente e interpelado pela ideologia e, além disso, é dotado de inconsciente. Para a AD, a ideia de sujeito como origem do sentido é pura ilusão, uma vez que o sujeito sofre um assujeitamento, ou seja, ele se constitui por seu assujeitamento/identificação a uma das Formações Ideológicas (FI) que constituem a formação social de um grupo social, a qual já existe antes e fora do sujeito, com suas leis, normas e crenças. Segundo Pêcheux (1997, p. 161):

5 Considero que referir “cenário/tempo” apresenta a abrangência de elementos que constituem o texto, sem, no entanto, considerar os elementos puramente literários (ficcionais) da obra.

indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

O assujeitamento não é algo de que os sujeitos têm consciência plena, pois ele é da ordem do inconsciente. Sem se dar conta de seu assujeitamento, o sujeito tem a ilusão de que é senhor de seu dizer e que pode não só controlar os sentidos dos discursos que profere, como também a origem do mesmo, o que, para Pêcheux (1997, p. 163), é uma ilusão causada por dois esquecimentos: o primeiro seria esquecer que todo e qualquer discurso é sustentado pelo já-dito; o segundo seria esquecer que todo discurso é múltiplo e disperso.

No caso do *corpus* discursivo a ser analisado neste trabalho, temos não somente o sujeito-autor e o sujeito-leitor e sua interação evidente através da leitura, mas também temos as personagens, produto de criação ficcional que reproduzem/representam discursos da época de produção das obras (o presente em que as obras foram produzidas) e da época futura ficcional, através de seus dizeres/saberes e de suas histórias ficcionais, suas filiações a determinadas ideologias, estas criadas pelo sujeito-autor. Essas personagens sempre são colocadas como senhoras do que dizem (representam, dessa forma, a ilusão sofrida pelo sujeito real que representam), e também são representações de lugares sociais das sociedades ficcionais em que estão inseridas.

Segundo Silveira (2004, p. 30):

[...], a produção do texto literário resulta de um trabalho de escuta de alguém que ocupa uma posição no interior da sociedade e é de lá que ele ouve e que ele fala. É neste lugar que se produz o discurso social, enquanto “um imenso rumor fragmentado que figura, comenta, conjuntura, antagoniza o mundo” [...]. Assim, a literatura não é o “real”, não é o que reflete uma realidade empírica; mas é algo que escuta/reflete os “rumores” advindos do real-social, re-elabora e re-significa os ecos desses rumores, os coloca em relação com o discurso histórico e produz o ficcional, deslocando o já-dito de uma instância para outra.

E é através das personagens, sujeitos-ficcionais, que esse rumor é representado, pelo autor, de uma forma dinâmica, pois são elas que comentam o

que se passa em seu tempo histórico-social-ideológico-ficcional e são colocadas como representações de diversas posições-sujeito durante suas discussões, refletindo, assim, “o real” ao qual o texto literário se refere.

2.3.3 Autor

Para Orlandi (1996, p. 68-69), o autor é:

o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. O que o coloca como responsável pelo texto que produz. [...] a noção de autor é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito.

Se pensarmos no autor de literatura, principalmente no autor de um texto literário como *Admirável Mundo Novo*, em que há várias personagens que são representativas dos lugares sociais aos quais pertencem, poderíamos considerar que o responsável pela organização do dizer dessas personagens é o sujeito-autor, neste caso, Aldous Huxley. Esse sujeito-autor é “a voz de alguém que escuta outras vozes, fazendo-as ressoar no seu discurso” (Silveira, 2004, p. 31). O sujeito-autor Huxley é quem tenta criar a ilusão de verdade, a verossimilhança da obra. Ele faz isso principalmente através de suas escolhas de personagens, momentos históricos (nesse caso, um futuro hipotético), linguagem e pontos de vista. Esse sujeito-autor dá um caráter de “fechamento” a seu texto, dando-lhe um aspecto unívoco e homogêneo, produzindo a textualização:

o sujeito-autor, ao reunir e organizar os recortes heterogêneos e dispersos provenientes do exterior produz a textualização desses elementos que, ao serem aí recontextualizados, se naturalizam “apagando” as marcas de sua procedência, de sua exterioridade/ heterogeneidade/ dispersão. (INDURSKY, 2001, p. 31).

Ao representar as vozes sociais da época ficcional, que ganham voz através

das suas personagens ficcionais, talvez de forma inconsciente, o sujeito-autor termina por dar a seu texto um caráter de “representação da realidade”, dessa forma colocando vozes do real que se realizam na interação das personagens que representam posições-sujeito, inscritos em suas devidas Formações Discursivas (FD) de sua sociedade (ficcional). Através de recortes dos discursos proferidos pelas personagens ficcionais, é possível (re)descobrir este “eco da realidade”, o que dá ao analista do discurso a chance de se utilizar de um texto literário para analisar as lutas ideológicas de um dado momento histórico-social-ideológico, mesmo esse texto possuindo uma máscara futurista, um lugar que não se parece totalmente com a realidade em que foi produzido. Isso pode ser feito mesmo se o texto em questão for uma alegoria que se distancia do real. Esse distanciamento serve justamente para se poder analisar esse real com os olhos de um cientista social que, como alguns simuladores, é capaz de compreender o drama existencial humano através de hipóteses e situações problemas (re)criadas ficcionalmente. A questão “o que aconteceria se?” é a pergunta que sempre motiva a produção de um texto como o *Admirável Mundo Novo* ou *1984*.

Como qualquer texto, o texto literário também é produto social e histórico e também é atravessado pelas várias Formações Discursivas e Formações Ideológicas que derivam de determinadas formações sociais – o embate no mundo ficcional entre personagens pertencentes a lugares sociais diferentes é a representação da realidade humana e, como ela, possui uma relação dialética.

Tal como a realidade, o mundo criado pelo escritor representa a vida, tanto na luta de classes quanto na luta do indivíduo entre o pertencer ao grupo e a busca de sua própria realização pessoal. Em o *Admirável Mundo Novo*, por exemplo, Huxley, entre outras coisas, relata a luta entre o desejo individual e o que prega o coletivo (a luta entre o id e o superego), tornando esse embate como um dos norteadores dramáticos da narrativa. Uma das personagens, o Selvagem, pertencente a outro lugar, a uma reserva fora da cidade perfeita, não consegue se adaptar ao *Admirável Mundo Novo* e acaba se suicidando. A própria descoberta do Selvagem e sua ida para a cidade é causada pela não adaptação de um outro personagem (Marx) que, em busca de fama pessoal, de se diferenciar dos outros de sua classe, acaba se aproveitando do Selvagem para ganhar essa fama. O conflito ficcional (o tema do texto), dessa forma, é causado por um conflito bastante comum nas sociedades

reais humanas, a ponto de ser um dos principais conflitos estudados pela psicanálise. Huxley, como qualquer escritor, como um sujeito-autor que é/foi, tem em sua realidade (e em seu modo de vê-la, pensá-la, analisá-la) a matéria-prima para a confecção de sua obra ficcional.

2.3.4 Leitura e Leitor

A leitura, conforme diz Orlandi (1988, p. 10) é:

o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante. É nesse momento que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao fazê-lo, desencadeiam o processo de significação do texto. Leitura e sentido, ou melhor, sujeitos e sentidos se constituem simultaneamente, num mesmo processo. Processo que se configura de formas muito diferentes, dependendo da relação (distância maior ou menor) que se estabelece entre o leitor virtual e o real.

Dessa forma, a leitura é o momento especial de interlocução em que o sujeito-autor, o leitor virtual, o texto e o sujeito-leitor entram em contato, criando os efeitos de sentido que podem ser diversos conforme as condições de produção da leitura:

Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente (Orlandi, 1988, p. 9).

Portanto, o efeito de sentido é o sentido produzido por uma leitura em determinadas condições de produção (quem lê, onde se lê, para que se lê, para quem se lê, quando se lê, por que se lê). E é por causa disso que um mesmo sujeito-leitor em interação com um mesmo texto, dependendo das condições de produção da sua leitura, produzirá efeitos de sentido diferentes; por isso, diz-se, comumente, que um mesmo livro, “principalmente os bons”,⁶ possui diversas

⁶ Essa ideia de que “principalmente os bons livros” constroem diferentes leituras é uma ideia que

leituras.

Um bom exemplo desses diferentes efeitos de sentido relacionados à diferença de produção de leitura está no contato com *A república* de Platão. O conhecimento de outras obras do autor, do momento sócio-histórico e ideológico em que ele viveu, deixam a leitura mais rica. Se lêssemos *A república* sem saber nada sobre o autor ou sobre a época, poderíamos até mesmo considerar que estávamos frente a frente com um texto de “FC Hard”⁷ (caso fôssemos leitores aficionados por FC), em outro caso, por exemplo, da leitura desse mesmo texto em uma cadeira de Sociologia, a leitura poderia ser de uma análise de uma sociedade possível, já, para um dramaturgo, poderia ser um bom exemplo de um diálogo entre personagens que discutem a criação de uma sociedade e, para muitos, é um diálogo real entre um Sócrates histórico que foi transcrito por um jovem Platão. O efeito de sentido sempre vai variar pelas condições de leitura e pelas condições do leitor (sejam condições físicas, psicológicas, de formação escolar, de interesses, etc.).

O leitor é um sujeito e, como tal, é construído sócio-historicamente e interpelado pela ideologia e é participante ativo do processo de leitura e de significação de um dado texto:

embora, de fato, o momento da escrita de um texto e o momento de sua leitura sejam distintos, na escrita já está inscrito o leitor e, na leitura, o leitor interage com o autor do texto (Orlandi, 1987, p.180).

Com isso posto, chama a atenção o fato de que o analista do discurso não é um leitor comum, pois sua leitura vai muito além do prazer estético, da distração ou da vontade de conhecer um momento histórico através da obra literária. Ao analista do discurso cabe descobrir no texto literário aquilo que ele tem de representativo da

habita o Interdiscurso, e que é retomada por algumas FD literárias. Exemplo: diz-se, comumente, que “O Pequeno Príncipe” é lido de formas diferentes aos 10, 20 e 50 anos de idade, e por isso é considerado um “bom livro”.

- 7 FC Hard é o tipo de texto de FC que trabalha muito mais com a ciência do que com a ficção, é um texto chamado de texto de divulgação científica, onde há muitas descrições e menos ficção. Para alguns teóricos do gênero, o pai da Hard FC seria Julio Verne, que gasta muito espaço em seus textos para descrever suas máquinas maravilhosas, a ponto de quase escrever um manual sobre as mesmas. A Soft FC, pelo contrário, é mais ligada à aventura, e as descrições são deixadas de lado. Para os críticos, o pai dessa vertente seria H.G. Wells que pouco descreve os inventos maravilhosos de seus textos (vide a *Máquina do tempo*, seu primeiro livro, onde a viagem do tempo não tem uma fundamentação “científica”). Essas diferenças entre as vertentes são ilustradas pelo fato de Verne chamar Wells de mentiroso, porque o escritor inglês não descrevia detalhadamente seus inventos, não fazia ciência, apenas literatura.

sociedade que nele se reflete/refrata. É preciso que o analista mergulhe nesse tipo de texto e retire dele tudo que há de “eco/representação do real”, tudo que pode ser usado a fim de perceber as formações ideológicas em confronto em determinado momento sócio-histórico, pois a riqueza de ecos representados pelo texto literário pode se constituir em objeto de análise para a AD. O texto literário é “o que poderia ter sido”, como diria Aristóteles em sua *Poética* – e “o que poderia ter sido” só poderia ser porque tem base no real (a imaginação não foge muito do real, pois a fuga exagerada só produziria *non-sense*).

O sentido que se dá às coisas, é o que será visto a seguir.

2.3.5 Sentido

Para a AD, o sentido não é, jamais, literal, já que, segundo Pêcheux (1997, p. 160) o sentido possui “um caráter material”:

o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

O sentido de uma leitura, dessa forma, é produzido sócio-historicamente por sujeitos que se identificam, como sujeitos leitores, com determinada FD, pois são interpelados pela ideologia – e é nessa condição de sujeitos que eles produzem sua leitura. E é por essa razão que dois leitores identificados por diferentes FD lerão diferentemente um mesmo texto. E também pode-se afirmar que um mesmo leitor pode em uma releitura de um mesmo texto produzir uma nova leitura por ter passado de uma FD à outra.

O sentido é algo construído através do gesto de interpretação, que, por sua vez, não é imune à ideologia – Formações Ideológicas (FI) que se batem em uma determinada interlocução entre sujeitos. O embate em uma interlocução é sempre um movimento de interpretação em que as relações de forças acontecem, em que

um sujeito tenta convencer outro sujeito de que seu ponto de vista é correto sobre determinado assunto. Toda e qualquer discussão, seja do assunto que for, é um embate entre FI, FD e sujeitos que se inscrevem, assumem posições, nas mesmas. Cabe ressaltar aqui que esse embate está muito mais na ordem do inconsciente do que do consciente e que o efeito de sentido é criado através dessa verdadeira guerra entre posições-sujeito, em que os sujeitos envolvidos jamais saem ilesos em suas crenças, seja reforçando-as, seja modificando-as.

Neste trabalho, que toma como objeto de análise os textos literários “utópicos e distópicos”, veremos o quanto há de verdade em tudo o que foi posto, uma vez que teremos a análise de discursos que se batem para criar efeitos de sentido sobre assuntos discutidos. Entre os vários assuntos, é de se destacar as leituras feitas pelas personagens do que é considerado uma sociedade perfeita, sejam as personagens de Huxley, sejam as personagens de Platão.

2.3.6 Formação Ideológica

Na perspectiva da Análise do Discurso, o sentido jamais é literal, pois o sentido de uma palavra, expressão e proposição não existe isoladamente, ao contrário, ele é sempre construído e dependente daqueles que o proferem, os sujeitos, que, por sua vez, sempre estão ligados a uma dada formação ideológica. A Formação Ideológica (FI) está ligada à ideologia que, segundo Pêcheux (1997, p. 160):

é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de “desvios” lingüisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

A FI é onde se inscreve a posição sustentada por cada sujeito, e é, portanto, a FI que estabelece o sentido daquilo que é dito:

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1997, p. 160)

Logo, pode-se dizer que, para a AD o “sentido literal” não existe, já que não há sentidos prévios: todo sentido decorre de sua vinculação com uma FD que representa discursivamente os sentidos provenientes de uma FI.

Neste trabalho, veremos que a FI tem como principais características projetar gestos de interpretação diferentes sobre um mesmo fato, uma vez que são elas as responsáveis pelo assujeitamento. Nesse caso, mostraremos que diferentes FI produzem diferentes interpretações a respeito da questão do que vem a ser uma “sociedade perfeita” e que ela é assim somente para aqueles que se inscrevem em determinada FI. Um bom exemplo disso seria a sociedade descrita em *A república*: para muitos, é uma sociedade possível e perfeita (uma utopia), mas, para outros, é uma amostra de uma sociedade baseada no totalitarismo, ou seja, uma distopia.

2.3.7 Formação Discursiva

A formação discursiva (FD) é, segundo Pêcheux (1997, p. 160):

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

É, pois, na FD que o sentido se constitui. O sentido de uma palavra, expressão, texto se altera em cada FD e muda quando passa de uma FD para outra. Para Pêcheux:

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

Desse modo, toda FD é dominada por uma FI. Uma dada FD, como, por exemplo, a “FD pró-mundo novo” (uma das que serão analisadas neste trabalho) determinará o que deve ser dito sobre o que vem a ser uma sociedade perfeita, pois a FI que a controla “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistemas de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (Pêcheux, 1997, p. 163). Acreditar que as sociedades descritas em *A república* ou em *Admirável Mundo Novo* são “perfeitas” é, de certo modo, aceitar discursos que explicitem o que essa ideologia determina, ou seja, é repetir o que há de bom naquilo que há nessas sociedades e esconder (ou nem mesmo perceber) o que há de “ruim”. Desse modo, o sujeito inscrito em uma FD, digamos, “pró-República”, repete os saberes inscritos nesta FD com a qual ele se identifica, algo que o faz reescrever em seu “próprio discurso” o que a FD determina que seja dito e interpretado.

2.3.8 Interdiscurso

O interdiscurso é o lugar do já-dito, onde aquilo que se fala, escreve, etc., já existe, porém destituído de sentidos. A constituição do sentido somente acontecerá quando o já-dito (presente no interdiscurso) for significado por uma determinada FD. Poderíamos dizer que o interdiscurso é “a matéria-prima do dizer” (PÊCHEUX, 1997, p. 167), e é de onde as FD diferentes buscam aquilo que manifestam em conformidade com a FI que as controla:

propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o

complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1997, p. 162)

Em Orlandi (1996, p. 71) é dito que:

Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido. Essa impressão do significar deriva do interdiscurso – o domínio da memória discursiva, aquele que sustenta o dizer na estratificação de formulações já feitas, mas “esquecidas”, e que vão construindo uma história dos sentidos.

A relação entre FD, FI e Interdiscurso é muito bem colocada por Silveira (2002, p.45):

Em AD, FI e FD são constituídas como constitutivas uma da outra, pois a primeira (a FI) funciona como determinante do que “pode e deve ser dito” no âmbito da segunda (a FD) e as FD, por sua vez, “representam, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem”(Orlandi, 1996b, p. 108). Em ambas, agem o social e o ideológico, não apenas como causa para um análise lingüística, mas também como elementos que determinam a constituição do sujeito e do sentido no discurso. [...] Pêcheux (1995) introduz a noção de “tomada de posição” do sujeito que vai identificar-se mais ou menos com a FD na qual se inscreve para então produzir sentido no discurso, considerando que é via FI que se reconhece esse “posicionamento do sujeito”, visto que seu discurso é envolvido pela ideologia.

Em outras palavras, o interdiscurso é o lugar em que todos os discursos estão contidos e em que todos os sentidos estão presentes, é o lugar do “já-dito”, “de uma memória social ou coletiva”. É no interdiscurso que os sujeitos vão buscar matéria prima para seus dizeres, que só farão sentido no momento em que se inscreverem em uma determinada FI – que é aquela que determina o que pode e o que deve ser dito dentro de uma determinada FD.

No caso dos textos de onde serão retiradas as Seleções Discursivas (SD) a serem analisadas no presente trabalho, saberes do interdiscurso compõem como “vozes anônimas que ressoam na voz do autor”, ou seja, tanto Platão quanto Huxley utilizam-se das vozes anônimas e dispersas do interdiscurso e, ao projetá-las na voz de uma determinada personagem, que representa determinada FD, dá sentido ao que antes não possuía sentido.⁸ Huxley e Platão, em seus trabalhos como sujeitos-

8 No caso de Platão, em *A república* e na maioria de suas outras obras (*Górgias*, *Fedro*, *O*

autores, juntam, dessa forma, o que estava disperso no interdiscurso criando, por fim, o chamado “efeito de textualidade” (INDURSKY, 2001, p. 31).

2.3.9 Interpretação

A interpretação é “uma injunção”, pois “face a qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de ‘dar’ sentido” (ORLANDI, 1996, p. 64). Em outras palavras, interpretar é um gesto que faz parte da produção da leitura que, como já sabemos, é a interlocução entre sujeitos (sujeito-autor, sujeito-leitor e leitor virtual).

Qualquer ideia de sentido transparente, de sentido literal, é mera ilusão, uma vez que a legibilidade de um texto se dá através da interlocução e das condições de produção da leitura, e vai muito além da atribuição de sentidos. Segundo Orlandi (1996, p. 64):

Interpretar, para o analista de discurso, não é atribuir sentidos, mas expor-se a opacidade do texto [...], é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro.

O texto, dessa forma, nunca é totalmente transparente ou totalmente ilegível. Falar em leitura, é falar de interpretação, é colocar o texto como um objeto em que sua legibilidade é “uma questão de ‘graus’ e não em tudo ou nada” (ORLANDI, 1988, p. 9).

Como um estudioso de AD, considero que ler um texto literário pelo viés dessa teoria é tentar descobrir de que modo esse texto produz sentido ao “representar” o sócio-histórico e ideológico que nele está inscrito. Ganha-se muito ao se interpretar um texto literário pelo viés da AD, uma vez que essa disciplina reforça que o texto literário é uma produção tanto individual quanto coletiva.

banquete, só para citar algumas), há sempre como personagem principal o filósofo Sócrates junto de algum debatedor que, em geral, acaba sendo vencido pela lógica de Sócrates ou, ainda, serve de mera “escada” para o discurso socrático. Ressalto aqui que a questão de considerar o texto de Platão como literário-filosófico ou filosófico-literário será mais bem tratada no capítulo específico.

2.3.10 Silêncio e silenciamento

O silêncio para a AD não é “ausência de sons e de palavras”, mas sim “princípio de toda a significação”. Evidentemente o silêncio, para a AD, “é o que instala o limiar do sentido”, ele é “matéria significante por excelência” (ORLANDI, 1995, p. 70-71).

Para Orlandi, a linguagem tem como principal característica o fato de ser incompleta, de possuir uma “incompletude constitutiva”:

A busca da completude da linguagem – o que implicaria a ausência do silêncio – leva à falta de sentido pelo muito-cheio, mesmo se, sob o ponto de vista sintático, há gramaticalidade. (ORLANDI 1995, p. 71)

Desse modo, a busca pela completude leva ao *non-sense*, o excesso de informação, o excesso do dizer, e para que o que é dito torne-se inteligível, é preciso a existência do silêncio, constitutivo da linguagem. Além desse “silêncio” fundador no qual se constitui a linguagem.

Em outras palavras, para que haja significação, é necessário que haja o silêncio, já que ele é constitutivo da linguagem que tem como principal característica sua incompletude. O sentido nunca está completo, uma palavra só tem significado quando ligada a uma dada FD que lhe dá sustentação, que lhe dá sentido, ao mesmo tempo em que essa mesma FD silencia outros sentidos possíveis. Com isso, é possível afirmar que o sujeito se inscreve, no seu dizer, em uma dada FD que está ligada a uma dada FI, que é aquela que “diz” ao sujeito o que deve e pode ser dito, o que acaba determinando o silenciando dos dizeres e sentidos que não podem ser produzidos nessa FD.

Neste trabalho, isso ficará mais claro no momento em que analisarmos as FD em conflito, colocando o que cada FD autoriza (aquilo que pode ser dito) e aquilo que cada FD não autoriza (o que é silenciado). Dessa forma, percebe-se que duas FD podem ser contraditórias, pois, ao serem examinadas, encontram-se em relação

de delimitação recíproca: uma formula o que é interdito pela outra. Como exemplo disso, podemos citar o fato de Platão, ao escrever toda a sua obra (em especial *A república* e *As Leis*) está dando ênfase positiva a sua ideia política relativa à oligarquia e à monarquia, ao mesmo tempo em que silencia qualquer elogio à democracia ateniense, já que esta é a outra FD, cujas ideias não se relacionam com as de Platão.

2.3.11 Memória Discursiva

Quando se pensa, em AD, em memória, deve se ter em mente que não se trata de uma memória que cada indivíduo “carrega” consigo, mas, como diz Pêcheux:

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. (1999, p. 50)

A Memória Discursiva (MD), desse modo, é algo social, algo construído sócio-historicamente em que os mitos, as práticas sociais e a memória construída pelo trabalho dos historiadores se mesclam. Essa memória não é, de forma alguma, criada por um indivíduo, mas sim por uma sociedade. Pode-se dizer que essa memória discursiva é também uma produtora de sentidos. É através dela que a arte é construída, pois toda arte dialoga com outra arte e com a sociedade em que é produzida e também com o passado, o presente e o futuro, com a tradição e com a inovação.

Certos saberes interditos por determinada FD podem ser retomados pela memória discursiva. Do mesmo modo, é através da MD que se encontra a mutação dos sentidos de uma mesma palavra ou conceito. A MD, por isso tudo, é um conceito muito importante para o analista do discurso.

No caso de um texto literário como *Admirável mundo novo*, a categoria de MD seria muito mais ficcional, pois a memória discursiva surgiria da possibilidade de

existirem discursos históricos-ficcionais que aparecem durante a narrativa e que fazem menção a um passado histórico-ficcional. Já em relação à obra *A república*, o discurso pode ser visto pela própria história da Grécia, trabalho feito por muitos historiadores.⁹

2.3.12 Paráfrase e Polissemia

Em suas reflexões acerca da leitura, Orlandi (1987, p. 137) afirma que:

A paráfrase é considerada, na lingüística, como a “matriz do sentido”. Segundo nossa perspectiva, a polissemia é a “fonte do sentido” uma vez que é a própria condição de existência da linguagem. Se o sentido não fosse múltiplo não haveria necessidade do dizer. Matriz ou fonte de sentido, o importante é que esses dois processos são igualmente atuantes, são igualmente determinantes para o funcionamento da linguagem.

Em relação à leitura, teríamos, então, uma leitura parafrástica e uma leitura polissêmica, sendo que:

O jogo entre a *paráfrase* – que nesse caso seria a reprodução do que o autor quis dizer, o reconhecimento do sentido dado pelo autor – e a *polissemia* – que seria a atribuição, pelo leitor, de outros sentidos ao texto – é articulado, isto é, a relação entre paráfrase e polissemia se coloca como autolimitativa, uma dá os limites da outra. (Orlandi, 1987, p. 189 -190.)

Desta forma, a leitura parafrástica reproduz, sem desvios, os sentidos que a FD autoriza e que o sujeito-autor “quis” colocar em seu texto, enquanto que a leitura polissêmica se afasta, produz o deslizamento dos sentidos que podem deslocar-se até uma outra FD. Tendo colocado isso, é preciso ressaltar que não há uma leitura que seja totalmente parafrástica ou totalmente polissêmica, pois, geralmente, tenta-se compreender o que determinado texto diz, porém essa compreensão dificilmente conseguirá alcançar totalmente o que o autor queria dizer.

No trabalho de interpretação, faz-se necessário estabelecer paráfrases

9 Aqui, nos valem das pesquisas de Ian F. Stone, presentes em *O julgamento de Sócrates*.

relacionadas às sequências discursivas recortadas do texto a ser analisado a fim de “melhor fazer trabalhar os efeitos de sentido que, a partir delas, podem ser produzidos”.¹⁰ Essas paráfrases, quando reunidas, constituem uma “família parafrástica”.

Essas são as noções da AD que funcionarão como auxílio para o dispositivo analítico desta dissertação. Segue-se a isso a narratologia, também importante aparato teórico para este trabalho.

2.4 NARRATOLOGIA

Utilizaremos, nesta dissertação, alguns conceitos provenientes da “Narratologia”. Narratologia entende-se aqui como o estudo dos vários tipos de narrativas, tanto as de ficção (literatura, cinema, teatro, novelas de TV, história em quadrinhos) como as de não-ficção (textos históricos e jornalísticos, por exemplo). Narratologia é um termo criado por Tzvetan Todorov em sua obra *A gramática do Decameron*. Segundo o autor, a narratologia seria: “uma teoria da narração” que estudaria não só a literatura como também outros tipos de narrativas “(como contos populares, mitos, filmes, sonhos, etc.)” (TODOROV, 1969, p. 10).

A narratologia foi e é muito influenciada pelo Estruturalismo. Vários autores ligados a essa vertente teórica (e desligados posteriormente também) têm ótimos trabalhos publicados a respeito das narrativas. Alguns desses autores com materiais importantes são: Tzvetan Todorov (*A gramática do Decameron, As estruturas narrativas, Introdução à literatura fantástica*), Umberto Eco (*Apocalípticos e integrados, O super-homem de massa, Seis passeios pelo bosque da ficção, A obra aberta*), A. J. Greimas (*Semântica estrutural*), Vladimir Propp (*Morfologia do conto*), Roland Barthes (*Introdução à análise da estrutura da narrativa*) e Joseph Campbell (*A Jornada do herói, O herói de mil faces*). Com base nos estudos de narratologia, também na área de cinema há manuais de roteiro como o de Syd Field (*Manual de roteiro, O exercício do roteirista*) e do brasileiro Doc Comparato (*Roteiro*).

Os conceitos da narratologia que serão aqui utilizados servirão para a análise

¹⁰ Indursky in Orlandi, 1987, p. 197.

estrutural das obras *A república* e *Admirável mundo novo*. Dentre esses conceitos, serão importantes os chamados “Elementos da Narrativa”, que são: 1. enredo, 2. personagens, 3. espaço, 4. tempo, e 5. narrador (GANCHO, 1991).

1. Enredo ou intriga é, segundo Gancho (1991, p. 9) “o conjunto de fatos de uma história”, ou seja, é o conjunto de fatos ou situações que ocorrem em uma história. Todo enredo deve possuir dois elementos: a verossimilhança e sua estrutura interna. Por verossimilhança, entende-se a lógica interna dos acontecimentos e não a sua ligação com o mundo real. Em *Admirável mundo novo* (AMN), por exemplo, a criação de seres humanos em laboratório é explicada e, por que não dizer, autorizada pela tecnologia avançada descrita pelo narrador – nesse caso, há verossimilhança porque os elementos do texto não se contradizem. Um texto como *O crime do Padre Amaro*, escrito pelo realista português Eça de Queiros, dificilmente teria um Padre Amaro criado geneticamente em laboratório, pois a ideia do Realismo, como escola literária, não é extrapolar o “real” (da época, principalmente), mas sim apresentá-lo e criticá-lo. Além disso, manipulação genética não era um assunto dos realistas, embora o determinismo (uma ideia de genética um pouco mais antiga) fosse.

Yves Reuter, em seu livro *A análise da narrativa*, chama a atenção para alguns modelos de enredo (ele utiliza o termo intriga). Um desses modelos é o de Vladimir Propp, exemplificado em seu já clássico *Morfologia do conto* (obra de 1928). Nesse trabalho, Propp apresenta 31 funções básicas comuns a qualquer conto de fadas russo. Sobre esse trabalho teórico, Reuter chama a atenção para o fato de que:

esse repertório de ações [o repertório de Propp] continua a ser, sem dúvida, uma referência para a análise dos contos, mas tem sido objeto de muitas críticas: parece muito difícil de transferir para outras narrativas e, de certa maneira, constitui uma formalização inacabada. (REUTER, 2002, p. 35)

E apresenta um modelo “mais abstrato e mais simples”, elaborado por alguns teóricos “particularmente Adam, Greimas e sobretudo Larivaille” (REUTER, 2002, p. 35). Esse modelo é conhecido como “esquema canônico da narrativa ou esquema quinário” (Reuter, 2002, p. 36). Esse esquema divide a intriga em cinco partes: 1.

estado inicial, 2. complicação ou força perturbadora, 3. dinâmica, 4. resolução ou força equilibradora e 5. estado final. Gancho utiliza um esquema bastante parecido, mas que é dividido em quatro partes, a saber: 1. exposição, 2. complicação (ou desenvolvimento), 3. clímax e 4. desfecho (desenlace ou conclusão).

O elemento estruturador de todo enredo/intriga, segundo Gancho, é o conflito. A teórica coloca que o conflito é:

[...] qualquer componente da história (personagens, fatos, ambiente, idéias, emoções) que se opõe a outro, criando uma tensão que organiza os fatos da história e prende a atenção do leitor (GANCHO, 1991, p. 11).

Para Reuter, o conflito é a complicação “que permite movimentar a história e fazê-la sair de um estado [de repouso] que poderia durar” (REUTER, 2002, p. 36).

O conflito, sem dúvida, é a força-motor da narrativa, é ele quem faz o enredo acontecer. Em AMN, por exemplo, a inadequação de Bernard, um Alfa (casta superior) com a aparência de um Delta (classe bastante inferior) é uma das forças-motrices da narrativa; é principalmente graças a esse “complexo de inferioridade” que Bernard acaba trazendo o Selvagem para a cidade e causando toda a ação dramática da narrativa. É claro que pode haver mais de um conflito em uma mesma narrativa, principalmente no caso do romance e da novela, que podem apresentar núcleos de personagens. Apesar disso, no caso de AMN, o conflito, mesmo se considerarmos outra personagem como o centro da trama, como o Selvagem, por exemplo, há também a inadequação do Selvagem em relação ao novo mundo que lhe é apresentado. O conflito, em AMN, pode-se dizer, é a inadequação de certas personagens a um “mundo perfeito”, a uma utopia, que acaba causando o desequilíbrio. E é esse desequilíbrio que cria, para o leitor, o interesse da narrativa. Se AMN fosse tão somente a descrição de um mundo possível, não seria um romance, uma ficção, mas sim algum outro gênero textual, provavelmente um exercício de “futuurologia”.¹¹

Por exposição, (ou nos dizeres de Reuter: o estado inicial) entende-se a apresentação de alguns elementos da narrativa como as personagens, o ambiente, o tempo em que se passa a história, etc., que geralmente ocorre no início da

11 Segundo Dennis Gabor, em seu livro *O desafio do futuro*, a futurologia é a ciência que estuda os possíveis impactos na sociedade humana quando da criação de novas invenções.

narrativa. No caso de AMN, em especial, ela ocorre, de fato, no início da narrativa (nos três primeiros capítulos), mas isso não é uma regra sempre seguida.

A complicação é a parte do enredo em que acontece algo que modifica o equilíbrio da narrativa ou o *status quo* do ambiente em que se passa a história (é onde se instaura o conflito ou complicação). É também a parte do texto (a maior, em geral) em que há o desenvolvimento da complicação causada pelo conflito e pela perda do estado inicial de equilíbrio. Para Reuter, o desenvolvimento é chamado também de dinâmica.

O clímax é o ponto mais alto, mais decisivo da narrativa e geralmente encontra-se próximo do fim (da resolução, do desfecho) da história. Reuter não utiliza a ideia de clímax. Ao que parece, para ele e os outros narratologistas que ele cita (Adam, Greimas e Larivaille), o clímax já faz parte da dinâmica da narrativa.

O desfecho, por fim, é o retorno (ou não) ao equilíbrio inicial. Para Reuter é o estado final da narrativa, a resolução que:

[...] conclui o processo das ações, instaurando um novo estado, que vai perdurar até a ocorrência de um nova complicação (Reuter, 2002, p. 36).

Faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que uma história pode começar pelo meio (*media res*) ou fim, e que também pode não haver um clímax (às vezes, como em certos contos de Tchekov, o clímax é anti-clímax, ou seja, a espera de que algo aconteça, por parte do leitor, é frustrada quando nada de fato acontece). O que se tenta colocar aqui é que essa estrutura fixa nem sempre é tão respeitada, e que, inclusive, quebrar essa estrutura acaba sendo o ponto mais criativo de uma narrativa ou mesmo um clichê pós-moderno (as chamadas meta-narrativas que de tanto quebrarem paradigmas acabam criando novos que se desgastam e tornam-se clichês).

2. Personagens: As personagens são o centro da narrativa. São elas que fazem o enredo acontecer. Pode-se dizer que sem personagem não há enredo. Mesmo em uma narrativa mais “realista”, como um documentário, por exemplo, há personagens (mesmo que esses fossem uma paisagem). Segundo Candido (1968, p. 53): “o enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo”. E o

mesmo autor, logo adiante, ainda afirma que é a personagem quem:

representa a possibilidade de adesão afetiva e intelectual do leitor, pelos mecanismos de identificações, projeção, transferência etc. A personagem vive o enredo e as idéias, e os torna vivos (CANDIDO, 1968, p. 54).

Segundo Gancho (1991. p. 14),

Bichos, homens ou coisas, os personagens se definem no enredo pelo que fazem ou dizem, e pelo julgamento que fazem dele o narrador e outros personagens.

No caso dos textos que serão analisados aqui, pode-se dizer que em Platão, há, geralmente, como grande personagem o sempre vitorioso em qualquer debate Sócrates (sem Sócrates para provocar os debates não haveria diálogo, apenas monólogo). Em AMN há várias personagens, como o Selvagem, Bernard, Lenina, etc.

Segundo a narratologia, as personagens podem ser classificadas em relação ao papel que desempenham no enredo e quanto ao modo como são caracterizadas. Quanto ao papel, podem ser: protagonista que, basicamente, é a personagem principal; antagonista que é, basicamente, a personagem que se opõe ao protagonista; e secundários, que estão em relação de amizade ou inimizade com o protagonista ou o antagonista. Quanto à caracterização, as personagens podem ser planas (menos complexas) ou esféricas (mais complexas). Essa diferenciação entre a personagem plana (*flat characters*) e a esférica (*round characters*) foi proposta por E. M. Forster em sua obra *Aspects of the Novel*, de 1949.

Antonio Candido, em seu ensaio “A personagem do romance”, faz uma ótima análise dessa ideias de Forster sobre a personagem de ficção. Para Candido (1968, p. 63), as personagens esféricas:

não são definidas por Forster, mas concluímos que as suas características se reduzem essencialmente ao fato de terem três, e não duas dimensões; de serem, portanto, organizadas com maior complexidade e, em consequência capazes de nos surpreender.

Também aproveitando as ideias de Forster, Candido nos chama a atenção para as diferenças entre o “Homo fictus” (a personagem de ficção) e o “Homo sapiens” (o homem real). Apesar de se parecem muito, o Homo fictus “Come e dorme pouco”, e conclui: “mas vive muito mais intensamente certas relações humanas, sobretudo as amorosas”. Além disso, o leitor consegue conhecer muito melhor a personagem de ficção que as pessoas reais, uma vez que “o romance nos leva para dentro da personagem” (CANDIDO, 1968, p. 63), o que é não é possível na vida real (por mais que psicólogos, psicanalistas e psiquiatras tentem).

Outra discussão de Candido, que merece ser aqui colocada, tem a ver com a “convencionalização da personagem” que é,

basicamente, o trabalho de selecionar os traços [mais marcantes da personagem], dada a impossibilidade de descrever a totalidade de uma existência (CANDIDO, 1968, p. 75).

Em outras palavras, pode-se dizer que a personagem é uma criação ficcional, formada por traços escolhidos pelo autor que façam sentido dentro de seu texto. A personagem, dessa forma, é regida por leis estéticas muito mais do que pelas leis da realidade. A personagem, pode-se afirmar, só existe no mundo ficcional, ainda que ela aparente ser até mesmo mais real do que as pessoas de carne e osso. Candido concluiu seu artigo dizendo que:

a verossimilhança, o sentido da realidade, depende, sob este aspecto, da unificação do fragmentário pela organização do contexto. Esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida, calor e os faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos. (CANDIDO, 1968, p. 80)

Essa característica marcante de ser mais vivo do que os vivos, faz com que muitos leitores confundam a personagem fictícia com uma pessoa verdadeira. Essa confusão, pode-se dizer, é a graça da literatura. O prazer estético vem justamente daí, do *parecer* verdadeiro ser mais verdadeiro que a realidade que só apreendemos de forma fragmentária e inconclusa.

Reuter (2002, p. 51), após apresentar várias teorias sobre as personagens da

ficção, conclui que:

é necessário, sobretudo, não subestimar o fato de que a personagem é um dos suportes essenciais do investimento ideológico e psicológico dos autores e dos leitores. Esse investimento repousa em parte na construção textual das personagens cujas categorias de análise precedentes permitem a compreensão; além de que, no funcionamento da sociedade e dos indivíduos. Para pormos em relação esses dois pólos, necessita-se, portanto, recorrer a outros quadros teóricos: o histórico, o sociológico, o psicanalítico...

O que Reuter diz é que a personagem também pode ser analisada fora do âmbito do intertextual (do texto apenas) no extratextual, e que, para isso, é preciso lançar mão de outros quadro teóricos. A Análise do Discurso, que será utilizada como quadro teórico neste trabalho, parece-me ser uma dessas teorias úteis também para a análise do texto literário.

Antes de passarmos para o próximo item da narratologia, o Espaço, faz-se necessário chamar a atenção para o nome das personagens. Reuter fala sobre os designantes que são “unidades que designam as personagens”. Dentre os designantes, interessa muito para este trabalho o nome da personagem. O mesmo teórico coloque que: “o nome é um fato designante fundamental da personagem” (REUTER, 2002, p. 100, 102) e que

Antes de tudo, ele “dá vida” à personagem. Como na vida real, fundamenta sua identidade. Do mesmo modo, contribui para produzir um efeito do real. (REUTER, 2002, p. 102)

O nome da personagem pode remeter a vários lugares intra e extratextuais. Ele pode remeter a uma época (nomes antigos ou exóticos), a um lugar geográfico (nomes russos, por exemplo, que possuem patronímico “Akaki Akakievitch” ou seja: Akaki filho de Akaki, o nome gagueira da personagem do conto “O Capote” do escritor ucraniano Nicolai Gogol), a um gênero literário (ex: nomes estranhos da FC como “Ming” e “Flash Gordon”) e pode também “distinguir grupos de personagens no próprio interior do romance” (REUTER, 2002, p. 102). O nome pode também ligar a personagem a uma ação que ela comete repetidamente na história – como um excelente exemplo temos as personagens de *O médico e o monstro*, Dr. Jackyl (a

pronúncia pode ser afrancesada e teríamos *je kill*, eu mato, numa mistura de inglês e francês, algo inusitado e que pode passar despercebido pelo leitor) e Mr. Hyde (a pronúncia próxima é “hate”, ou seja, “eu odeio” em inglês). Na saga de Erico Verissimo, *O tempo e o vento*, temos dois Rodrigues (o capitão e o Dr.), sendo que este nome significa “famoso pela glória”, e tanto o primeiro quanto o segundo Rodrigo da Trilogia estão sempre em busca da glória e da fama. No caso das obras a serem trabalhadas nesta dissertação, é de se chamar a atenção para o fato de todos os nomes de AMN fazerem referência a pessoas reais, mais precisamente cada personagem tem um nome duplo com duas referências a personagens do mundo real. Em *A república*, o nome das personagens também faz referência a personagens históricas, tanto é assim que a confusão entre um Sócrates histórico e real e o herói platônico sempre ocorre, principalmente em relação a leitores desavisados. A questão dos nomes será tratada nos capítulos destinados aos dois textos aqui analisados.

3. Espaço: é o lugar físico onde ocorre a história. Geralmente é construído através de descrições. Para analisar o espaço em uma narrativa, há alguns eixos importantes. Segundo Reuter (2002, p. 51), esses eixos são:

a. As categorias de lugares convocados, que podem ou não ter a ver com o nosso mundo, como, por exemplo: o espaço rural e o urbano, um lugar exótico, uma cidade conhecida, etc. No caso de *A república*, teríamos um lugar exótico para o leitor de hoje (uma estrada e uma festa grega do século V a.C.). Relativo ao AMN teríamos lugares bastante diversos dos comumente conhecidos pelos habitantes dos séculos XX e XXI, já que o texto se passa em um futuro longínquo.

b. O número de lugares convocados: que podem ser variáveis, partindo de um único lugar até múltiplos lugares. No caso de *A república* teríamos basicamente o local da festa em que Sócrates dialoga com outros atenienses e discute vários assuntos relacionados à justiça, e a estrada em que Sócrates é encontrado no início do texto. Em relação ao AMN, teríamos muitos espaços: a reserva indígena, a casa de Marx, o Centro de Incubação de Londres Central (CILC), o hospital, o gabinete de Mustafá Mond, etc.

c. O modo de construção dos lugares: se é mais ou menos detalhado, se é facilmente identificável ou não. Por ter vários lugares/cenários, em AMN alguns são mais detalhadamente descritos do que outros. Lugares importantes como a reserva indígena e o CILC são descritos em detalhes, outros apenas o necessário para serem visualizados. Em *A república*, por apresentar poucos lugares, esses são pouco desenvolvidos – o lugar que é realmente bem desenvolvido é a cidade perfeita descrita por Sócrates, porém ela não é um cenário em que as personagens envolvidas (o mestre de Platão e outros interlocutores) se movimentem.

d. A importância funcional dos lugares: se são apenas molduras ou se tem importância para o desenrolar da história. Em AMN, alguns lugares são muito importantes para o desenvolvimento da narrativa, como os já citados CILC e a reserva indígena, também o hospital em que morre a personagem Linda (a mãe do selvagem John) é importante. Outro lugar que reflete, inclusive, a personalidade da personagem é o gabinete de Mustafá Mond (um lugar cheio de livros proibidos, cheio de tentações escondidas dos outros habitantes e proibidas a eles também).

Reuter também chama a atenção para as funções do espaço. Para o teórico, os lugares tem em primeiro lugar a função de “definir a fixação realista ou não realista da história” (2002, p. 52). Desse modo, o espaço pode tanto ser uma representação do mundo próximo do leitor (digamos a Porto Alegre dos dias de hoje para um leitor porto-alegrense, quanto um local completamente inventado – a Terra Média de *O Senhor dos anéis* ou mesmo o mundo em que se passa a narrativa de AMN).

Reuter (2002, p. 54-55) coloca outras características importantes dos lugares, a de que eles também podem assumir várias funções em uma narrativa, tais como “Descrever o personagem por metonímia”, ou seja, mostrar como a personagem é através do lugar em que ele vive; “Descrever a personagem por metáfora”, em outras palavras, o local que o personagem observa pode ter a ver com sua personalidade; “Anunciar de maneira indireta os acontecimentos das narrativas”, como exemplos nas obras a serem analisadas teríamos: o hospital em que Linda está internada, que indicaria sua possível doença e a festa em que se encontra Sócrates, que indicaria que esse é um local de divertimento, o que dá ao debate

filosófico um ar também de diversão e passatempo; “Marcar etapas na vida e nas ações”, como a cidade civilizada em que viveu Linda e a reserva indígena onde ela teve que criar seu filho (marcando a queda física e moral da personagem em relação a seus pares civilizados); “Facilitar ou dificultar a ação”: dois bons exemplo em AMN são a forte segurança do hospital em que John, Marx e Watson lutam com os Deltas e as cercas elétricas da reserva indígena que impedem a saída dos selvagens para a civilização.

4. Tempo: Segundo Gancho (1991), o tempo fictício está ligado a vários fatores: à época em que se passa a narrativa e a duração ficcional da narrativa, nada tendo a ver com o tempo que o leitor leva para ler a história. O tempo de uma narrativa pode ser cronológico (como o tempo do relógio real, segue do passado para o presente de forma linear) e psicológico (não segue a cronologia, podendo haver recuos para o passado e mesmo a total ausência do tempo, pois se passa dentro da mente da personagem, em um lugar atemporal).

Segundo Reuter (2002, p. 57), as indicações do tempo dentro de uma narrativa, assim como o espaço, têm várias funções, sendo a principal “fazer a fixação realista ou não realista da história”, pois para o teórico:

Quanto mais precisas elas forem, em harmonia com aquelas que regem o nosso universo, mais remeterão a um saber que funciona fora do romance e mais participarão, com outros procedimentos [...], da construção do efeito do real.

Também como o espaço, o tempo pode ser bastante diferente do “real”, acontecendo, por exemplo, de o tempo ser vago ou impreciso, ser imaginário (“Era uma vez...”), ser um tempo futuro ou um passado imaginário (Ficção Científica, como em AMN), e também pode ser “embaralhado”, como em certos textos de Clarice Lispector (*Perto do coração selvagem*).

Reuter (2002, p. 58) também chama a atenção para as várias funções do tempo em uma narrativa. Entre elas, vale citar a de qualificar as pessoas e os lugares (as rugas e cabelos brancos, as rachaduras e a erosão), a estruturação das personagens (os mortos e os vivos, os jovens e os velhos, os adultos e as crianças), marcar etapas da vida das personagens (a infância, a velhice, a vida adulta), além

de facilitar ou dificultar as ações das personagens (pouco tempo para resolver algo). Além disso tudo, o tempo também pode contribuir para a dramatização da narrativa, podendo ser alterado ao sabor do autor (aumento do tempo no suspense, maior velocidade do tempo em certas passagens que avançam as narrativas muito tempo no futuro, etc).

5. Ambiente: o ambiente é, segundo Gancho (1991, p. 23), um local (espaço) repleto de “características sócio-econômicas, morais, psicológicas” onde os personagens vivem.

A mesma autora ainda diz que o ambiente liga o tempo ao espaço, sendo a “confluência destes dois referenciais” (GANCHO, 1991, p. 23). Como funções, o ambiente teria a de: “situar as personagens no tempo, no espaço, no grupo social, enfim, nas condições em que vivem” e também a função de “ser a projeção dos conflitos vividos pelos personagens”. A autora também chama a atenção para o fato de que o ambiente também pode entrar em conflito com a personagem e a personagem, da mesma forma, pode entrar em conflito com o ambiente. Isso, pode-se dizer, dá ao ambiente um caráter também de antagonista. Em AMN, por exemplo, fica evidente o conflito entre o Selvagem e o ambiente da cidade. Em outras distopias, como em *1984*, de Orwell, e *A Muralha Verde*, de Zamiatin, também o ambiente está em posição de antagonista em relação aos protagonistas dessas narrativas. A construção do ambiente é vital nos textos aqui considerados como distopias, pois o principal ponto de contato entre essas obras é justamente o ambiente repressivo em conflito com uma personagem que não se ajusta a ele. No caso de *A república*, a criação intelectual de um mundo perfeito por Sócrates demonstra o seu conflito com a realidade que o cerca (a democracia ateniense que tanto o incomodava).

6. Narrador: o narrador é aquele que narra a história, porém não deve ser confundido com o autor de forma alguma. Gancho (1991, p. 29) coloca que o narrador é: “[...] uma entidade de ficção, isto é, uma criação lingüística do autor, e portanto só existe no texto”. Tendo isso em conta, ela faz um alerta:

Numa análise de narrativas evite referir-se à vida pessoal do autor para justificar posturas do narrador; não se esqueça de que está lidando com um

texto de ficção (imaginação), no qual fica difícil definir os limites da verdade e da invenção. Este pressuposto é válido também para as autobiografias, nas quais não temos a verdade dos fatos, mas uma interpretação deles, feita pelo autor.

Apesar do alerta da autora de *Como analisar narrativas*, considero que algumas posições de algumas personagens do texto literário podem ser vistas também como posições do autor, uma vez que, ao estudarmos um pouco da vida e obra de um determinado autor, certos traços pessoais e ideológicos se tornam evidentes, assim como também temas que esse autor gosta de tratar em suas obras. No caso de Huxley, o tema “sociedade x indivíduo” é uma constante em seus trabalhos. No livro em que o próprio autor considerava como uma utopia de fato, (*A Ilha*, de 1962), e em seus ensaios teóricos como os contidos em *Moksha*, *Retorno ao Admirável Mundo Novo*, *As Portas da Percepção*, vários temas que são tratados em AMN também reaparecem ali. O que não é cabível é estereotipar o autor em função de suas personagens ou das falas delas (como, por exemplo, acusar o autor de nazista porque retrata um nazista em sua obra ou porque determinado personagem fala bem do nazismo). Para se ligar a obra ao autor, é preciso mais do que a leitura de um único livro, é preciso a leitura de muitos. Platão também tem seus assuntos preferidos, e um deles, a ideia de sociedade perfeita, aparece em alguns de seus escritos como *A república* e *As leis*.

A ferramenta de análise da narratologia é muito útil; porém, se levada às últimas consequências, pode-se chegar à conclusão de que uma narrativa é algo tão ficcional que nada tem a ver com a realidade. Obviamente, que Gancho não parece estar ligada a essa ideia tão radical, pois diz, em seu alerta sobre o narrador não ser o autor, que: “não se esqueça de que está lidando com um texto de ficção (imaginação), no qual fica difícil definir os limites da verdade e da invenção”, ou seja, os limites são difíceis de ser encontrados, mas isso não indica que sejam impossíveis, principalmente em uma pesquisa que se atenha não só ao textual como também ao extratextual.

Dentro da narratologia, essa propriedade de o narrador ser uma entidade de ficção, uma criação linguística do autor, fica bem clara e evidente, e torna-se muito útil para uma análise estrutural de uma obra, principalmente quando se estuda (e se tem em mente) a classificação dos narradores. Segundo Gancho (1991, p. 26), há

dois termos mais usados pelos manuais de análise literária para mostrar a função do narrador da história: o foco narrativo e o ponto de vista. Esses dois elementos estão ligados à posição ou perspectiva do narrador frente aos fatos narrados. Os tipos de narrador são dois (com suas variáveis): o narrador em primeira pessoa e o narrador em terceira pessoa.

O narrador em terceira pessoa está “fora dos fatos e narrados” e teria “um ponto de vista mais imparcial” (Gancho, 1991, p. 27). Ele também pode ser chamado de “narrador observador”, tendo como principais características a onisciência e a onipresença. Como variáveis do narrador em terceira pessoa teríamos o narrador intruso (que fala com o leitor e julga as personagens) e o narrador parcial (que escolhe contar a história sob o ponto de vista de uma personagem).

O narrador em primeira pessoa é aquele que narra o que vivencia, o que vivenciou ou o que ouviu falar. Ele tem um campo de visão muito mais limitado que o narrador em terceira pessoa, uma vez que não é nem onisciente e nem onipresente, ele só pode narrar o que viu, o resto são conjecturas, achismos (é clássico o narrador de *D. Casmurro* de Machado de Assis que narra somente o que vê, ou acha que vê, a ponto de tornar sua mulher, uma personagem sem voz na obra, uma possível traidora e aproveitadora). As variações do narrador em primeira pessoa seriam duas: o narrador testemunha e o narrador protagonista. O testemunha, em geral, não é a personagem principal, “mas narra acontecimentos dos quais participou” (Gancho, 1991, p. 28). O Doutor Watson, das várias aventuras investigativas de Sherlock Holmes,¹² é esse tipo de narrador. Ele conta o que acontece na história, porém ele se surpreende tanto quanto o leitor quando o grande detetive faz suas descobertas, uma vez que o que ele sabe não atinge nem a mente e nem as ações de Holmes que não sejam em sua presença. Se essas histórias fossem narradas em terceira pessoa, por um narrador onisciente e onipresente, boa parte da descoberta seria perdida. A escolha do narrador é vital para se contar uma boa história.

Em AMN, o narrador é em terceira pessoa, onisciente e onipresente, já em *A república* o narrador é em primeira pessoa – o narrador protagonista é o próprio Sócrates, como veremos nos capítulos posteriores sobre as obras.

12 Sherlock Holmes, de Sir Arthur Conan Doyle.

Até aqui, apresentamos os pressupostos teóricos que serão utilizados nesta dissertação. O capítulo seguinte tratará de o *Admirável mundo novo*, de seu autor, e do momento de produção desse texto (sócio, histórico e ideológico).

3 ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

Neste capítulo, diferentes aspectos igualmente importantes de AMN serão trabalhados.

3.1 AUTOR E MOMENTO HISTÓRICO DE PRODUÇÃO DA OBRA

A lição mais importante da história é que ninguém aprende as lições da história.
(A. Huxley.)

O interesse pela obra de Huxley surgiu em mim no ano de 2000, quando recém havia entrado na Universidade. Quase na mesma época, entrei na OE (Oficina de Escritores), um grupo de escritores amadores (hoje já composta de escritores profissionais, inclusive de uma vencedora do prêmio Jabuti, Vera do Val). Essa oficina sempre trabalhou com o gênero fantástico, sendo que lá a FC é considerada parte desse gênero (a questão do gênero não será discutida nesse trabalho, justamente porque há muitas controvérsias sobre o assunto). Como não conhecia muito do gênero FC, passei a ler alguns autores considerados “clássicos” ou até mesmo “cânones”, como Ray Bradbury, Philip K. Dick, Isaac Asimov, Arthur Clark, Robert Heinlein, H. G. Wells, William Gibson, e muitos outros. Foi aí que entrei em contato com a obra de Huxley, *Admirável mundo novo*, considerada uma FC – e fiquei bastante tocado não só por sua criatividade, como também pela sua escrita (o que, tendo lido no original em inglês, me ficou mais evidente) e pelas suas ideias.

Admirável mundo novo (AMN) é, até onde sei, a única FC escrita por Huxley; o mais próximo que ele escreveu dentro desse gênero (e que eu li) foi *A ilha* (o último romance do autor, obra editada pela primeira vez em 1962) que não tem os elementos mais comuns que caracterizam a FC (máquinas fantásticas, mundo futurístico, etc.), embora haja a descrição de um mundo utópico (ou eutópico).¹³ Além

¹³ Eutopia seria um mundo melhor que aquele em que o autor da ideia está incluído. Em *A ilha*, Huxley descreve uma ilha, Palas, onde os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade são dominantes e onde o coletivo e o individual vivem em harmonia. Essa Ilha é o inverso do resto do

desses dois livros, também li muitos ensaios do autor, a maioria contida nos livros *Moksha*, *As portas da percepção*, *O céu e o inferno*, *Retorno ao admirável mundo novo* e também a novela *O gênio e a deusa*. As ideias de Huxley me fascinaram tremendamente, principalmente ao saber que ele é considerado um dos mentores da contra-cultura nos EUA, e principalmente do movimento hippie (não que ele tenha sido um, e não que ele se considerasse um; apesar disso, muitas das suas ideias foram apropriadas pelos hippies. Ler *A ilha*, por exemplo, é praticamente ler um manual sobre como ser um hippie, sem o uso de drogas). Huxley pregava o amor livre, o amor pelo conhecimento e pelo autoconhecimento e o amor pela liberdade, mas não de uma forma superficial, como encontramos em alguns escritores de autoajuda, mas de uma forma crítica, sempre procurando contrapor o mundo em que vivia a um mundo mais justo e mais livre.

Huxley (1894-1963) assistiu aos maiores dramas do século XX e, como um homem afinado com seu tempo, foi capaz de antever e perceber para onde o mundo andava quando da construção de sua obra mais famosa, *Admirável mundo novo*.¹⁴ Nessa obra, de uma forma irônica, há uma crítica bastante forte aos governos totalitários, tanto de “esquerda” quanto de “direita”, e às ideias científicas totalitárias, anti-liberdade e formatadoras do indivíduo, sobretudo as de Watson (o *behaviorismo*) e as de Pavlov (o condicionamento pavloviano). Todas as personagens de AMN têm nomes bastante satíricos que brincam com os grandes nomes do totalitarismo, como Lenina (alusão a Lênin, um dos cabeças da revolução russa), Bernard Marx (alusão a Karl Marx, o pai da ideia de “ditadura do proletariado”), Benito Hoover (mistura de Benito Mussolini, ditador italiano, com J. Edgar Hoover, diretor do FBI americano nos anos 1930), Helmholtz Watson (alusão a um dos pais do Behaviorismo), Henry Foster (alusão a Henry Ford, o criador da linha de montagem) e Darwin Bonaparte (mistura de Charles Darwin – o determinista – e Napoleão Bonaparte – o tirano e invasor francês).¹⁵

— mundo ficcional descrito pelo autor. Mundo esse governado por opressores e por uma tecnologia a serviço dessa opressão. O próprio Huxley coloca que *Admirável mundo novo* é seu pesadelo futurista, enquanto que *A ilha* é seu modelo de sociedade justa.

14 Huxley viveu bastante tempo na Itália e conheceu muito do movimento pré-fascista que levaria o “Duce” Mussolini ao poder entre os anos de 1920 e 1940. Esse conhecimento de um governo totalitário seria utilizado e atacado em seus escritos, principalmente no que diz respeito ao uso da propaganda por esses movimentos anti-democráticos.

15 Essas informações foram retiradas de um ensaio do teórico Fábio de Oliveira Ribeiro que escreveu um ótimo texto sobre os nomes das personagens de AMN. Disponível em: < http://www.revistacriacao.net/admiravel_mundo_novo.htm >. Acesso em: 05 mar. 2009.

Em relação ao tema desta dissertação, “Utopia e Distopia”, Huxley escreveu um livro que foi traduzido em português como *Retorno ao admirável mundo novo*¹⁶ em que ele discute alguns dos temas trabalhados em AMN. Nesse livro, o próprio autor se relê e coloca que:

Nós que vivíamos na segunda metade do século XX d.C., éramos habitantes de um universo na realidade horrível; porém, o pesadelo daqueles anos de depressão era totalmente diferente do pesadelo do futuro, descrito no Admirável Mundo Novo. O nosso era um pesadelo de absoluta falta de ordem; o deles, no século VII d.F., de ordem em excesso. (HUXLEY, 1959, p. 16)

Para o autor, AMN é um pesadelo futurista. E continua:

As profecias feitas em 1931 estão para realizar-se muito mais depressa do que calculava. O abençoado espaço entre a excessiva falta de ordem e o pesadelo da ordem em excesso não surgiu e não apresenta sinais de começar [...]. No resto do mundo a liberdade para os indivíduos já desapareceu, ou estão patentemente em vias de desaparecer [nota: aqui ele compara a liberdade ainda existente no ocidente com a liberdade inexistente das grandes ditaduras, principalmente a russa]. (HUXLEY, 1959, p. 16)

Ao que parece, Huxley coloca sua obra como uma Distopia ao lado de uma outra famosa obra distópica, *1984*, de George Orwell. Essa comparação é feita pelo próprio Huxley quando diz que:

O “1984” de George Orwell constituía a projeção amplificada, no futuro, de um presente que continha o Estalinismo, e de um passado imediato que testemunhara o florescimento do Nazismo. O Admirável Mundo Novo foi escrito antes da ascensão de Hitler ao poder supremo da Alemanha e quando o tirano russo não calculara a sua marcha. Em 1931, o terrorismo metódico ainda não era a causa obsessiva nossa contemporânea que se havia tornado em 1948, e a futura ditadura do meu mundo fictício era, em grande parte, menos brutal do que a futura ditadura tão brilhantemente descrita por Orwell. (HUXLEY, 1959, p. 17)

Huxley, após ler *1984* (em 1949), envia uma carta ao seu autor. Nessa carta,

¹⁶ A edição traduzida que uso neste trabalho não contém data, mas, ao que parece, a edição original, “*Brave new world revisited*”, foi escrita em 1959. No *youtube*, página da internet para postagem de vídeos variados, há uma entrevista com Huxley sobre as ideias contidas nesse livro.

ele parabeniza Orwell por sua visão futurista bastante verossímil, porém, quando escreve *O retorno ao admirável mundo novo*, ele diz que:

Mas, afirmando nesse momento que as Grandes Potências podem abster-se por algum tempo de nos destruir, justo é dizer-se que tudo se apresenta, no momento, como se todas as vantagens pareçam mais a favor de algo como o Admirável Mundo Novo do que como algo como 1984. (HUXLEY, 1959, p. 17)

Aqui temos um discurso que coloca a literatura como algo engajado. Huxley, assim como Orwell, é um escritor que se utiliza da literatura para alertar sobre um futuro possível e para criticar o presente que observa. O fato de ele considerar sua obra mais possível como futuro real do que a de Orwell diz respeito a dois motivos utilizados em AMN: o controle mental e o reforço pelo comportamento desejável pelo *status quo*. Para Huxley,

A punição sustém temporariamente o comportamento indesejável, porém não elimina definitivamente a tendência da vítima em sentir-se bem ao agir desse modo [...]. A sociedade descrita no 1984 é uma sociedade controlada quase exclusivamente pelo castigo e pelo receio do castigo. No mundo ficcional de minha própria imaginação, o castigo não é freqüente e é, de um modo geral, brando. O controle quase perfeito exercido pelo governo é executado pelo reforço metódico de comportamento desejável, por inúmeras variações de manipulação quase não-violenta, tanto física como psicológica, e pela standardização genética. (HUXLEY, 1959, p. 18)

Em seguida, Huxley exemplifica sua argumentação a respeito das duas obras ao observar o funcionamento da ordem na União Soviética em 1954. Para ele, “a ditadura fora de moda de Stálin começou a ceder lugar a uma forma mais atualizada de tirania”. Nessa nova tirania, os engenheiros, cientistas, professores e os funcionários “mais dotados” são bem pagos para manter a massa sob controle das ideias do Estado ou dos detentores do *status quo*. Pode-se, tendo base no dito por Huxley, que o AIE do Estado Soviético adestrava seus cidadãos a ponto de eles não saberem mais se de fato existe um outro mundo diferente daquele em que vivem. Do mesmo modo, os ARE do Estado Stalinista dão conta de fazer desaparecer quaisquer dissidentes do estado totalitário. Para Huxley, o sistema soviético, o melhor exemplo de governo totalitário existente em sua época,

[...] coordena elementos de 1984 com elementos que vaticinam o que se passava entre as castas mais elevadas no Admirável Mundo Novo.

[...] forças impessoais as quais quase não podemos controlar parecem estar a empurrar-nos a todos em direção ao pesadelo descrito no Admirável Mundo Novo; e este impulso impessoal está sendo cuidadosamente acelerado por representantes de organizações comerciais e políticas que desenvolveram um número avultado de novas técnicas de manipulação em prol dos interesses de uma minoria, dos pensamentos e sentimentos das massas. (HUXLEY, 1959, p. 20)

O tema de “alguém (seja lá quem for) que manipula a massa”, citado pelo autor, é, hoje, a preocupação principal dos Estudos Culturais, da Análise do Discurso e de outras teorias das ciências humanas. Michel Foucault, Michel Pêcheux, Zygmunt Bauman, Edward Said, Stuart Hall, Derrida, só para citar alguns dos grandes teóricos dos séculos XX e XXI, também ocupam/ocuparam boa parte de suas obras tentando desvendar esse mistério. Hoje, fala-se muito de uma “nova ordem mundial”, e se tenta compreender quem, de fato, está “puxando as cordinhas das marionetes”, quem está “controlando a mente das massas”, quem, de fato, detém o poder – há quem diga que seja o capital, mas isso me parece muito mais complexo.

A época em que Huxley produziu sua obra é rica em contradições a ponto de um historiador, Eric Hobsbawm, chamar o século XX de “a era dos extremos”. É no século XX que a modernidade chega ao seu ápice e que começa também o seu declínio (a chamada pós-modernidade, época que “arrepia os cabelos” dos mais conservadores). A superespecialização da modernidade demonstra toda sua falta de humanidade, o que pode ser exemplificado pela tese central da obra de Zygmunt Bauman, *Modernidade e holocausto*. Nessa obra, o sociólogo polonês coloca que o holocausto foi o ápice da modernidade (se pensarmos em matéria de eficiência, sem pensar em valores morais, como o direito à vida, por exemplo). Para Bauman (1998, p. 34):

[...] o Holocausto é tão crucial para a nossa compreensão do moderno modo burocrático de racionalização não apenas, nem basicamente, porque nos lembra (como se precisássemos de lembrete) até que ponto é formal e eticamente cega a busca burocrática de eficiência [...]. A luz lançada pelo Holocausto sobre nosso conhecimento da racionalidade burocrática chega a ser estonteante quanto percebemos a que ponto *a própria ideia da Endlösung* [solução final] *foi um produto da cultura burocrática*.

Também sobre a questão do chamado “processo civilizatório”, Bauman (1998, p. 48) coloca que:

Proponho que uma importante lição do Holocausto está na necessidade de tratar a crítica seriamente e assim expandir o modelo teórico do processo civilizador, de forma a incluir sua tendência a degradar, censurar e deslegitimar as motivações éticas da ação social. Precisamos avaliar a evidência de que o *processo civilizador é, entre outras coisas, um processo de despojar a avaliação moral do uso e exibição da violência e emancipar os anseios de racionalidade da interferência de normas éticas e inibições morais*. Como a promoção da racionalidade à exclusão de critérios alternativos de ação, e em particular a tendência a subordinar o uso da violência a cálculos racionais, foi de há muito reconhecida como uma característica da civilização moderna, fenômenos como o Holocausto devem ser reconhecidos como resultados legítimos da tendência civilizadora e seu potencial constante.

Creio poder aqui afirmar, tendo em mente tanto o pensamento de Bauman quanto o de Huxley, que a modernidade (principalmente a do século XX) foi a busca da superespecialização e da superordenação. Foi o momento em que o ideal platônico de controle social descrito em *A república* e em *As leis* quase conseguiu alcançar êxito. Felizmente, para algumas pessoas, esse êxito foi retardado pelo próprio egoísmo do indivíduo humano.¹⁷

É bom que as coisas pareçam perfeitas, mas não há perfeição que resista quando alguém que conhecemos, e amamos, mesmo que seja apenas nós mesmos, será vítima de uma coletivização que não aceita as diferenças e as aniquila através do extermínio, por mais limpo que ele pareça (mesmo que o ideal seja de trazer felicidade a um determinado grupo). Há um ditado muito interessante que diz que “pimenta nos olhos dos outros é colírio”, e que pode ser completado da seguinte forma: “e nos nossos olhos é muito mais ardido do que pimenta”. A pós-modernidade, embora criticada como absurda e egoísta (há quem diga que ela traz uma junção de indivíduos e não uma sociedade de fato), é a resposta humana ao que foi a falta de humanidade da modernidade (ou melhor dizendo, do

¹⁷ Cabe aqui ressaltar o que entendo como indivíduo. Indivíduo é aquele que é capaz de fazer escolhas, discutir problemas e buscar o melhor para si, sem que, com isso, prejudique outro indivíduo. O não-indivíduo é aquele que apenas segue, sem questionar nem compreender, todas as regras do *status quo*. O indivíduo seria aquele que está mais próximo de uma ideia de liberdade, enquanto que o não-indivíduo é aquele que pode somente, e tão-somente, fazer parte das massas (das massas de manobra).

desvirtuamento e do quase apagamento do ideal humanista/iluminista: liberdade, fraternidade e igualdade). A luta entre os resquícios da modernidade e o que se considera como pós-modernidade pode ser vista em um duelo de titãs filosófico: Platão x Aristóteles – em outras palavras, o duelo entre a ideia de que o homem é alguém que deve ser governado por especialistas contra a ideia de que o homem deve autogovernar-se.¹⁸ Isso pode ser exemplificado por Ian F. Stone (2005, p. 34), quando fala sobre os seguidores de Sócrates que:

discordavam, muitas vezes com tanta ferocidade quanto os estudiosos modernos, a respeito do teor exato dos ensinamentos socráticos, até mesmo – e especialmente – em relação à natureza da virtude. Todos eles, porém, concordavam em uma questão: rejeitavam a *pólis*. Todos encaravam a comunidade humana não como um corpo de cidadãos dotados de direitos iguais, mas como um rebanho que precisava de um pastor ou rei. Todos tratavam a democracia com condescendência e desprezo.

A antidemocracia e a falta de fé no autogoverno levaram muitos países, e aqui nos limitaremos ao século XX, às ditaduras de direita e de esquerda,¹⁹ que se tornaram a matéria-prima para toda uma literatura distópica, gerando obras como *Admirável mundo novo*, *1984*, *Nós*, *Fahrenheit 451*, *Laranja Mecânica*, *O Tacão de Ferro*, etc.

3.1.1 Olhando deste momento histórico para os anteriores

Antes de seguir adiante neste trabalho, quero deixar claro que não considero que a “pós-modernidade” seja algo excelente e que a “modernidade” seja algo ruim. A questão aqui não é de bem x mal, bom x mal, justo x injusto ou qualquer outra ideia binária de positividade x negatividade. Apenas afirmo, ainda com certa relutância, que a chamada pós-modernidade, ou modernidade líquida (termo

¹⁸ No caso dos gregos, por homem livre entende-se aquele que é cidadão; os escravos e as mulheres não eram cidadãos.

¹⁹ Ainda que o totalitarismo esteja ligado ao pensamento de Platão, ele mesmo condena a tirania que considera pior do que a democracia, mas não melhor do que a Aristocracia (governo realizado por uma elite ou classe superior com um rei-filósofo) e a Timocracia (governo realizado composto por uma aristocracia, já sem o rei-filósofo). Esse assunto será mais bem tratado no capítulo dedicado a Platão.

cunhado por Bauman), parece mais próxima de uma ideia de democracia do que a chamada modernidade jamais esteve. Nos quarenta primeiros anos do século XX, quando do avanço desses totalitarismos (nazismo, estalinismo, etc.), “deficientes mentais”, “homossexuais”, “ciganos”, ou seja, aqueles que se encontravam fora do discurso nacionalista (“a América para os americanos”, “Não pergunte o que seu país faz por você, mas o que você faz pelo seu país”, etc.) e racial (“Tal raça é superior”) e utilitário (“Somente pessoas saudáveis devem viver”) eram vítimas de extermínios, enclausuramentos e expulsões, enquanto que hoje (pelo menos em alguns lugares) esses seres humanos são tratados realmente como os seres humanos que de fato são e sempre foram. Isso pode ser exemplificado pela força (e também pelo respeito) que recebem os movimentos como o antimanicomial, como os movimentos pela valorização das pessoas com “necessidades especiais” (antes chamados de retardados, loucos, aleijados, inúteis), com as políticas de afirmação racial e com o discurso quase dominante de respeito às diferenças (de sexo, religião e orientação sexual). Isso é quase um contraponto com a modernidade em que, numa Alemanha Nazista, por exemplo, matar e prender o diferente era aplaudido e/ou ignorado (pouquíssimas vezes rejeitado de fato), enquanto, hoje, uma ação desse tipo seria vista como algo absurdo e “desumano”.²⁰

Logicamente, não faço eco a Pangloss²¹ e Leibniz²², afirmando que “vivemos no melhor dos mundos possíveis”, entretanto, também não sigo um comportamento fatalista, como o de certos teóricos que só enxergam “o fim da civilização” e “a derrocada de todos os valores morais”.²³ Não vivemos no melhor dos mundos, basta assistir (na não possibilidade de ler) a qualquer Jornal Nacional, e veremos o quão longe estamos de um mundo perfeito, assim como basta estudar qualquer livro de História para vermos que não houve paraíso ainda na Terra, pois, como diria Huxley: “A lição mais importante da história é que ninguém aprende as lições da história”. Resta, ainda, acreditar na utopia de um mundo melhor e, se não se ajuda a chegar a

20 As obras críticas de Bauman, Foucault e Levinas, só para citar alguns exemplos, são cheias de referências aos desmandos e absurdos cometidos em nome da civilização, da nação e do utilitarismo – discursos dominantes da modernidade.

21 Personagem de Voltaire em “Cândido ou o Otimismo”. O otimismo vem principalmente da personagem Pangloss.

22 Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), filósofo e matemático alemão – um sujeito bastante otimista. Tão otimista que foi satirizado por Voltaire. Pangloss é a “homenagem” de Voltaire a Leibniz.

23 Esses discursos são tão repetidos que é, praticamente, impossível descobrir seu autor. Segundo a análise do discurso, eles estariam na memória discursiva.

ela, que também não se atrapalhe.

3.2 ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: TEMAS

Admirável mundo novo (no original *Brave New World*) foi escrito em quatro meses, no ano de 1931, sendo editado pela primeira vez em 1932. Foi o terceiro romance de Huxley, e é considerado como sua obra-prima. Até hoje é lido em muitas faculdades de Letras e de Pedagogia no mundo inteiro, principalmente por causa da discussão sobre o *behaviorismo* contido na obra.

A forte crítica ao *behaviorismo* já aparece no início do romance, quando há uma alusão bastante forte ao experimento de John B. Watson com o pequeno Albert.²⁴ Esse experimento é detalhado no livro como sendo um dos baluartes do condicionamento mental das crianças no AMN.

Um assunto bastante forte no livro é a engenharia genética, que, na época em que a obra foi escrita, era uma prática pouco conhecida ou era feita de forma mais rudimentar (enxertos de plantas, por exemplo). Hoje a engenharia genética é uma realidade, vide a clonagem recente de uma ovelha,²⁵ seguida da clonagem de outros animais e, talvez, até de humanos,²⁶ além, é claro, do mapeamento dos genes humanos e a fabricação em laboratório de sementes transgênicas. Essa nova prática é também matéria de muitos debates que envolvem a moral e a ética.

Também o tema da eugenia faz-se presente, com a ideia de diferenças internas e externas entre os indivíduos de castas diferentes, ou seja, os seus fenótipos e os seus genótipos serem totalmente controlados em ambiente laboratorial. Ao contrário da eugenia tradicional, que pregava a criação de uma raça pura de indivíduos com alto QI e sem doenças genéticas, em AMN, o controle genético, desde a concepção *in vitro*, cria indivíduos até mesmo estéreis, deformados e com retardo mental para fazerem os trabalhos mais sujos e perigosos. Isso é feito, segundo uma das personagens, para que cada indivíduo seja

24 Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Experimento_do_Pequeno_Albert >. Acesso em: 13 mar. 2009.

25 Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Ovelha_Dolly >. Acesso em: 22 jan. 2009.

26 Brincando seriamente com teorias da conspiração: quem garante que já não haja clones andando entre nós?

programado para ser feliz fazendo o que faz.

O controle mental exercido pelo Estado, a ponto de a família e a reprodução vivípara terem deixado de existir, também é um outro tema interessante, uma vez que uma das principais ideias do mundo de AMN é que a família era a maior fonte de doenças mentais e que a abolição da mesma acabaria com essas doenças.²⁷

Os temas discutidos e parodiados em AMN tornam a leitura desse livro sempre interessante, é uma obra que não se esgota nem na primeira, nem na segunda e diria que nem na milésima leitura, dada a riqueza do conhecimento de mundo e da habilidade estilística do autor. Com a ajuda de teorias já apresentadas no capítulo anterior, partirei, agora, para a análise de *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley.

3.3 ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: A ESTRUTURA DA OBRA

Se queres filosofar, escreva romances.
(Albert Camus)

AMN é um romance dividido em 18 capítulos. Essa divisão não é por acaso, uma vez que é possível observar uma construção bastante clássica, em matéria de narrativa, dentro do romance. Os três primeiros capítulos são dedicados, principalmente, à apresentação do mundo em que vivem as personagens: o mundo de 632 d.F. (depois de Ford) – em uma Inglaterra bastante modificada.

Aplicando uma análise da estrutura da narrativa, poderíamos dizer que esses três primeiros capítulos são de apresentação do “ambiente” e de algumas das personagens principais. Nesses capítulos, o leitor fica sabendo que esse mundo ficcional fica a mais ou menos 700 anos do momento em que a obra foi escrita/publicada (1932), uma vez que o Ford do “d.F.” nada mais é do que o Henry Ford (1863 a 1947),²⁸ o inventor da Ford Motor Company, do popular Ford T, da

²⁷ Alusão a Freud e suas teorias sobre as neuroses baseadas no complexo de Édipo. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Freud> >. Acesso em 14 mar. 2009.

²⁸ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Henry_Ford#Filosofia_de_trabalho >. Acesso em: 15 fev. 2009.

filosofia do “capitalismo de bem-estar social”²⁹ e do trabalho em série. As ideias de Ford, e em alguns momentos de Freud (há, inclusive, no romance, uma passagem sobre a dúvida de por que Ford às vezes era chamado Freud) são a grande filosofia desse admirável mundo novo.

É ainda nesses três primeiros capítulos que ficamos conhecendo um dos centros de incubação e condicionamento – “O Centro de Incubação e Condicionamento de Londres Central” – ao acompanhar um grupo de jovens em sua primeira visita a esse centro. O narrador coloca um personagem, o Diretor de Incubação e Predestinação (DIP), como aquele que apresenta o centro aos jovens e também ao leitor. Surgem algumas dúvidas no leitor, que são apresentadas pelas dúvidas desses mesmos jovens que, vez ou outra, perguntam exatamente o que gostaríamos de perguntar. Essas perguntas são respondidas ou pelo DIP ou por algum funcionário. Com essa técnica narrativa, composta de diálogos dinâmicos e fortemente marcada por características de cada personagem (o DIP, por exemplo, é bastante verborrágico e irônico, enquanto que Foster, um dos funcionários, é mais objetivo e “adora citar algarismos”) –, somos seduzidos pela narrativa e conduzidos por todo aquele mundo que parece estranho mas que, ao longo do texto, vamos compreendendo e sentindo como estranhamente familiar.

São esses diálogos que conduzem a esse estado de conhecimento e familiaridade com o mundo novo, esse “admirável mundo novo”. Tudo o que mantém esse novo mundo como é e como está vai sendo revelado, gradativamente, de forma a facilitar a compreensão do leitor.

Em primeiro momento, nos são apresentadas as informações acerca dos métodos de reprodução humana, que é feita toda em um laboratório (na realidade uma gigantesca fábrica), que se aproxima muito de uma linha de montagem fordiana. Nessa fábrica, os trabalhadores (a maioria, de classes superiores) trabalha

29 Capitalismo do bem-estar social refere-se à prática de negócios fornecendo serviços característicos do Estado do bem-estar social aos empregados. Foi centrado em indústrias de alto pagamento salarial (e não nas indústrias caracterizadas por baixos salários, alta rotatividade de empregados, trabalho infantil, ou condições de trabalho perigosas). Muitas empresas começaram oferecendo maior remuneração e compensações não-monetárias, como assistência médica, habitação, e pensões, bem como agências de emprego, treinamento interno, times esportivos e clubes sociais. Nos Estados Unidos, foram pioneiros George Pullman e Henry Ford, com elevados salários e habitação subsidiada. Isso coincidiu com leis estaduais da Era Progressiva, que proibia o trabalho infantil, impunha salários mínimos e tempo máximo; mulheres receberam proteções especiais e restrições. Material adaptado de: MANOW, Philip; EBBINGHOUS, Bernhard. **Comparing Welfare Capitalism: Social Policy and Political Economy in Europe, Japan and USA.** Routledge, 2001.

com o que é chamado de incubação e condicionamento. A incubação é feita através de inseminação artificial, porém o óvulo não é colocado na mulher, mas sim em úteros artificiais. O método vivíparo, o que ainda hoje utilizamos (com a inseminação natural, a gravidez e o nascimento) não mais existe – tudo isso é feito artificialmente. Dentro dessa engenharia genética, é possível escolher até mesmo a aparência e a futura profissão do embrião. Toda essa artificialidade é, todo o tempo, ironizada pelo narrador, que cria “pseudo-explicações” científicas para alguns condicionamentos, como, por exemplo, manter certos embriões, na maior parte do tempo, de cabeça para baixo – isso serviria para que eles já se acostumassem com essa posição a fim de se tornarem mecânicos de aviões em movimento, pois assim, segundo o DIP: “eles só são verdadeiramente felizes quando estão nessa posição”.

O controle do indivíduo é sempre ressaltado como algo positivo, e uma das grandes técnicas de reprodução chama-se “bokanovskização”, que consiste em dividir um único óvulo em vários outros que criam de oito a 96 gêmeos idênticos. Esses gêmeos idênticos são os membros das castas inferiores que, mais tarde, serão treinados para trabalhos repetitivos e que não exijam o uso do intelecto. Essa é uma das informações que nos fazem compreender que a “perfeição” dessa sociedade é devida, principalmente, à divisão de seus cidadãos em castas.

Alfas e Betas são as castas superiores, são altos e quase sempre muito belos. Alfas estão destinados a serviços que exijam o uso do intelecto e, em geral, tornam-se administradores e responsáveis pela criação de entretenimentos e condicionamentos. Já os Betas, em sua maioria, são operadores de máquinas sofisticadas e responsáveis pela maioria dos trabalhos de inseminação (que exigem mais delicadeza e destreza que inteligência e criatividade de fato), além de serem os objetos sexuais preferidos dos Alfas (são igualmente belos, porém bem menos inteligentes).

As classes inferiores são os Gamas, os Deltas e os Ípsilons, todos obtidos através da bokanovskização. Os Gamas têm trabalhos repetitivos, que exigem pouco uso do intelecto, embora sejam trabalhos mais especializados; Deltas fazem trabalhos mais repetitivos e pouco especializados, geralmente serviços domésticos e uso de máquinas simples, e os Ípsilons, que são semi-aleijões, retardados e um tanto quanto monstruosos, fazem os trabalhos ou mais perigosos e insalubres (em minas, por exemplo) ou mais idiotas (ascensoristas de elevador, por exemplo, no

romance, é uma dessas funções mais idiotizadas).

Além da divisão por castas, há todo um processo de condicionamento bastante sofisticado e quase totalmente eficiente.³⁰ O interessante desses processos é que eles estão ligados extratextualmente às ideias de Pavlov e de Watson, comportamentalistas famosos. Nesses processos também a hipnopedia, que consiste no ensinamento moral enquanto as crianças dormem, é amplamente utilizada. Todo cidadão é criado pelo Estado e por profissionais treinados (Alfas e Betas) que os “mantêm na linha”, ou seja, criam-nos estritamente dentro de preceitos morais aceitos por todos e mantidos pelos escalões mais altos da sociedade. Quanto mais alto o cargo, maior a inteligência, e também maior é o respeito pelo *status quo*.³¹

O contraste entre a época em que viveu o escritor e esse futuro é feito quando o DIP ou Mustafá Mond compara a época em que vivem com o “antigamente”.³² A família, por exemplo, é vista como algo imoral, nojento e, por isso, foi abolida. Mãe e pai são praticamente palavrões e causam aversão ou riso nervoso nos habitantes do novo mundo. Com base em uma leitura bastante peculiar das obras de Ford,³³ a família era o foco de uma infinidade de doenças mentais e de instabilidades, provocadas, principalmente, pela repressão sexual e pelo complexo de Édipo.

Outro contraste entre o mundo admirável e o “mundo real” em que a obra foi produzida tem a ver com a prática da sexualidade. Nesse novo mundo, não há sinais de homossexualismo, as relações são sempre heterossexuais, mas a união duradoura (o namoro, o noivado e o casamento) é considerado uma imoralidade, e ter vários parceiros sexuais é símbolo de *status* e de estrita aceitação das normas. As crianças, desde a mais tenra idade, são acostumadas com seus corpos, vivem quase todo o tempo nuas e praticam vários jogos eróticos em grupos. A solidão também é algo proibido, e cada um deve estar sempre acompanhado do maior

30 Nem todos são 100% condicionados. Uma pequena porcentagem de indivíduos acaba se destacando, e, quando esses se destacam muito além, são expulsos da comunidade.

31 Isso é muito bem caracterizado pela personagem Mustafá Mond, um dos dez administradores mundiais, chamado de “Sua Fordeza Mustafá Mond”.

32 Esse antigamente não é muito bem explicado pelos “professores improvisados” que não dão uma ideia muita clara de tempo para seus alunos, já que isso não é de interesse deles. O interesse real é apenas dizer que o passado era ruim e o presente excelente.

33 Algumas vezes confundido com Freud, ou seja, para a maioria dessas pessoas do futuro, Freud e Ford eram uma mesma personagem histórica. Isso exemplifica mais uma das brincadeiras de Huxley em relação a nomes de personagens famosas da História.

número de pessoas possível, pois “cada um pertence a todos”.³⁴ Com isso, qualquer entretenimento é sempre feito e organizado tendo em vista a utilização por grandes grupos. Em lugar da leitura, por exemplo, há o cinema-sensível,³⁵ em lugar da religião solitária, do autoconhecimento, como no budismo, por exemplo, há sempre a religião comunal que sempre acaba em uma orgia.³⁶

Em relação a drogas, há somente uma: o “soma”, que serve, principalmente, para o controle social. Nas castas mais altas, Alfas e Betas, ele é usado quando aparece qualquer sinal de instabilidade emocional, quando há alguma paixão mais forte, algum pequeno desgosto – coisas raras de acontecer, já que, durante todo o tempo, o Estado dá a seus cidadãos não só a oportunidade, mas sim e principalmente, a obrigação de serem felizes. Essa “oportunidade” ocorre seja por mantê-los úteis, no trabalho diário, seja por proporcionar-lhes o entretenimento em jogos, festas, cinemas, música, etc.³⁷ Para as castas mais baixas, o soma é dado sempre após o trabalho, quando vão relaxar nos jogos (onde gastam tudo o que ganham) ou quando vão copular. Infelizmente, o narrador não foca nenhum desses membros das castas inferiores, então não há muito mais o que falar sobre o dia a dia deles.

Essas condições maravilhosas de vida, apresentadas nesses três primeiros capítulos da obra, são, para alguns leitores, o pesadelo de uma sociedade tecnocrática e fria, mas, para outros, e aí reside a fascinação que se tem pela leitura/interpretação e suas múltiplas possibilidades (embora aqui eu apresente somente os dois extremos), a sociedade perfeita.³⁸ E essa dicotomia é o que leva à

34 A ideia do “ninguém é de ninguém” é trocada por “todos pertencem a todos”.

35 O cinema sensível é um cinema produzido com roteiros sempre pobres, em que as histórias são, geralmente, eróticas. Nessas salas de exibição, os espectadores, através de uma parafernália tecnológica, conseguem sentir o que as personagens sentem. A saída dos cinemas, inevitavelmente, leva ao sexo.

36 A religião desse lugar é a busca da união entre os cidadãos, realizada em um ritual com no mínimo 12 pessoas (seis casais). Nesse ritual, a música e o ambiente (totalmente controlado), além do uso do soma, levam seus participantes a uma excitação total, tanto física quanto emocional. O ápice do ritual é chamado de “Orgião-Espadão”, com uma dança tipo quadrilha e uma entrega sexual de uma mulher a um homem, com eventuais trocas de casais, até porque “todos pertencem a todos”. Os rituais são homenagens ao grande Ford. O símbolo máximo dessa religião controlada pelo Estado é uma letra T, homenagem ao Ford T, primeira grande criação de Ford. O T nada mais é que uma cruz sem o pedaço de cima, diria uma das personagens, uma espécie de bispo dessa religião.

37 Todas essas atividades são previamente testadas e aprovadas pelo Estado, sempre com o intuito de manter a estabilidade social e o consumo (movimentar a economia).

38 Não posso deixar de colocar aqui o fato de que na comunidade “Aldous Huxley” no Orkut (uma das páginas de relacionamentos internet mais usada pelos brasileiros), em um tópico sobre *Admirável mundo novo*, os comentários sobre a obra eram bastante diversos, indo, inclusive, de um extremo ao outro, ou seja, considerando a sociedade descrita no livro como desde perfeita até

inevitável questão: estamos face a um romance distópico ou a um romance utópico? Como leitor, e agora analista atento desse texto, devo dizer que a dúvida me ficou por muito tempo. Em caráter extratextual, pode-se dizer que a vivência dos diferentes períodos da minha própria história em que, por muitas e muitas vezes, li/interpretei o livro, me colocava mais de um lado do que de outro – às vezes me parecia uma utopia, de fato a realização de um mundo de ordem perfeita, um mundo bom; outras vezes, era a distopia completa, o fim da humanidade como a conhecemos, e da liberdade que tanto prezamos atualmente: liberdade essa atravessada pelos discursos tão fortes de nossa época, como o respeito pelas diferenças e pelas peculiaridades de cada indivíduo.

Algumas outras questões, de caráter mais intratextual, também sempre se fizeram presentes: o mundo descrito em AMN é utópico para as personagens que vivem nele? É a realização de uma utopia ou é a realização de uma distopia? As personagens de fato pensam sobre isso?

Nesses três primeiros capítulos, temos somente o DIP, os alunos, Henry Foster, Lenina, Mustafá Mond e algumas outras personagens secundárias, e tudo o que é dito por todos eles apenas reflete o senso-comum daquela sociedade. Não há quaisquer discursos dissonantes, e esse mundo admirável é visto como “o melhor dos mundos possíveis”.

No capítulo IV, há a apresentação, de fato, das personagens mais importantes, os protagonistas de AMN: Bernard Marx, Lenina Crowne e Helmholtz Watson. O primeiro a ser descrito e trabalhado pelo narrador em suas características físicas e psicológicas é o semi-pária Bernard Marx, um Alfa Mais com problemas que o fazem não só se afastar dos membros da sua casta, como também sentir-se bastante desconfortável na presença dos membros das castas inferiores. Marx é complexado, em primeiro lugar, com sua aparência, pois é bem mais baixo que os outros Alfas e não muito bonito. Ele tem, na realidade, a constituição física de um Delta, e, por isso, é dito que ele é um defeituoso porque recebeu álcool durante sua decantação no laboratório³⁹ – um comentário maldoso sempre repetido pelos outros Alfas e até pelos Betas. Por causa desse defeito físico, ele não é muito procurado

absurda.

39 O álcool era usado para causar redução de tamanho nas classes inferiores. Os Ípsilons, a classe mais baixa, recebiam tanto álcool que ficavam anões, aptos a se enfiarem em qualquer lugar estreito.

pelas mulheres mais pneumáticas,⁴⁰ mesmo sendo a obrigação de “todos pertencer a todos”. Também pelo mesmo defeito, Marx torna-se um tanto quanto solitário, tendo como único amigo o também “recentemente estranho” Helmholtz Watson. Apesar de todos os defeitos físicos, Marx é um dos melhores psicólogos de Londres, e o mais produtivo dos especialistas em hipnopedia. Alguns dizem que é só por sua eficiência que ele ainda não foi expulso do país, pois vive uma vida um tanto solitária e, também por causa disso, é dado a falar coisas que não deve, que vão contra o que a sociedade prega.⁴¹ Apesar dessas diferenças em relação aos demais, que poderíamos dizer que o colocam em uma situação de um estranho no ninho, Marx é considerado inofensivo pelas autoridades.

Helmholtz Watson é o único amigo de Marx e é praticamente sua contraparte. Isso se deve ao fato de Watson ser extremamente viril, mais alto e mais forte que a maioria dos Alfas e um gênio da publicidade, sendo o inventor dos mais famosos *jingles* e frases feitas das propagandas transmitidas pelo rádio, além de ser um sucesso total com as mulheres.⁴² Apesar de todo esse sucesso, quando ele surge na história já está sofrendo uma crise de identidade, desejando ultrapassar as barreiras da publicidade e se tornar um poeta: algo totalmente proibido naquela sociedade. O problema desse personagem é ser bom demais, o que também acaba tornando-o um pária, o que o faz, mais tarde, junto com Marx, ser expulso de Londres e enviado para as Ilhas Falklands. Sua queda se dá quando resolve ler um poema seu sobre um tema proibido, a solidão, para uma classe de alunos. Watson, além de publicitário, era também professor de redação. Depois que o Selvagem, John, vai para a civilização e se nega a participar dela, Watson acaba se tornando um de seus únicos amigos, com quem passa muitas tardes lendo e discutindo Shakespeare.⁴³

Lenina Crowne é a única personagem feminina a ser bem trabalhada na história, e só aparece porque também é, como os outros dois, uma deslocada, porém em um grau bem menor. Quando pequena, durante uma sessão de hipnopedia, ela acordou. Isso fez com que seu condicionamento sofresse um

40 Por pneumática entende-se “gostosa”. As mulheres mais pneumáticas são as mais desejadas em AMN.

41 Ainda no capítulo III, ele aparece, somente para ser ignorado por Mustafá e pelo DIP, seus chefes, que o consideram alguém de péssima reputação.

42 Há uma cena em que três moças o convidam, de forma bastante sedutora, para que ele passe a tarde com elas, porém ele recusa. Apesar disso, ele tem a fama de ter ficado com mais mulheres do que a grande maioria dos Alfas.

43 A leitura é somente feita na edição trazida pelo Selvagem. Essa edição é considerada pelo Selvagem com um livro que contém magia.

pequeno abalo, o que a deixou com um sentimento que mistura horror e fascinação pelas classes inferiores (algo parecido com o que sentia o Lênin real, uma outra tirada satírica fantástica de Huxley). Talvez por isso, e também por querer conhecer uma reserva indígena, é que ela acaba se afeiçoando por Bernard Marx. Apesar de Marx ser fora dos padrões, ele está prestes a receber uma autorização para visitar uma reserva indígena com direito a levar acompanhante, o que é um desejo recente de Lenina.⁴⁴ Em meio a uma conversa com uma amiga, ela diz que gosta de Bernard justamente por ele ser “pequeno como um gato”. Durante o desenvolvimento da narrativa, ela se revela uma mulher com gostos estranhos para homens, pois, além de gostar de Bernard, acaba também se apaixonando pelo Selvagem John. No clímax da narrativa, ela acaba sendo agredida a chicotadas, em um acesso de fúria, pelo Selvagem.

Jonh, talvez a personagem mais importante do livro, só aparece de fato na metade da história (na página 142 desta edição que tem um total de 314 páginas). É ele quem vai dar mais força ao questionamento em relação ao AMN. John acaba se revelando o pária dos párias. Sua situação é muito pior que a de Marx (constrangido em sua sociedade), pois ele não é aceito nem entre os selvagens da reserva onde vivia e nem entre os civilizados com quem se vê vivendo. Ele é cheio de traumas, e isso se deve ao “pecado dos pais”. O rapaz é o filho ilegítimo de Tomakin, O DIP (o chefe de Bernard Marx), com Linda, uma Beta. Tomakin e Linda, outrora amantes, haviam visitado a reserva, há uns 20 anos, e ela acabou se perdendo dele após um acidente.

Quando se dá o encontro entre Bernard Marx e Lenina Crowne com o Selvagem, ainda na reserva, este se afeiçoa aos dois e logo os leva para casa para apresentar a mãe que, segundo ele, era, outrora, uma civilizada. O encontro com Linda⁴⁵ é um dos pontos altos do livro, pois ela é tudo, menos linda – na verdade ela

44 Quando ela efetivamente surge na narrativa, também já está meio entediada com a vida. Além de já ter ficado com mais homens do que a maioria das mulheres de sua casta (ela é extremamente pneumática, pois, ao contrário da maioria das mulheres, não é infértil), também já visitou muitos lugares e quer muito conhecer uma reserva indígena, por achar que lá ela vai encontrar alguma grande novidade.

45 O nome Linda é mais uma brincadeira de Huxley com os nomes de suas personagens. Linda em inglês não significa nada, porém é um nome de origem germânica que significa *soft* que, segundo o dicionário Michaelis é: *adj 1 macio, flexível, maleável. 2 mole. 3 baixo (voz). 4 afável, meigo. to be soft on the head coll ser um tonto, fazer coisas bobas. to be soft with somebody ser benevolente demais. to have a soft spot in the heart for somebody coll ter um fraco (uma inclinação) por alguém.* Todos esses significados demonstram bastante a personalidade de Linda, gorda no presente (macia, mole) e afável, meiga no passado e também mal vista na reserva por

é uma mulher extremamente gorda, flácida e, ainda por cima, desdentada.⁴⁶ Nesse encontro, Linda abraça Lenina (que se apavora com o odor e a aparência da mulher) e conta como sofreu naquele terrível lugar – a reserva indígena.

Ao mesmo tempo em que Linda conta suas desgraças a uma Lenina totalmente desconfortável com a situação, Bernard usa suas habilidades de psicólogo para descobrir tudo sobre o Selvagem John. É nesse momento que se inicia, de fato, o conflito da narrativa. Bernard descobre a verdade sobre o nascimento de John, faz um telefonema a Sua Fordeza Mustafá Mond e consegue levar mãe e filho para a civilização. Com isso, desmoraliza o DIP Tomakin,⁴⁷ torna-se famoso e começa a, finalmente, viver as benesses da civilização, sendo sempre visitado por todas as figuras eminentes da sociedade, pois é dele a responsabilidade pelo bem-estar de John. Esse período de fama e de alegria para John e Marx dura pouco, pois logo o Selvagem também se sente deslocado na civilização e se nega a receber as visitas que logo voltam a tratar Marx como o estranho que ele sempre foi.

John, como citado anteriormente, é o mais deslocado das personagens da narrativa, o mais problemático, pois, ao mesmo tempo em que é produto dos dois mundos, não é aceito em nenhum. Na reserva indígena ele é o único garoto branco e, além disso, é filho de uma mulher que é odiada por todas as outras mulheres. Na reserva, John nunca conseguiu se adaptar à vida em grupo, e também nunca teve a autorização desse mesmo grupo e de suas lideranças. Entre as mágoas/traumas sofridas na reserva, há a perda do primeiro amor para um jovem da aldeia, a proibição de participar da maioria dos rituais religiosos e, principalmente, a negação de fazer parte do ritual de passagem dos meninos da aldeia, o momento mais importante da vida de um rapaz daquele lugar.

Quando chega à civilização, em vez de ser acolhido como um igual, John é

fazer coisas bobas (não tinha habilidades manuais) e por ter um fraco por qualquer homem. Em espanhol e em italiano (países que Huxley conhecia) significa “muito bela”.

46 A situação de decadência de Linda é pelo abuso de drogas (peyote principalmente), comida e por uma surra recebida pelas mulheres da aldeia que a odiavam porque ela, criada/condicionada na civilização, tinha o hábito detestável, pelo menos naquele lugar, de ficar com todo e qualquer homem que a quisesse. Durante muito tempo, todos os homens a quiseram, pois ela era uma mulher bastante exótica, loira, branca e pneumática e também bastante sedutora, características padrão das mulheres Betas. Ela confessa a Lenina que jamais conseguiu se adaptar à vida na reserva e que só não saiu de lá porque estava grávida de John e temia muito se tornar uma excluída na civilização por ter se tornado mãe, um dos maiores “pecados” para os civilizados.

47 O DIP, no meio da visita de Marx à reserva, manda que ele volte para ser expulso e transferido para a Islândia, o que significava, para Bernard, ser enviado para uma prisão, ser expulso da sociedade. Apesar de não suportar a vida em sociedade, Bernard tinha muito medo do desconhecido, era muito materialista (outra brincadeira de Huxley).

tratado como uma curiosidade, algo próximo de uma animal falante, já que é um vivíparo.⁴⁸ Por causa disso, John passa a se sentir um verdadeiro estranho em uma terra estranha. Na sua mente, coexistem as tradições dos selvagens, que ele nunca entendeu completamente,⁴⁹ e o impacto com a descoberta da civilização, a não-adaptação a esse “admirável mundo novo” (que ele passa a odiar), o deixam ainda mais confuso. John também faz uma leitura bastante confusa da obra de Shakespeare,⁵⁰ o que completa o seu quadro de ser deslocado/problemático, a ponto de torná-lo um ser único, um indivíduo, porém extremamente solitário. Ele passa todo o tempo citando Shakespeare, de uma forma bastante patética, pois ninguém, além de Mustafá Mond, é capaz de compreendê-lo.⁵¹ Mas Mond acaba sendo o seu algoz, pois, ao proibir John de deixar a civilização, a fim de torná-lo uma cobaia e divertir-se com a fascinação dos civilizados pelo Selvagem, acaba contribuindo para seu trágico fim. O pobre, inteligente, sensível e deslocado Sr. Selvagem tenta o exílio, porém é logo encontrado pelos repórteres da civilização, mais precisamente pelo caçador de notícias Darwin Bonaparte e, depois de um ataque de raiva, seguido de uma espécie de ritual social,⁵² acaba cometendo suicídio.

Linda é a mãe de John que, abandonada⁵³ grávida na reserva, acaba vivendo por lá, sempre deslocada, odiada e, em geral, drogada com substâncias (como o *peyote*,⁵⁴ por exemplo) bem mais perigosas que o soma. Como dito anteriormente, ela é levada por Marx e Lenina para a civilização, junto com o filho John. Entretanto, isso só serve para que viva o resto de seus dias (mais ou menos dois meses)

48 Mustafá Mond não só aceita a vinda de mãe e filho como ainda aproveita para usar John como uma cobaia. Sua experiência consiste em observar o Selvagem na civilização e a reação da civilização em relação ao Selvagem. A crueldade de Mond chega ao extremo quando ele nega ao pobre Selvagem a esperança de viver em um lugar em que ele poderia ser mais feliz: as ilhas prisão para onde eram enviados aqueles que se tornavam indivíduos e não mais conseguiam ser parte do corpo social.

49 A religião dos selvagens, por exemplo, é uma mistura de xamanismo, com cristianismo e outras religiões pouco felizes. Uma mistura que traz principalmente uma ênfase na culpa e na mortificação do corpo para pagar os pecados.

50 Ele possui uma edição, já bastante desgastada pelo tempo, das obras completas de Shakespeare.

51 Watson acaba apreciando muito a obra de Shakespeare, porém, por ser um civilizado, não consegue compreender certas passagens da obra, principalmente relativas à família, ao casamento e à monogamia. Em determinado momento do romance, ele tem um ataque de risos por causa desses temas, o que desagradava enormemente o Selvagem que considera Shakespeare como uma espécie de deus.

52 O ritual consiste de um autoflagelamento em grupo, seguido de embriaguez e uma orgia sexual.

53 Ela se vê abandonada na reserva após um acidente no helicóptero em que estava com seu amante da época: o DIP Tomakin.

54 Disponível em: < <http://infodrogas.50webs.com/paginas/peyotefeit.htm> >. Disponível em: 13 jun. 2008.

totalmente imersa no mundo artificial criado pelo soma, onde é, novamente, jovem, bela e cheia de amantes. Ela acaba por morrer por causa do uso exagerado do soma, sendo provavelmente o único caso, em séculos e em Londres, de alguém com o corpo deformado pela idade e pela gordura a morrer de overdose de soma.⁵⁵ É devido à presença dessa mulher e de seu filho, que Tomakin (o ex-amante de Linda, e pai de John) é humilhado publicamente e passa o resto de seus dias também entorpecido pelo soma.

Sua Fordeza Mustafá Mond é um dos dez administradores do mundo. Um homem acima de qualquer suspeita que, apesar disso, possui uma grande coleção de livros de artes e filosofias antigas, o que é proibido para as outras pessoas. Outrora um físico brilhante, preferiu o poder de “cuidar da felicidade de todos” a continuar estudando física e a ser um indivíduo. Manipulador e sádico, aceita a vinda do Selvagem por sadismo e diversão, mesmo antevendo o que aconteceria ao rapaz. No final da narrativa, manda Bernard Marx e Helmholtz Watson para as Ilhas Falklands, onde os dois poderão, enfim, viver com outros que, como eles, “tornaram-se indivíduos”.

Para deixar mais clara como é estruturada a obra, temos:

1. Do capítulo I ao V há a apresentação do ambiente;
2. do capítulo V até o XV, temos o desenvolvimento da ação da narrativa;
3. pode-se também afirmar que do capítulo V até o VII, Bernard Marx é o protagonista, mas, a partir da chegada do Selvagem (capítulo VIII), esse protagonismo é dividido com John, que acaba superando Marx como protagonista a partir do capítulo IX;
4. o conflito principal da narrativa se dá com o impacto que a ida do Selvagem John causa ao mundo civilizado e, principalmente, aos personagens descritos anteriormente;
5. o clímax da obra se dá nos capítulos XVI (morte de Linda, fúria do Selvagem contra os Deltas no hospital), XVII (conversa de Marx, John e Watson com Mustafá Mond, quando muito sobre a história do ambiente é revelada);
6. e o desfecho, por fim, dá-se no capítulo XVIII (exílio de Marx e Watson, exílio e morte de John).

⁵⁵ Linda morre nos braços do selvagem, por insuficiência respiratória causada pelo excesso de soma. Infelizmente, isso causa mais um trauma ao pobre rapaz que acaba por se culpar pela morte da mãe.

A obra segue perfeitamente a estrutura da maioria dos romances do Século XIX e início do Século XX: apresentação, desenvolvimento e desfecho. Também possui personagens em uma construção bastante clássica do romance, sendo protagonistas John e Marx, secundários Lenina, Watson, Linda, e Tomakin, e tendo como antagonista Sua Fordeza Mustafá Mond. Pode-se também ser colocado aqui que o ambiente de Londres do Século VII d.F. é um forte antagonista para John, Marx e Watson, e um antagonista mais leve para Linda, Tomakin e Lenina. O Ambiente da reserva também poderia ser classificado como antagonista tanto para John quanto para Linda.

O principal tema da obra, ao que parece, é a luta do indivíduo problemático contra a sociedade que o oprime. Isso fica bastante evidente se pensarmos em Bernard Marx, mas fica ainda mais evidente se pensarmos no Selvagem John, o herói mais problemático⁵⁶ desta obra de Huxley.

O tempo cronológico da obra dura alguns meses, porém esse tempo é quebrado por lembranças da infância do Selvagem na reserva indígena.

O narrador é em terceira pessoa, é do tipo onisciente pleno, porém foca somente algumas personagens, principalmente Bernard Marx e o Selvagem John. Sua narrativa é marcada pela ironia e pela sátira social. *Admirável mundo novo* pode ser lido com um aviso de um mundo que poderá vir (aí seu caráter utópico/distópico) ou como uma alegoria do mundo que já está aí. A obra transcende seu tempo e nos dias de hoje continua bastante atual.

3.4 APRESENTANDO OS DISCURSOS DE AMN

Na maioria do livro há somente uma única formação ideológica (FI), que chamaremos aqui de “FI pró-mundo novo”. Essa FI é, todo o tempo, atravessada por saberes repetidos pelo condicionamento/assujeitamento dos habitantes dessa sociedade futurista. Essa FI, portanto, dá origem a uma “FD pró-mundo novo”, que é

⁵⁶ Por herói problemático, entende-se aquele que luta por si mesmo contra um mundo que o oprime. Diferente do herói trágico, John não é um membro da aristocracia, mas sim um pobre Selvagem que não compreende o mundo (Kothe, 1985).

formada pelos discursos que dizem, basicamente, como um cidadão desse mundo deve se portar, apagando, portanto, qualquer discurso que não seja considerado pertinente para a estabilidade do *status quo*.

Colocaremos, no quadro a seguir, algumas falas mais significativas das personagens (sequências discursivas). Uma vez que não há um discurso dissonante, e sim a repetição do lugar comum, que é a exaltação das maravilhas dessa sociedade utópica/distópica, não consideramos necessário nomear as personagens que os repetem.

O Quadro 1 é composto de três colunas. Na primeira coluna, temos as seleções discursivas (SD), trechos representativos sobre a descrição da sociedade utópica/distópica de AMN. Na segunda coluna, apresento os temas (assuntos) de que tratam essas SD. A terceira coluna é composta de uma paráfrase das SD, que serve para trazer à tona, de forma mais evidente e menos literária, aquilo o que está dito.

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
SD1: E esse é o segredo da felicidade e da virtude: amar o que se é obrigado a fazer. Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social a que não podem escapar. (p. 24-25)	CONDICIONAMENTO	O segredo da felicidade é fazer aquilo que o Estado manda sem se dar conta disso. A liberdade deve parecer real, porém é ilusória.
SD2: Nós condicionamos as massas a detestarem o campo (...) mas, simultaneamente, as condicionamos a adorarem todos os esportes ao ar livre. Ao mesmo tempo, providenciamos para que todos os esportes ao ar livre exijam o emprego de aparelhos complicados. De modo que elas [as pessoas] consomem artigos manufaturados, assim como transporte. (p. 34)	CONDICIONAMENTO ESTÍMULO AO CONSUMO	Da produção ao consumo, tudo deve ser controlado pelo Estado. É ele quem controla a economia em todas as suas fases.
SD3: Até que, finalmente, o espírito da criança seja essas coisas sugeridas, e que a soma dessas sugestões seja o espírito da criança. [...]. Mas também	CONDICIONAMENTO	O espírito do cidadão deve ser moldado pelo Estado. Ele deve crer naquilo que o Estado ordenar. O assujeitamento

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
o adulto, para toda a vida. O espírito que julga, e deseja, e decide, constituído por essas coisas sugeridas. Mas todas essas coisas sugeridas são aquelas que nós sugerimos, nós! (...) - Que o Estado sugere. (p. 40)		deve ser feito pelo Estado.
SD4: Cremos nas coisas porque somos condicionados a crer nelas. (p. 284-285)	CONDICIONAMENTO	O Estado aliena de tal forma o cidadão que ele crê naquilo que foi treinado para crer.
SD5: (...) é preciso que nos atenhamos a um só conjunto de postulados. Não se pode jogar Golfe Eletromagnético segundo as regras da Balatela Centrífuga. ⁵⁷ (p. 286)	ORDEM SOCIAL	Só pode existir uma única regra: a do Estado.
SD6: Toda a ordem social ficaria desorganizada se os homens se pusessem a fazer coisas por iniciativa própria. (p. 287)	ORDEM SOCIAL	O cidadão não deve pensar por si mesmo, deve esperar a ordem dada pelo Estado.
SD7: Mas a civilização industrial somente é possível quando não há desprendimento. É necessário o gozo até os limites impostos pela higiene e pelas leis econômicas. (p. 287)	ORDEM SOCIAL CONDICIONAMENTO	A civilização deve ser gerida por certas regras imutáveis. Conservar é necessário.
SD8: Não se pode consumir muita coisa se se fica sentado lendo livros. (p. 64)	ORDEM SOCIAL CONDICIONAMENTO ESTÍMULO AO CONSUMO	É preciso consumir para movimentar a economia que o Estado controla.
SD9: As rodas da máquina têm de girar constantemente, mas não podem fazê-lo se não houver quem delas cuide. É preciso que haja homens para cuidar delas, homens tão constantes como as rodas nos seus eixos, homens são de espírito, obedientes, satisfeitos em sua estabilidade. (p. 55)	ORDEM SOCIAL CONDICIONAMENTO DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS	Os cidadãos devem estar e ser preparados para assumirem a sua responsabilidade pelo bem estar da coletividade.
SD10: (...) todos são condicionados de tal modo que ninguém pode deixar de fazer o que deve. E o que se deve fazer é, em geral, tão agradável, deixa-se margem a tão grande número de impulsos naturais, que não há, verdadeiramente, tentações a que se deva resistir. (p. 287)	CONDICIONAMENTO PROGRESSO ALCANÇADO	O cidadão ao chegar a idade adulta acreditará que tudo o que o Estado diz é verdade. Não deverá existir espaço para o questionamento. Apesar disso, o Estado deve fazer com que a vida do cidadão não seja difícil.
SD11: (...) os Administradores compreenderam a ineficácia da violência. Os métodos mais lentos, porém infinitamente mais seguros, da ectogênese ⁵⁸ , do condicionamento	CONDICIONAMENTO PROGRESSO ALCANÇADO	A Educação deve ser feita pelo esforço positivo e sem violência. É preciso persuadir o cidadão de que ele vive no melhor dos mundos e que não

57 Jogos muito apreciados pelas classes mais baixas do AMN.

58 Por octogênese entende-se o condicionamento do embrião durante sua gestação nas máquinas

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
neopavloviano ⁵⁹ e da hipnopedia ⁶⁰ ... (p. 65)		há outro melhor.
SD12: O mundo agora é estável. As pessoas são felizes, têm o que desejam e nunca desejam o que não podem ter. Sentem-se bem, estão em segurança; nunca adoecem; não têm medo da morte; vivem na ditosa ignorância da paixão e da velhice; não se acham sobrecarregadas de pais e mães; não têm esposas, nem filhos, nem amantes, por quem possam sofrer emoções violentas; são condicionadas de tal modo que praticamente não podem deixar de se portar como devem. (p. 266-267)	CONDICIONAMENTO PROGRESSO ALCANÇADO	A estabilidade existe porque todos tem aquilo que devem ter. A segurança existe porque tudo que causava instabilidade emocional foi erradicado: as exclusividades (família, esposa, filhos, amantes).
SD13: Nós sacrificamos a grande arte. Temos, em seu lugar, os filmes sensíveis e o órgão de perfumes. (p. 267)	CENSURA CONTROLE SOCIAL CONDICIONAMENTO	A grande arte, a arte livre, amoral e, muitas vezes, imoral, aquela que acaba por questionar o <i>status quo</i> deve ser sacrificada em nome da ordem. Em lugar dela, é necessário a pura distração, o mero entretenimento.
SD14: Não queremos mudar. Toda mudança é uma ameaça a estabilidade. Essa é outra razão que nos torna pouco propensos a utilizar invenções novas. Toda descoberta da ciência pura é potencialmente subversiva: até a ciência deve, às vezes, ser tratada como um inimigo possível. (p. 272)	CENSURA CONDICIONAMENTO	Toda a mudança no <i>status quo</i> é maligna. O Estado deve ser sempre conservador.
SD15: Que necessidade temos de	CENSURA	O impulso religioso, a religião

do AMN. Um exemplo desse condicionamento é fazer com que certos embriões fiquem em partes mais quentes da máquina que os cria a fim de, quando atingirem a idade para o trabalho, sentirem-se confortáveis em lugares mais quentes.

59 O condicionamento neoplavoviano seria um desenvolvimento das ideias de Pavlov para condicionar os bebês de AMN a "amarem aquilo que são obrigados a fazer". Um exemplo disso aparece logo no início do livro, quando bebês Deltas, no centro de condicionamento neoplavoviano, são atraídos por livros e flores e acabam por levar choques elétricos a fim de incutirem medo nessas crianças tanto dos livros quanto das flores. A repetição desse aprendizado/tortura faz com que os Deltas sintam-se desconfortáveis na presença de livros e das flores, pois assim "Elas crescerão com o que os psicólogos chamavam um ódio "instintivo" aos livros e às flores. Reflexos inalteravelmente condicionados. Ficarão protegidas contra os livros e a botânica por toda a vida".

60 A hipnopedia é o ensino de moral através durante o sono. Enquanto o indivíduo dorme, uma voz, sussurrada em seu travesseiro, diz algumas frases para condicionar esse cidadão a algo. Um exemplo é a frase: "As crianças Alfas vestem roupas cinzentas. Elas trabalham muito mais do que nós porque são formidavelmente inteligentes. Francamente, estou contentíssimo de ser um Beta, porque não trabalho tanto. E, além disso, nós somos muito superiores aos Gamas e aos Deltas. Os Gamas são broncos. Eles se vestem de verde e as crianças Deltas se vestem de cáqui. Oh, não, não quero brincar com crianças Deltas. E os Epsilons são ainda piores. São muito broncos para saberem (...)".

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
<p>repouso, quando nosso corpo e nosso espírito continuam deleitando-se na atividade? De consolo, quando temos o <i>soma</i>? De alguma coisa imutável, quando temos a ordem social? (p. 283)</p>	<p>CONDICIONAMENTO CONTROLE DO IMPULSO RELIGIOSO</p>	<p>deve pertencer unicamente ao Estado.</p>
<p>SD16: E sempre há o soma para acalmar a cólera, para nos reconciliar com os inimigos, para nos tornar pacientes e nos ajudar a suportar os dissabores. No passado, não era possível alcançar essas coisas senão com grande esforço e depois de anos de penoso treinamento moral. Hoje, tomam-se dois ou três comprimidos de meio grama, e pronto. Todos podem ser virtuosos agora. Pode-se carregar consigo mesmo, num frasco, pelo menos a metade da própria moralidade. O cristianismo sem lágrimas, eis o que é o soma. (p.287-288)</p>	<p>PROGRESSO ALCANÇADO ESTABILIDADE SOCIAL CONTROLE DO IMPULSO RELIGIOSO</p>	<p>É preciso facilitar a busca do equilíbrio pessoal através da droga distribuída pelo estado. Se a religião é o ópio do povo, o soma é o ópio do povo dado pelo Estado.</p>
<p>SD17: O Processo Bokanovsky é um dos principais instrumentos da estabilidade social. (...) Homens e mulheres padronizados, em grupos uniformes. Todo o pessoal de uma pequena usina constituídos pelos produtos de um único ovo bokanovskizado. (...) Noventa e seis gêmeos idênticos fazendo funcionar noventa e seis máquinas idênticas! - Sabe-se seguramente para onde se vai. Pela primeira vez na história. (...) Resolvido por meio de Gamas típicos. Deltas invariáveis, Ípsilons uniformes. Milhões de gêmeos idênticos. O princípio da produção em série aplicado enfim à biologia. (p.14)</p>	<p>PROGRESSO ALCANÇADO ESTABILIDADE SOCIAL CONDICIONAMENTO DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS</p>	<p>A padronização a estandardização dos cidadãos deve ser uma meta a ser alcançada e mantida. Tudo deve ser planejado para a máxima eficiência do trabalho e para a maior produtividade. Cada cidadão, pertencente a sua classe, deve fazer seu trabalho da melhor e mais perfeita forma possível. O controle da produção e dos produtores deve ser o mais perfeito possível.</p>
<p>SD18: Porque, bem entendido, não se contentavam com incubar simplesmente os embriões: isso, qualquer vaca era capaz de fazer. (...) Nós também predestinamos e condicionamos. Decantamos nossos bebês sob a forma de seres vivos socializados, sob a forma de Alfas ou de Ípsilons, de futuros, carregadores ou de futuros... (...) futuros Diretores de Incubação. (p. 21)</p>	<p>PROGRESSO ALCANÇADO ESTABILIDADE SOCIAL CONDICIONAMENTO DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS</p>	<p>Todas as classes são predestinadas a serem o que o Estado necessita para se manter como sempre foi.</p>
<p>SD19: Toda a ordem social ficaria desorganizada se os homens se pusessem a fazer coisas por iniciativa</p>	<p>CENSURA CONDICIONAMENTO ORDEM SOCIAL</p>	<p>A iniciativa de tudo deve partir do Estado e seus administradores, jamais do</p>

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
própria. (p. 287)		indivíduo.
SD20: O senhor compreende, ele está proibido. ⁶¹ Mas, como sou eu que faço as leis aqui, posso também transgredilas. Impunemente, Sr. Marx (...) O que, lamento dizê-lo, o senhor não pode fazer. (p. 265)	CENSURA ORDEM SOCIAL PRIVILÉGIO DE CLASSE/POSIÇÃO SOCIAL	Alguns privilégios são somente para alguns indivíduos que podem, por sua posição social, estar acima do resto da sociedade.
SD21: Mas esse é o preço que temos de pagar pela estabilidade. É preciso escolher entre a felicidade e aquilo que antigamente se chamava a grande arte. (p. 267)	CENSURA CONDICIONAMENTO ORDEM SOCIAL ESTABILIDADE SOCIAL	A estabilidade se apoia na alienação e num falso bem-estar. A felicidade só é possível sem as artes subversivas.
SD22: Além disso, cada um pertence a todos os outros. (p. 52)	CONDICIONAMENTO ORDEM SOCIAL ESTABILIDADE SOCIAL	Ninguém é de ninguém. Todos pertencem a uma única sociedade.

Quadro 1: Seleções discursivas AMN e os assuntos de que tratam.

Esse quadro serve para ilustrar o discurso que nos interessa dentro da AMN: o discurso totalitário. Como se pode notar, alguns temas se repetem ou se atravessam, pois controle e ordem social, divisão de castas/classes, censura, eugenia e condicionamento são meios de se manter uma única visão de mundo, uma totalidade única e imutável, ligada a um Estado Totalitário.

⁶¹ No caso, estão falando na obra de Shakespeare, embora a obra do dramaturgo inglês esteja representando toda a grande arte pré AMN.

4 A REPÚBLICA: PLATÃO

Neste capítulo, a obra selecionada para comparar com AMN é apresentada analisada, ou seja, são feitas considerações importantes sobre *A república*, de Platão.

4.1 PLATÃO: BIOGRAFIA E MOMENTOS SÓCIO-HISTÓRICO E IDEOLÓGICO DA VIDA DO FILÓSOFO

A história da Grécia antiga é bastante complicada de ser trabalhada, principalmente se nos depararmos com a riquíssima obra de Platão. Mesmo com grandes e profundos estudos sobre esse tema, ainda assim a imagem dessa Grécia dos séculos V e IV a.C. permanece um pouco nebulosa, pois cada época e cada obra sobre esse mundo antigo estão presas à subjetividade do estudioso, à subjetividade do autor/historiador que, como já dissemos antes, é um sujeito sócio-historicamente determinado e possuidor de um inconsciente, ou seja, um sujeito assujeitado.

Vemos isso quando nos atemos, principalmente, à tentativa de refazer o caminho de Platão ou mesmo de compreender a sua mentalidade, tentar compreender por que escreveu o que escreveu e o que o levou a pensar no que pensou. Já nessa questão norteadora, ficamos presos aos nossos próprios preconceitos de homens dos séculos XX e XXI, com nossas ideias do que de fato é (parece a nós) uma democracia, a liberdade e o direito de se escolher a própria vida (pelo menos a ilusão que se tem a respeito disso). De certo modo, nós, habitantes de nosso presente, somos muito mais parecidos com a turba que tanto irritava Platão do que com o próprio Platão. É fácil perceber isso quando temos a oportunidade de conhecer algumas das leituras feitas sobre Platão e Sócrates por pessoas mais leigas. Para a maioria delas, Sócrates existiu tal como pintou Platão, e era praticamente um santo. Para outras, que se aprofundam um pouco mais nas obras também de Xenofonte, Sócrates se torna uma figura mais nebulosa, e mais

nebulosa ainda se o pesquisador (já não mais tão leigo) tiver a oportunidade de estudar obras de mesmo nível de *Paideia* e de *O julgamento de Sócrates*.

Um pesquisador da força e do conhecimento de Jaeger, por exemplo, tem uma visão bem mais positiva da obra platônica/socrática, enquanto que Stone, agitador político de esquerda, famoso por escrever contra todos os governos americanos, vê na execução de Sócrates um ato justo, já que o mesmo de fato “corrompia a juventude ateniense” com suas ideias anti-democráticas. Para Stone, Sócrates foi o provocador da própria morte por ter insultado seus juízes, dizendo-se “o único homem sábio”, enquanto que

Todos os outros, por mais eminentes que sejam, tanto os líderes políticos quanto os poetas – inclusive os poetas trágicos – , revelam-se todos ignorantes (STONE, 2005, p. 222).

Além disso, diz Stone que

Sócrates trata as acusações, o tribunal e a cidade com escárnio [...] [e] Propõe que, como punição, ele seja nomeado herói da cidade e, como tal, tenha o direito de fazer suas refeições gratuitamente, até o fim da vida no Pritaneu! (STONE, 2005, p.224).

O pritaneu, segundo o autor, era um lugar de honra, espécie de prefeitura da cidade, um símbolo da instituição democrática ateniense. Alguém acusado de corromper a juventude, de ser um antidemocrata, jamais poderia ganhar como punição fazer refeições num lugar que era a antítese de todo seu pensamento. Sócrates, dessa forma, ironicamente, provoca os juízes a lhe darem a sentença de morte. Além disso, Stone chama a atenção para o que ele chama de “os três terremotos” (2005, p.171) que foram:

[...] acontecimentos alarmantes [...]. Em 411 e 404, elementos descontentes, em conivência com o inimigo espartano, derrubaram a democracia e estabeleceram ditaduras, instaurando o terror. Em 401 a.C., apenas dois anos antes do julgamento, houve mais uma tentativa de golpe. Em todas as três convulsões cívicas, desempenharam um papel importante jovens ricos como os que se destacavam na *entourage* de Sócrates.

As lembranças de jovens aristocratas que se envolveram nesses acontecimentos estavam vivas o bastante para fazer com que Sócrates fosse condenado à morte. E foi o que aconteceu.

Pouco depois da morte de Sócrates, Platão saiu de Atenas e viajou para vários países, o que parece bastante normal para alguém ligado a outro que fora acusado de inimigo do estado democrático.

Sócrates fora executado pelo Estado Democrático não só porque insultou seus juízes e toda a cidade, mas também porque sempre pregou contra a democracia e foi o mestre de muitos conspiradores. Platão, ao colocar Sócrates como o herói da maioria de seus diálogos, e ao colocar somente a defesa de Sócrates como um diálogo/monólogo, parece-me ser, de fato, alguém que considerava a democracia algo ruim e ansiava, como bem prova em sua obra *A república*, por outro “mundo melhor” e “mais justo”.

A partir dessas observações, é possível perceber o quanto é realmente difícil traçar a vida e a obra de Platão, e, mais ainda, é quase impossível separar a figura de Platão da figura de seu Mestre Sócrates. De Platão, sabe-se, quase com certeza, que nasceu em 427 a.C. em Atenas, e que pertencia a uma família abastada e importante, pertencente à aristocracia de Atenas – por isso sua educação se deu dentro das ideias da *arete*⁶² grega. Sabe-se, também, que ele queria ser dramaturgo; mudou seu plano, porém, ao travar conhecimento com as ideias de Sócrates que, embora nunca tenha escrito nada, tornou-se a personagem principal da maioria dos diálogos platônicos. Outro dado importante diz respeito ao fato de que Platão tinha um grande interesse a respeito da política da Atenas de sua época, a ponto de dedicar três de suas obras mais importantes sobre isso: *O político*, *A república* e *As leis*, além, é claro de sua obra dedicada principalmente à religião, *O Timeu*. Outros assuntos de seu interesse são a retórica (tratado em *Górgias*), a busca pela verdade e pela justiça (tratado em todas as obras, sobretudo em *A república* e *As leis*). Como membro da Aristocracia, Platão não tinha necessidade de trabalhar e vivia de rendas; entretanto, em vez de viver no ócio, dedicou a sua vida à pesquisa sobre a verdade e a virtude e principalmente como essa verdade e essa virtude poderiam ser ensinadas e passadas para o jovens, a fim de que Atenas – que ele e Sócrates consideravam mergulhada na corrupção, na indolência e na funesta democracia,

62 Arete é a formação do homem grego com base na honra dos heróis da *Ilíada* de Homero.

estando controlada por demagogos que defendiam sempre o interesse da maioria ignóbil –⁶³ pudesse voltar a ser a Atenas de outrora, ou se tornasse uma nova Atenas.

O problema da criação de um Estado perfeito é o tema de *A república*. Sobre esse momento histórico, é importante colocar o que diz Jaeger (p. 565) sobre Platão e os outros discípulos de Sócrates:

Era de bom grado que os jovens aristocratas, criados em um ambiente de crítica severa à forma de democracia vigente em Atenas, davam ouvidos uma mensagem [de Sócrates] que, como aquela, pretendia melhorar moralmente a polis. Mas, enquanto para homens como Alcebiades e Crítias essa doutrina não fazia mais do que atizar a fogueira de seus ambiciosos planos de golpe de Estado, para Platão, a quem o seu tio Crítias convidou a colaborar no novo Estado autocrático, após a derrocada da constituição democrática vigente, era visível a incompatibilidade daquele regime com as ideias de Sócrates, e foi por isso que ele se negou a cooperar.

Esse fato se agravou ainda mais quando o “Governo dos Trinta”⁶⁴ proibiu Sócrates de continuar a ensinar o que, para Platão, junto com a tirania dos Trinta eram “sintomas infalíveis da podridão moral do novo Estado” (Jaeger, p. 565). Com a restauração da democracia e a queda dos Trinta, houve, então, o julgamento e a condenação de Sócrates, um dos fatos históricos mais controversos da história da democracia grega. Esse julgamento possui muitas versões, tanto de Platão (que não estava lá, mas escreveu sobre isso em segunda mão), quanto de Xenofonte. Entretanto, é interessante reforçar que, conforme assevera Ian F. Stone, as acusações nunca foram transcritas, somente a defesa – maravilhosamente escrita ou transcrita por Platão em *A apologia*, que, como discípulo principal de Sócrates e escritor genial, nunca disse toda a verdade dos fatos. O mesmo Stone acusa não só Platão como outros platônicos de esconderem a verdade e de pintarem os acusadores de Sócrates como pessoas bastante vis, tornando o episódio completamente maniqueísta (Sócrates estaria do lado do Bem, e seus acusadores,

63 Essa ideia fica clara em vários diálogos platônicos. Sócrates, em um desses diálogos, chega a dizer que o demagogo é como um vendedor de cavalos que vende burros àqueles que não sabem diferenciar burros de cavalos, mas que não engana àqueles que conhecem, de fato, o que é um cavalo. Com isso, atacava não só os demagogos, como também os cidadãos atenienses da época e o próprio sistema democrático.

64 O “Governo dos Trinta” foi criado através de um golpe de Estado, apoiado por parte da aristocracia ateniense, dentre eles muitos discípulos de Sócrates, que, aliados dos espartanos, conseguiram derrubar o governo democrático de Atenas e instaurar um regime repressivo que contava com trinta tiranos.

do lado do Mal).

Após a morte de Sócrates, em 399 a.C., Platão saiu de Atenas e foi viajar por várias terras bárbaras,⁶⁵ conhecendo o Egito e seu sistema de castas (que acaba influenciando o autor em sua descrição de um mundo perfeito). Há um documento sobre a vida de Platão, a carta VII, que suscitou muitos debates acerca de sua autenticidade. Jaeger faz todo um percurso da recepção dessa carta por vários estudiosos da obra de Platão. Alguns deles a consideraram uma falsificação pelo fato de ela ter uma citação de *A república*, pois, até determinado momento dos estudos platônicos, é tido que essa obra foi produzida na década de 380 a.C., enquanto que a carta é datada de 390 a.C. No final de vários debates, já próximos do século XX, diz Jager que a autenticidade da carta foi aceita, mesmo assim o próprio Jager (p. 699) avisa que:

Como vimos, já nos diálogos menores a análise socrática das virtudes está enformada pela ideia da virtude política, e no Protágoras e no Górgias o conhecimento socrático do Bem em si é concebido como arte política, da qual tem que se esperar toda a salvação. Quem tiver presente esse fato quase pode dispensar o testemunho pessoal de Platão na Carta Sétima, que abona a classificação da República como sua obra central, para que convergem todas as linhas dos escritos anteriores.

Ou seja, de acordo com Jaeger a leitura da carta não faz muita falta, porém não deixa de ser um material interessante para quem busca, no mínimo, o modo como Platão é representado na história.⁶⁶

As viagens que Platão fez, segundo Edson Bini, em sua introdução à tradução de *As leis*, não poderiam ter sido muito longas. Bini coloca que, em 385 a.C., Platão, com a ajuda de amigos (que o ajudaram financeiramente nesse projeto), já havia estabelecido sua Escola no “horto de Academos, para onde começaram afluír os intelectos mais brilhantes e promissores da Grécia” (PLATÃO, 1999, p. XXXIX). Por causa disso, acredita Bini que Platão não teria deixado sua Academia por tanto tempo.

65 Por bárbaras, entende-se qualquer terra ou lugar que não fosse grego. Por bárbaros, qualquer povo não grego.

66 O texto da carta apresenta um pouco da desilusão de Platão com a política, tanto em relação à democracia ateniense, quando em relação às tiranias que tentaram derrubá-la ou aos tiranos de Siracusa: Dioniso I e II. Nessa carta, Platão deixa claro o porquê de ter desistido da vida política e ter se dedicado exclusivamente à filosofia e ao ensino dela.

Um outro fato, acontecido em Siracusa (mais ou menos em 367 a.C.), também é bastante marcante para entendermos melhor quem de fato fora Platão. Depois de quase vinte anos afastado da política de sua cidade e dedicado somente a produção de suas obras e ao ensino da filosofia, Platão é convidado por Dion, seu discípulo e amigo de Siracusa, que, entusiasmado com as ideias de Platão acerca do rei-filósofo, aproveitou a morte de um parente (um tirano), Dioniso I, e a vacância do trono para convidar Platão a ser preceptor de Dioniso II, a fim de tornar o jovem monarca um rei-filósofo. Platão aceitou o desafio, porém logo percebeu o erro, uma vez que o jovem monarca não se interessou muito pelas suas ideias, pois era bastante mimado pelos interesseiros a sua volta. Essa tentativa frustrada de Platão por pouco não lhe causou a própria morte, pois os “interesseiros” não gostaram do discurso platônico, principalmente aquele contido em *A república*. Platão, como outrora havia abandonado a vida política em Atenas, também acaba abandonando a vida política em Siracusa, voltando ao seu estudo teórico e idealizado sobre a *arete* grega, a produção de suas utopias e o desenvolvimento teórico de sua filosofia, em sua Academia, o lugar em que essas ideias se tornariam tão fortes a ponto de chegarem até nós, muitas vezes de forma inconsciente, e ao nosso tempo.

Platão voltaria ainda, pela segunda vez, para Siracusa, agora a convite de Dioniso II, que dizia estar interessado em se tornar discípulo de Platão e aprender a filosofia. Platão fica entusiasmado com a ideia, porém o jovem monarca acaba demonstrando não se importar de fato com as ideias platônicas e ainda tenta reter o filósofo na cidade, em um episódio bastante dramático da biografia de Platão (ele chegou a ser oferecido no mercado de escravos da cidade). Platão só consegue sair de lá com a ajuda de Arquitas de Tarento. No seu regresso para Atenas, encontra Dion, que prepara uma expedição para derrubar o governo de Dioniso II, considerado um tirano. Em seguida, Dion consegue derrubar seu parente, porém é traído e assassinado por seus aliados logo em seguida.

Esses dois episódios em Siracusa, somando-se à morte de Sócrates fazem com que Platão afaste-se de vez da vida política, dedicando-se, novamente, somente ao ensino de sua filosofia e à produção de suas obras finais: *Timeu* (o mito cosmogônico que descreve a origem do universo), *Crítias* (que apresenta um Estado ideal parecido com o de *A república*), *Filebo* (que tem como tema a felicidade humana) e o inacabado *As leis* (que retoma o problema da política e que altera

algumas ideias centrais de *A república*).

Segundo alguns biógrafos, Platão morreu com pouco mais de 80 anos, deixando inacabada a obra *As leis*, uma Academia lendária e uma filosofia que influenciou e influencia até hoje o nosso modo de ver o mundo (seja essa visão boa, ruim ou ingênua).

4.2 PLATÃO – A OBRA

A obra de Platão é bastante extensa, composta de diálogos, obras póstumas e algumas cartas. Muitos estudiosos já se debruçaram sobre a obra de Platão e tentaram criar uma cronologia, porém não há um consenso quanto a que obra apareceu primeiro e qual apareceu depois. E mesmo o que temos hoje é ainda uma suposição, não uma verdade incontestável. No prefácio à obra *As leis*, Edson Bini (p. XLIII) afirma que:

Os diálogos cuja autoria de Platão é aceita unanimemente por sábios, estudiosos, eruditos, escoliastas, filólogos e helenistas de todos os tempos, em número de *nove*, são (em ordem não-cronológica, pois qualquer estabelecimento de uma cronologia que se pretenda objetiva e rigorosa é dúbio) os seguintes: Fedro, Protágoras, O Banquete, Górgias, A república, Timeu, Teêteto, Fédon, As Leis e Apologia.

Esse filósofo deixa bem clara a sua posição de aceitar esses nove, e também de não acreditar ser possível uma cronologia entre eles. Também Jaeger compactua da mesma ideia. Na Wikipedia, é possível encontrar uma cronologia, porém não é possível provar sua veracidade. Além dessas nove obras, ainda há mais dezesseis apócrifas ou “de autoria duvidosa”.⁶⁷

O estilo de Platão é bastante próximo da Literatura. Conforme pude observar, e também conforme dito pelos especialistas na obra de Platão, a leitura dos seus diálogos é imensamente prazerosa. Alguns platonistas, e isso já foi colocado anteriormente, acreditam que Platão quisesse, de fato, tornar-se um dramaturgo,

⁶⁷ Na edição de “As leis” da EDIPRO (ver referências) há um bom estudo sobre todas as obras atribuídas a Platão e as consideradas apócrifas.

porém, ao conhecer Sócrates, seu intento filosófico o fez criar uma outra forma literária: a dialética. A dialética é, para Bini (p. XLII) – e provavelmente para a maioria dos estudiosos da obra platônica –, o desenvolvimento da maiêutica. O estilo literário pode ser ilustrado pelo que diz o mesmo Bini (p. XLII):

Platão não se manifesta apenas como um filósofo, embora primordialmente o seja. No estilo e forma é também um escritor e na expressão, um poeta.

Ler Platão de forma desavisada, sem todo o alarde que o cânone causa e provoca na sua leitura, é ler um grande dramaturgo, cujo herói, Sócrates, o gênio irônico, muitas vezes o narrador em primeira pessoa, é inesquecível. E ainda:

Mas como contestar que o brilhante discurso literário do diálogo não dificulta e mesmo empana a compreensão e assimilação do pensamento do mestre da Academia?
É provavelmente o que ocorre, embora com isso nos arrisquemos a receber a pecha de racionalistas.

Eu chamaria Bini de racionalista, com certeza, pois o maior brilho de Platão está justamente nessa escolha literária. Platão faz literatura de excelente qualidade, e com isso cria uma obra riquíssima capaz de tornar um ser humano comum, Sócrates, em um mito, um santo-irônico, um sábio-simpático. O mito de Sócrates é tão forte que muitos o colocam lado a lado com Jesus (mito do cristianismo, entretanto verdade para os cristãos). A analogia entre Cristo e Sócrates é facilmente perceptível: ambos eram gênios, tinham o dom da palavra, eram inesquecíveis àqueles que os conheciam, tiveram discípulos, diziam estar a serviço de uma causa impossível para o Deus em que acreditavam (no caso de Sócrates: o demiurgo, para os cristãos, Deus – um único), ambos foram perseguidos por suas ideias e seus ideais, e ambos morreram por não negarem suas ideias e seus ideais (a morte de Cristo, obviamente, é bem mais dramática, com direito a torturas físicas e crucificação, enquanto Sócrates apenas bebe um cálice de veneno – talvez por isso Cristo seja mais famoso que Sócrates). Sócrates, como Jesus Cristo, é um personagem de uma grande tragédia em que a massa ignóbil (e a não ignóbil também) foi capaz de destruir porque “não sabia o que estava fazendo”.

Além da personagem de Sócrates, Platão foi capaz de criar uma obra que mistura de forma muito intensa a realidade e a ficção, pois cria toda uma atmosfera de verossimilhança interna (personagens que ficam furiosos com Sócrates, outros que se retiram, outros que aparecem, outros que fazem apologias, etc.; cenários bem descritos como banquetes, ginásios, estradas, etc.). Em *A república*, obra que será analisada no próximo item, alguns trechos sobre o narrador e as personagens também farão parte da análise a que se propõe este trabalho.

4.3 A REPÚBLICA

*A república*⁶⁸ é, sem dúvida, a obra mais famosa, mais conhecida e mais citada, direta ou indiretamente, de Platão. O mito da caverna, no livro VII, até hoje é tema literário (como exemplo, *A Caverna*, de José Saramago) e cinematográfica (*Matrix*, dos irmãos Wachowski). Em matéria de extensão, é a segunda maior, perdendo somente para *As leis* (obra inacabada e, segundo estudiosos, a última escrita pelo grande filósofo). Em matéria de importância, figura como a mais importante e a mais representativa. Isso fica bastante evidente quando se faz uma leitura mais atenta dessa obra. Enquanto que outros diálogos como *Górgias* e *O banquete* versam sobre poucos temas, os de *A república* versam sobre muitos temas, começando sobre o que é a justiça, chegando até a teorização de uma sociedade perfeitamente justa e ainda discutindo a imortalidade da alma, a reencarnação e os castigos dos injustos e os prêmios dos justos. Apesar de tantos temas igualmente interessantes e importantes, é o tema da sociedade descrita por Platão que mais me chamou a atenção, embora, como a maioria dos leitores, também tenha sido seduzido pelo mito da caverna.

O caráter utópico da descrição platônica é visto por vários autores, entre eles Jaeger, Thomas Morus, Campanella, etc. Muitos colocam que a sociedade descrita em *A república* é impossível de existir (portanto, uma utopia), já outros tentaram instalar coisas parecidas que acabaram em desastre (os movimentos fascistas e comunistas que deram origem às piores e mais sanguinárias ditaduras do século XX

⁶⁸ Em grego o nome original é *Politeia*, que vai um pouco além da ideia de república (do latim “coisa pública”).

são parcialmente inspiradas em *A república*). Alguns autores chamam a atenção para o caráter “comunista” e “socialista” dessa obra de Platão. Para muitos, o lugar perfeito descrito por Platão é o ideal do comunismo, porém um comunismo em que o Estado é fortíssimo e que, apesar de toda justiça, pode parecer um pesadelo (uma distopia) para muitos que leem essa obra. Cabe ressaltar aqui que a justiça impera na sociedade platônica, porém, a que custo para o indivíduo? Essa pergunta irá nortear parte de minha investigação acerca das utopias e distopias.

4.3.1 Estrutura de *A república* de Platão

A república é uma obra dividida em dez livros que abordam vários assuntos. Há também uma divisão em doze seções feita pelos estudiosos da escola alemã, tais como Kurt Hildebrandt, Francis Cornford e Eric Voegelin.⁶⁹ No caso deste trabalho, utilizaremos uma edição sem essas doze seções, sendo a obra somente dividida em dez partes.⁷⁰

A personagem principal do diálogo é Sócrates, assim como ele também é o narrador, como vemos no trecho inicial:

SÓCRATES — Fui ontem ao Pireu com Glauco, filho de Arfston, para orar à deusa' e também para me certificar de como seria a festividade, que eles promoviam pela primeira vez. A procissão dos atenienses foi bastante agradável, embora não me parecesse superior à realizada pelos trácios. Após termos orado e admirado a cerimônia, estávamos regressando à cidade quando, no caminho, fomos vistos a distância por Polemarco, filho de Céfaló. Ele mandou seu jovem escravo correr até nós, para nos pedir que o esperássemos. O servo puxou-me pela capa, por trás, dizendo [...] (PLATÃO, 2000, p. 5)

Outro trecho interessante que mostra o narrador Sócrates, sempre bastante irônico, é este:

⁶⁹ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/A_rep%C3%BAblica >. Acesso em: 7 jan. 2009.

⁷⁰ A edição utilizada é da coleção “Os Pensadores” da editora Nova Cultural. A tradução é de Enrico Corvisieri. Ao que parece, a edição que estamos trabalhando é mais popular, não tendo, inclusive, qualquer prefácio ou comentário de especialistas na obra de Platão. Há inclusive uma polêmica sobre plágio de tradução ligado ao nome desse tradutor. Ao que parece esta tradução é cópia de uma excelente tradução portuguesa.

Depois de falar dessa maneira, Trasímaco pretendia retirar-se, após ter, como um banhista, inundado os nossos ouvidos com o seu impetuoso e abundante discurso. Mas os assistentes não o deixaram partir e forçaram-no a permanecer para justificar as suas palavras. Eu próprio insisti com ele, dizendo-lhe [...] (PLATÃO, 2005, p.27)

O diálogo também é sempre bastante vivo, literário, jamais caindo na aridez do texto filosófico. O trecho a seguir demonstra essa vida no texto platônico:

Trasímaco — E como eu haveria de te convencer, se não o consegui com o que já disse? Que mais posso fazer? Será necessário que enfie os meus argumentos na tua cabeça?” (PLATÃO, 2005, p. 28).

Em geral, durante toda a obra, não há três pessoas ou mais conversando ao mesmo tempo. É sempre Sócrates e algum de seus interlocutores: ou Glauco, ou Adimanto, ou Céfalos, ou Trasímaco ou Polemarco; os demais, inclusive esses que foram citados, ficam somente observando e escutando o que parece ser um verdadeiro duelo de ideias. Essa característica é bastante verossímil, pois a arte da palavra era muito apreciada em reuniões e banquetes religiosos, tal como o que serve de pano de fundo para os diálogos. Como bom dramaturgo que era, Platão inicia o diálogo com Sócrates voltando de uma oferenda a deusa Bêndis, quando, de repente, é chamado de volta por um escravo a mando de Polemarco. Nessa primeira parte há até uma brincadeira feita pelos amigos de Sócrates:

Polemarco — Sócrates, parece-me que estás indo embora para a cidade.
 Sócrates — Tua suposição está correta.
 Polemarco — Estás vendo quantos somos?
 Sócrates — Sim, estou vendo.
 Polemarco — Então, se não fordes mais fortes que nós, tereis de permanecer aqui.
 Sócrates — Existe a possibilidade de convencer-vos a permitir que partamos?
 Polemarco — Será que conseguireis convencer-nos, se não quisermos ouvir?
 Glauco — De forma alguma.
 Polemarco — Saibais então que não vos ouviremos.
 Nesse momento Adimanto perguntou:— Desconheceis que esta noite haverá uma corrida com archotes, a cavalo, em honra da deusa?
 Sócrates — A cavalo?! Significa que os contendores passam os archotes uns aos outros enquanto correm com seus cavalos?
 Polemarco — Sim. E haverá também uma festividade noturna digna de ser vista. Iremos assistir a essa festa depois de havermos jantado. Muitos jovens estarão lá, e poderemos conversar com eles. Ficai para irdes

conosco.

Glauco — Não há dúvidas de que teremos de ficar.

Sócrates — Se julgas assim, é o que faremos. (PLATÃO, p. 5-6)

O texto inicia, desse modo, partindo daí para a festa e, nessa festa, o diálogo irá transcorrer e as ideias de Platão serão construídas através de uma obra mescla de ficção e realidade. Nesse texto, Platão não está nem estava presente, e, segundo consta, ouviu o relato de um dos presentes, provavelmente Glauco, mas, apesar disso, sua narrativa é como se ele lá estivesse, o que aumenta ainda mais o estilo literário do autor. Toda ironia Socrática na narrativa feita por Sócrates (protagonista e narrador) é construção platônica, pois como Platão conseguiria, inclusive, saber os pensamentos de Sócrates?

A qualidade estilística de Platão torna Sócrates uma personagem muito simpática e também consegue dar verossimilhança não só a técnica de discussão de Sócrates – a maiêutica – como ao método de Platão – o dialogismo. Na página 42, isso pode ser visto quando Glauco, no Livro II, diz a Sócrates que não conseguiu ser convencido da superioridade da justiça sobre a injustiça, propondo a Sócrates um método para encontrarem a verdade, o dialogismo.⁷¹

Eis como procederei, se estiveres de acordo: retomando a argumentação de Trasímaco, começarei por dizer o que geralmente se entende por justiça e qual é a sua origem; em segundo lugar, que aqueles que a praticam não o fazem por vontade própria, por considerá-la uma coisa necessária, e não um bem; em terceiro lugar, que têm razão para agirem assim, dado que a vida do injusto é muito melhor do que a do justo, como afirmam. Quanto a mim, Sócrates, não compartilho esta opinião. No entanto, sinto-me embaraçado, pois tenho os ouvidos cheios dos argumentos de Trasímaco e mil outros. Ainda não ouvi ninguém falar da justiça e da sua superioridade sobre a injustiça como o desejaria: gostaria de ouvir sendo elogiada em si mesma e por ela mesma. E é principalmente de ti que espero esse elogio. E por isso que, aplicando todas as minhas forças, elogiarei a vida do injusto e, ao fazê-lo, mostrarei de que maneira pretendo que censure a injustiça e elogie a justiça. Mas vê se isto te convém.

Sócrates — Caro que me convém. Com efeito, de que assunto um homem sensato apreciaria falar e ouvir falar com mais frequência?

Glauco — A tua observação é excelente. Escuta, então, o que eu vou expor-te em primeiro lugar: qual é a natureza e a origem da justiça.

⁷¹ O dialogismo é um método de busca da verdade um pouco diferente da maiêutica, mais presente no Livro I, quando se dá a discussão de Sócrates com Trasímaco (representante dos sofistas). O convite de Glauco é um convite ao uso do dialogismo.

A continuidade dos diálogo se dá com Glauco servindo de “advogado do diabo”, repetindo o lugar-comum de que a injustiça é melhor que a justiça, e que ser injusto é melhor do que ser justo. O trabalho de Sócrates é, desse modo, refutar o lugar-comum e trazer à luz da compreensão dos presentes o porquê de a justiça ser a maior das virtudes. E nisso Sócrates é Mestre (e Platão também) dando ao leitor todos os argumentos para se preferir a justiça à injustiça.

É ainda no Livro II que Adimanto toma a palavra para continuar questionando Sócrates. O assunto passa a ser o lugar-comum sobre o que se entende por justiça, o fato de “o parecer justo já ser motivo de ser justo”, o que Sócrates terá que refutar. Nesse trecho, vê-se o infundamento das acusações de Sócrates ter sido um corrompedor da juventude, pois Adimanto e Glauco, jovens aristocratas atenienses pedem a Sócrates que:

Eu, do meu lado, aceitaria que outro louvasse a justiça e condenasse a injustiça desta maneira, elogiando e condenando a reputação e as recompensas que acarretam, mas não aceitarei que tu o faças, a não ser que me ordenes, visto que passaste toda a tua vida a analisar esta única questão. Não te contentes, pois, em provar-nos que a justiça é mais poderosa que a injustiça, mas demonstra-nos também, pelas conseqüências que cada uma delas produz em seu possuidor, ignoradas ou não pelos deuses e pelos homens, que uma é um bem e a outra, um mal. Arrebatado pelos discursos de Glauco e Adimanto, cujas qualidades sempre admirara, disse-lhes [...] (PLATÃO, 2000, p. 52)

É nesse trecho que Sócrates é chamado a defender, conforme Adimanto, a única questão que passou toda sua vida a analisar: a justiça. É a partir dessa parte que Sócrates/Platão começa a teorizar o Estado perfeito, sua República. A descrição desse Estado utópico/distópico é o que mais interessa neste trabalho.

Antes de colocarmos aqui as SD que serão analisadas e postas em contraste/comparação com a obra de Huxley, creio ser preciso fazer um breve apanhado de como é essa cidade perfeita.

4.3.2 A cidade perfeita

Para Platão, falando através de Sócrates, uma cidade perfeita deveria ser pequena e conter tão-somente cinco trabalhadores: um agricultor (que plantará), um pedreiro (para construir as casas), um tecelão (para fazer as roupas), sendo que “cada um deverá desempenhar a sua função para toda a comunidade” (PLATÃO, 2000, p. 54). Mais adiante Sócrates explica o porquê de cada um desempenhar somente uma única atividade:

deduz que se produzem todas as coisas em maior número, melhor e mais facilmente, quando cada um, segundo suas aptidões e no tempo adequado, se entrega a um único trabalho, sendo dispensado de todos os outros (PLATÃO, 2000, p. 55).

Partindo dessa ideia, Sócrates coloca que é necessária a existência de outros trabalhadores, como o ferreiro para fazer as ferramentas (o arado, por exemplo), o carpinteiro e “muitos outros operários aumentando a população de nossa pequena cidade” (PLATÃO, 2000, p. 55). Com cada um fazendo o que lhe é de aptidão e respeitando uma outra lei, o controle de natalidade, “e regularão o número de filhos pelos seus recursos, para evitar os incômodos da pobreza e os temores da guerra” (PLATÃO, 2000, p. 66), a cidade será naturalmente feliz. Porém, um dos interlocutores, Glauco, chama a atenção para a pouca sofisticação da cidade que parece mais uma vila onde os moradores comeriam apenas “pão seco” (PLATÃO, 2000, p. 58). A partir daí Sócrates resolve criar uma cidade maior com maiores luxos, pois assim “é possível que um tal exame nos mostre como a justiça e a injustiça se originam nas cidades” (PLATÃO, 2000, p. 58). Ainda que reforce que a cidade perfeita e justa seja a pequena vila que criou, aceita o desafio dos interlocutores e começa a projetar uma cidade maior. Tão maior que acaba tendo a necessidade da guerra, pois:

Então seremos obrigados a tomar as pastagens e lavouras de nossos vizinhos? E eles não farão a mesma coisa em relação a nós, se, ultrapassando os limites do necessário, se entregarem, como nós, a uma

insaciável cupidez? [...] Iremos então à guerra, ou faremos outra coisa?

Partindo da ideia de que cada homem deve ter somente um único ofício, nasce a necessidade de se criar os guardiões, espécie de exército de especialistas na arte da guerra, tendo como única função a de defender a cidade e lutar contra os invasores. E esses guardiões devem ser

mansos com os seus e rudes com os inimigos; caso contrário, não esperarão que outros destruam a cidade: eles mesmo destruirão (PLATÃO, 2000, p. 62).

A educação dos guardiões é o ponto central de *A república*, pois, para Sócrates, o guardião deve ter um temperamento “irascível”, porém junto a isso uma “natureza filosófica”, ou seja, o bom guardião será: “filósofo, irascível, ágil e forte” (PLATÃO, 2000, p. 63). Para que isso aconteça, Sócrates exprime o princípio da sua pedagogia: “para o corpo temos a ginástica e para a alma, a música” (PLATÃO, 2000, p. 64).

Logo adiante ele critica certas fábulas falsas (cantadas) que tornam as crianças medrosas e diz que é necessário suprimi-las e criar novas fábulas que sejam verdadeiras para se chegar a uma educação perfeita, pois, para Sócrates: “o começo, em todas as coisas, é sempre o mais importante”, principalmente para os jovens, pois “Com efeito é nessa época que os modelamos e que eles recebem a marca que pretendemos imprimir-lhes” (PLATÃO, 2000, p. 64). Dito isso, Sócrates parte para a demonstração do que deve ser uma boa e uma má fábula, fazendo isso com a censura a vários trechos das obras de Hesíodo e Homero, sobretudo o que eles dizem sobre os deuses e sobre os heróis como Aquiles e sobre os líderes como Agamênon. A supressão de trechos em que se questiona a autoridade de Agamênon é para que os jovens não questionem as autoridades, que devem ser sempre vistas como boas; a supressão sobre as loucuras de Aquiles é para que os jovens não se espelhem num comportamento tão irascível, egoísta e ímpio, não condizente com um herói; e a supressão da ambiguidade dos deuses é para que os jovens pensem que os deuses são sempre bons e jamais cometem injustiças. Dessa forma, para o filósofo, o jovem terá somente bons exemplos para que seu caráter seja moldado

para a beleza e para a virtude. Todo o caráter e a função da técnica dos artesãos e das artes, sobretudo a música e a poesia, deve ter como fim a justiça, sempre dando bons exemplos para os jovens. Nisso, é possível afirmar que, para Sócrates, as artes devem ter uma função, que é educar os melhores para serem os melhores em um mundo perfeito (sob o ponto de vista dele, é claro).

A todo o momento, quando Sócrates demonstra a cidade perfeita, há a crítica à Atenas da época. O caso dos guardiões, por exemplo, é uma crítica ao fato de que em Atenas os cidadãos formavam o exército, sendo não soldados profissionais, mas sim soldados improvisados (diferente dos espartanos, que tinham um exército profissional, na verdade toda uma aristocracia de soldados que, para Platão, era um exemplo a ser seguido). Toda a questão de como educar as crianças diz respeito a uma pesada crítica contra os sofistas, considerados professores que ensinavam qualquer coisa a qualquer preço, ou seja, capazes de ensinar não somente a virtude e a beleza, mas principalmente o uso da palavra para benefício próprio, uma corrupção do verdadeiro valor da dialética e da filosofia. Além disso, é sempre criticada a questão também da riqueza, pois várias vezes Sócrates deixa claro que em sua cidade perfeita não haverá homens ricos e nem mendigos, mas sim um nivelamento em que todos terão o suficiente para viver bem e felizes, sempre lembrando que cada um deve fazer sua parte: ser o melhor na única atividade profissional que tiver.

Nessa cidade de “pura justiça”, as classes/castas superiores serão assim não pela riqueza material, mas sim pela riqueza espiritual (serão os mais sábios entre os sábios, os pios entre os pios e os mais dedicados às necessidades de seu povo e à proteção do mesmo), pois para que o governante alcance essa importante posição serão necessários anos de dedicação ao estudo da filosofia e de serviços prestados ao Estado. Para Sócrates, os governantes virão necessariamente da casta dos guardiões, que seriam os mais preparados para viver a plenitude do desapego material, pois eles nada têm que lhes pertençam (os guardiões deveriam viver em uma casa comunal, onde dividiriam tudo, inclusive as mesmas mulheres e os mesmos filhos, e tanto as mulheres quanto os filhos seriam também guardiões). Além disso, diz que somente aqueles guardiões que alcançarem grande desenvolvimento na área filosófica é que poderão se tornar os governantes de fato, pois o bom governante é aquele que cuida da felicidade de seu povo e zela para que

as leis sejam cumpridas. Essa alusão ao “rei-filósofo” é quase uma afirmação de que Sócrates, mais do que um filósofo (o maior de todos, segundo demonstra Platão), mais do que um excelente guerreiro (Sócrates foi condecorado como grande guerreiro) é ele mesmo o protótipo do “rei-filósofo”.

Sobre as classes/castas, Sócrates diz que devem possuir determinadas qualidades: “sabedoria, coragem e moderação para os chefes; coragem e moderação para os guardas; moderação para o povo” e, para todos “a justiça” (PLATÃO, 2000, p. 133). A conclusão do que é a justiça, para Sócrates, pode ser exemplificada pela passagem a seguir:

[...] a justiça significa guardar apenas os bens que nos pertencem e em exercer unicamente a função que nos é própria [e a injustiça seria causada pela] confusão entre as três classes [que] acarreta para a cidade o máximo de deterioração e, como toda a razão, pode-se considerar essa desordem o maior dos malefícios (PLATÃO, 2000, p. 133).

Com isso, pode-se concluir que Sócrates é contra a mobilidade social, que é algo bastante presente não só em nossa cultura, como também na cultura da Atenas de sua época.

Ainda refletindo sobre como se dá o trabalho de governar ao mais apto e não ao mais rico (uma crítica não só a Atenas, que vivia uma democracia governada por demagogos, mas também a outras cidades governadas por oligarquias, cujo governo está nas mãos de uma pequeníssima minoria de ricos e bem nascidos, que nem sempre são os mais aptos a governar), Sócrates cria a imagem do navio, demonstrando que o mais apto a governar o navio é o marinheiro mais experiente e não o mais rico ou o mais jovem e ambicioso (livro VI). Também, com a imagem da caverna, no livro VII, Sócrates ilustra a criação do verdadeiro guardião/rei-filósofo, que é aquele que se liberta das correntes que o prendiam à caverna e ao mundo das aparências, sai da caverna, vê a luz (o mundo filosófico) e retorna à caverna para guiar o povo para essa luz, que seria a verdadeira filosofia e a verdadeira justiça. O livro VII é todo dedicado a essa discussão.

Já o livro VIII trata da diferença entre o governo idealizado por Sócrates, a Aristocracia, em relação a outros quatro governos, colocados em ordem decrescente em relação à quantidade de justiça: a timocracia (governada por aqueles que

ambicionam não a justiça suprema, mas muito mais a honra, ainda que deixem a cidade quase tão una quanto a Aristocracia), a Oligarquia (governada por aqueles que dão mais valor à riqueza do que a honra, e que acabam separando a cidade em duas: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres, sendo que uma conspira contra a outra), a democracia (que se dá quando os pobres derrubam os ricos e, feito isso, assumem o poder, criando uma sociedade diversificada e confusa) e, por fim, a tirania (que nasce da confusão da democracia, que não aceita nenhuma autoridade, até chegar a determinado grau de confusão que somente um tirano seria capaz de colocá-la em ordem novamente, porém o tirano não é um rei-filósofo, mas tão somente o pior dos cidadãos, aquele que, no final das contas, acaba por escravizar todo o povo, porque o teme, e o temendo, torna-se o mais infeliz dos homens).

No livro IX é discutido o caráter do tirano e as características da tirania (uma continuidade do livro anterior). O tirano é mostrado como um mimado e totalmente injusto, o que demonstra que a boa educação é que muda o caráter do tirano, pois, para Sócrates:

[...] na vida particular, e antes de chegarem ao poder, esses homens não se comportam da mesma maneira? Em primeiro lugar, vivem com pessoas que são para eles adutores prontos a obedecer-lhes em tudo ou, se têm necessidade de alguém, cometem baixezas, atrevem-se a desempenhar todas as funções para lhes demonstrarem a sua dedicação, com o inconveniente de se recusarem a conhecê-lo, uma vez alcançados os seus fins. [...] Não serão jamais amigos de ninguém, e sim déspotas ou escravos quanto à liberdade e à amizade autênticas, pois um caráter tirânico não aninha em seu íntimo tais sentimentos. [...] Assim, é com razão que lhes chamamos homens sem fé. [...] E injustos até o último grau, se falamos acertadamente, a propósito da natureza da justiça. (PLATÃO, 2000, p. 297)

Outras discussões dizem respeito aos três tipos de homens e à alma tripartida. Para começar a discussão, Sócrates coloca que há três tipos de homens: o filósofo, que é aquele que busca o saber e a verdade; o ambicioso, que busca a honra, e o interesseiro, que busca a riqueza (PLATÃO, 2000, p. 304). Sócrates conclui que o filósofo é o único que pode “gozar o prazer que a contemplação do Ser proporciona” e, além disso, é aquele que possui as qualidades de um bom governante “o raciocínio é o principal instrumento do filósofo” que também deve ser mais velho, pois um bom filósofo necessita, além do raciocínio, também de

“experiência e sabedoria” (PLATÃO, 2000, p. 306) aquele que deve governar a sua cidade perfeita. Por fim, Sócrates conclui que sua república não é terrena e nem atual pois:

talvez haja um modelo no céu para quem quiser contemplá-lo e, a partir dele, regular o governo da sua alma. Aliás, não importa que essa cidade exista ou tenha de existir um dia: é somente às suas leis, e de nenhuma outra, que o sábio fundamentará a sua conduta. (PLATÃO, 2000, p. 319)

A sua cidade, governada pelo verdadeiro sábio, o rei-filósofo, é supra-terrena e não está em lugar algum (u-não/topos-lugar), é um não-lugar, uma utopia.

A última parte de *A república* é o livro X, e é nele que há uma nova e mais contundente crítica às artes imitativas e aos imitadores (pintores, poetas, etc). Nessa parte, Sócrates critica não só os poetas e outros artistas que se consideram criadores e capazes de conhecer tudo no mundo e na vida (ou pelo menos ele diz que eles assim se consideram), como também aqueles que acreditam que tais artistas são capazes de conhecer tudo o que colocam em seus textos (poéticos, pictóricos). Para o filósofo, os poetas são meros imitadores da vida, e chega, inclusive, a dizer que eles nada sabem de nada, apenas fingem sabê-lo e que só são capazes de enganar os ignorantes e as crianças. Além disso, ainda diz que esses imitadores imitam tão somente o que há de pior na natureza humana (já que isso é mais fácil), e jamais alcançam a verdade das coisas. Homero e Heródoto são colocados como artífices de mentiras e “criadores de fantasmas” e não “de seres reais” (PLATÃO, 2000, p. 326). Por fim, coloca que Homero não tinha “o poder de conhecer”, mas apenas “o de imitar” (PLATÃO, 2000, p. 327). Para completar seu desprezo às artes imitativas, diz Sócrates da poesia que o que de mais receoso que existe nela “é, sem dúvida, a capacidade que tem de corromper, mesmo as pessoas mais honestas, com exceção de um pequeno número” (PLATÃO, 2000, p. 335), pois a poesia faz com que os sentimentos mais perigosos (o amor descabido, a cólera e todas as paixões da alma)

reinem sobre nós, quando deveríamos reinar sobre elas, para nos tornarmos melhores e mais felizes, em vez de sermos mais viciosos e miseráveis (PLATÃO, 2000, p. 336).

Sócrates conclui que “foi a razão” que os obrigou a banir a poesia de seu Estado perfeito, mas que abriria uma exceção caso:

a poesia imitativa puder provar-nos com boas razões que tem o seu lugar numa cidade bem policiada, vamos recebê-la com alegria, porquanto temos consciência do encanto que ela exerce sobre nós, mas seria ímpio trair o que se considera a verdade [e para que isso aconteça é preciso que] seus defensores que não são poetas, mas que amam a poesia, falem por ela em prosa e nos demonstrem que não é apenas agradável, mas também útil, ao governo dos Estados e à vida humana. E iremos ouvi-los com boa vontade, visto que será proveitoso para nós se ela se revelar tão útil quanto agradável” (PLATÃO, 2000, p. 337).

Para Sócrates e seus interlocutores, alcançar o Estado perfeito e se tornarem bons é:

um grande combate [, por isso,] nem a glória, nem as riquezas, nem a dignidade, nem mesmo a poesia, merecem que nos deixemos resvalar para o desprezo da justiça e das outras virtudes (PLATÃO, 2000, p. 338).

A continuidade do diálogo é a discussão sobre a imortalidade da alma e a reencarnação. Sócrates, através de argumentos e de mais um mito, tenta provar não só que a alma é imortal e que o Estado que ele cria “no mundo das ideias” é feito de pura justiça, a ponto de só existir “um modelo igual no céu”. A metafísica do Estado socrático/platônico, a sua forma utópica/distópica fica, desse modo, bastante clara. Poderíamos, com o estudo dessa obra fazer uma analogia aos Estados atuais e mesmo as religiões atuais e as mais antigas, posteriores à Platão, principalmente a ICAR,⁷² o, que, infelizmente, foge ao escopo deste trabalho.

Tendo tudo isso em vista, parece já possível fazer algumas seleções discursivas (SD) mais representativas desse Estado utópico/distópico. Essas SD serão apresentadas no quadro a seguir:

72 ICAR – sigla que significa: Igreja Católica Apostólica Romana.

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
SDA: (...) é necessário tornar as relações muito freqüentes entre os homens e as mulheres de elite, e, ao contrário, bastante raras entre os indivíduos inferiores de um e outro sexo; além do mais, é necessário educar os filhos dos primeiros, e não os dos segundos, se quisermos que o rebanho atinja a mais elevada perfeição: e todas estas medidas deverão manter-se secretas, salvo para os magistrados, a fim de que, tanto quanto possível, a discórdia não se insinue entre os guerreiros. (p.162)	EUGENIA CONTROLE SOCIAL CONDICIONAMENTO	É necessário controlar as inseminações, as cruzas entre seres humanos de raças superiores, porém somente uma pequena parte dos cidadãos deve possuir o conhecimento dessa manipulação genética.
SDB: E não sabes que o começo, em todas as coisas, é sempre o mais importante, mormente para os jovens? Com efeito, é sobretudo nessa época que os modelamos e que eles recebem a marca que pretendemos imprimir-lhes. (p. 65)	CONDICIONAMENTO	é na infância que se inicia o condicionamento para toda a vida.
SDC: Pois uma criança não pode diferenciar uma alegoria do que não é, e as opiniões que recebe nessa idade tornam-se indelévels e inabaláveis. E devido a isso que se deve fazer todo o possível para que as primeiras fábulas que ela ouve sejam as mais belas e as mais adequadas a ensinar-lhe a virtude. (p. 66)	CONDICIONAMENTO CENSURA	a moralidade deve ser aquela que o Estado considerar que é a melhor. O que não servir ao desejos do Estado não deve ser utilizado.
SDD: Estes encarregados levarão os filhos dos indivíduos de elite a um lar comum, onde serão confiados a umas que residem à parte, num bairro da cidade. Para os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto. (p. 163)	EUGENIA CONTROLE SOCIAL	Somente os mais aptos, os homens e mulheres superiores, poderão se reproduzir. E somente suas “crias” poderão voltar à sociedade em que foram autorizados a serem gerados e a viver.
SDE: A educação é, pois, a arte que se propõe este objetivo, a conversão da alma, e que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de o conseguir. Não consiste em dar visão ao órgão da alma, visto que já a tem; mas, como ele está mal orientado e não olha para onde deveria, ela esforça-se por encaminhá-lo na boa direção. (p. 229)	CONDICIONAMENTO	SDF: A educação deve servir para que o educando olhe para o lado que o Estado considerar o melhor. Ela deve ser feita do modo mais fácil e mais eficiente.
SDF: (...) E quando achas que ele lutará contra a dor e lhe resistirá?	CONDICIONAMENTO CONTROLE SOCIAL	O controle do Estado deve ser feito também pelos seus

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
Quando estiver sendo observado pelos seus semelhantes ou quando ficar só, à parte, consigo mesmo? (...) Procurará se dominar mais quando estiver sendo observado. (...) (p. 333)		cidadãos. Aquele que é observado pelos seus semelhantes é mais capaz de controlar suas paixões.
SDG: Então cada um deverá desempenhar a sua função para toda a comunidade. (p.54)	CONDICIONAMENTO CONTROLE SOCIAL	Cada cidadão deve fazer somente um único trabalho.
SDH: De onde se deduz que se produzem todas as coisas em maior número, melhor e mais facilmente, quando cada um, segundo as suas aptidões e no tempo adequado, se entrega a um único trabalho, sendo dispensado de todos os outros. (p. 55)	CONDICIONAMENTO CONTROLE SOCIAL	O trabalho que cada um deve fazer está ligado a sua aptidão “natural”. O indivíduo deve ter somente uma única atividade produtiva.
SDI: Portanto, quanto mais importante é a função de guardião do Estado [<i>classe superior</i>], mais tempo livre exige e também mais arte e aplicação. (p. 61)	CONDICIONAMENTO CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL	Cada classe é constituída de forma diferente.
SDJ: A nós, pois, cumpre procurar os guardas mais fiéis à máxima que prescreve que trabalhemos no que consideramos o maior bem da cidade. E preciso treiná-los desde a infância, lançando-os nas ações em que se pode esquecer-la e ser enganado. Depois escolheremos aqueles que se lembram dela, que são difíceis de seduzir, e excluiríamos os outros. (p. 109)	CONDICIONAMENTO CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL	Os melhores guardiões são aqueles que foram testados e aprovados pelo Estado.
SDK: Temos assim três virtudes que foram descobertas na nossa cidade: sabedoria, coragem e moderação para os chefes; coragem e moderação para os guardas; moderação para o povo. No que diz respeito à quarta, pela qual esta cidade também participa na virtude, que poderá ser? É evidente que é a justiça. (p. 131)	CONDICIONAMENTO CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS	As classes são diferentes. As mais altas detêm mais conhecimento e talvez maiores responsabilidades, as mais baixas são as mais propensas a mera obediência.
SDL: (...) A confusão entre essas três classes acarreta para a cidade o máximo da deterioração e, com toda a razão, pode-se considerar esta desordem o maior dos malefícios. (p. 133)	CONDICIONAMENTO ORDEM SOCIAL DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS	Não deve haver mistura entre as classes. Cada qual deve fazer o que lhe compete.
SDM: Por conseguinte, se compete a alguém mentir, é aos líderes da cidade, no interesse da própria cidade, em virtude dos inimigos ou dos cidadãos; a todas as demais pessoas não é lícito	CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS	Algumas atitudes só são privilégios de algumas classes sociais.

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
este recurso. (p. 79)		
<p>SDN: (...) a lei não se ocupa de garantir uma felicidade excepcional a uma classe de cidadãos, mas esforça-se por realizar a felicidade de toda a cidade, unindo os cidadãos pela persuasão ou a sujeição e levando-os a compartilhar as vantagens que cada classe pode proporcionar à comunidade; e que, se ela forma tais homens na cidade, não é para lhes dar a liberdade de se voltarem para o lado que lhes agrada, mas para os levar a participar na fortificação do laço do Estado. (p. 231)</p>	<p>DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL</p>	<p>A lei é para todos e busca o bem coletivo, não o bem individual. Se o Estado investe no indivíduo é porque o indivíduo deve obedecer ao Estado. Em outras palavras: o Estado é o pai, o cidadão, sempre o filho.</p>
<p>SDO: Portanto, parece-me que precisamos começar por vigiar os criadores de fábulas, separar as suas composições boas das más. Em seguida, convenceremos as amas e as mães a contarem aos filhos as que tivermos escolhido e a modelarem-lhes a alma com as suas fábulas muito mais do que o corpo com as suas mãos.(p. 65)</p>	<p>CENSURA CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS</p>	<p>As fábulas devem servir para ensinar os valores e a moralidade que o Estado considera a correta.</p>
<p>SDP: E vê que ainda não acusamos a poesia do mais grave dos seus malefícios. O que mais devemos recear nela é, sem dúvida, a capacidade que tem de corromper, mesmo as pessoas mais honestas, com exceção de um pequeno número. (p. 335)</p>	<p>CENSURA CONTROLE SOCIAL</p>	<p>A poesia é subversiva por natureza.</p>
<p>SDQ: Declaremos, porém, que, se a poesia imitativa puder provar-nos com boas razões que tem o seu lugar numa cidade bem policiada, vamos recebê-la com alegria, porquanto temos consciência do encanto que ela exerce sobre nós, mas seria ímpio trair o que se considera a verdade. (p. 337)</p>	<p>CENSURA CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL</p>	<p>A poesia só pode ser aceita se for incapaz de subverter a ordem vigente de um Estado. Para que isso não ocorra, é necessário que os censores do Estado estejam muito bem atentos. Somente depois de passar pela censura, é que a poesia pode ter seu lugar em uma sociedade bem controlada.</p>
<p>SDR: E, no que diz respeito ao amor, à cólera e a todas as outras paixões da alma, que acompanham cada uma das nossas ações, a imitação poética não provoca em nós semelhantes efeitos? Fortalece-as regando-as, quando o certo seria secá-las, faz com que</p>	<p>CENSURA CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL</p>	<p>A poesia é subversiva pois imita o que há de pior no homem. A poesia é ou amoral ou imoral, dificilmente moral.</p>

SELEÇÃO DISCURSIVA	ASSUNTO	PARÁFRASE
reinem sobre nós, quando deveríamos reinar sobre elas, para nos tornarmos melhores e mais felizes, em vez de sermos mais viciosos e miseráveis. (p. 336)		
SDS: Não, se tu e todos nós concordamos com o princípio, quando fundamos a cidade, de que é impossível a um único homem exercer satisfatoriamente vários ofícios. (p. 60)	CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL DIVISÃO DE CASTAS/CLASSES SOCIAIS	Um homem só consegue fazer bem uma única coisa. E um homem só deve fazer uma única coisa.
SDT: Portanto está provado que a causa do maior bem que pode acontecer na cidade é a comunidade das crianças e das mulheres e dos guerreiros (p. 168)	CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL	Todos devem pertencer a uma comunidade.
SDU: O que destrói e corrompe as coisas é o mal; o que as conserva e desenvolve é o bem. (p. 339)	ORDEM SOCIAL	O Estado tem o poder de ditar o que é o bem e o que é o mal.
SDV: Pois bem! Não desaparecerão processos e acusações em uma cidade onde cada um só terá de seu o próprio corpo e onde todo o resto será comum? Não decorre daqui que nossos cidadãos estarão ao abrigo das discórdias causadas pela posse de riquezas, filhos e parentes? (p. 168)	CONTROLE SOCIAL ORDEM SOCIAL	Todas as coisas devem ser coletivas. Não deve haver individualismos, nem mesmo famílias. O Estado é composto de um único corpo social

Quadro 2: Seleções discursivas de *A república* e os assuntos de que tratam.

5 COMPARANDO AS SELEÇÕES DISCURSIVAS

Este capítulo tem como objetivo traçar um paralelo entre as SD escolhidas das duas obras aqui trabalhadas. Para facilitar a visualização, *A república* de Platão será abreviada em AR e a obra *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley terá, como já usado anteriormente, a abreviação de AMN.

Antes de partirmos para a análise, é importante destacar algumas diferenças fundamentais entre as duas obras. AR foi escrita há pelo menos 2.400 anos em uma civilização que não conhecemos em pormenores, mas que, apesar disso, é considerada “o berço” da civilização ocidental. Atenas, cidade natal de Platão, teve apogeu e queda nos mesmos séculos em que viveu o filósofo. É dos atenienses que vem a ideia de democracia, embora a deles seja bastante diferente da nossa (a democracia brasileira). Algumas diferenças cruciais são:

1. Em Atenas, o voto era dado somente ao cidadão (que eram poucos: homens, adultos, nascidos no país e possuidores de certas posses. Mulheres, escravos, estrangeiros e jovens não tinham direito ao voto); no Brasil de hoje, o voto é universal (maiores de 16 anos, ambos os sexos, sem distinção de classe social ou posses, também estrangeiros naturalizados têm direito ao voto, ou seja, todos os votos têm o mesmo valor político).
2. Em Atenas, os cidadãos discutiam livremente seus assuntos em plenário público, já no Brasil são os representantes eleitos que fazem essa discussão (vereadores, deputados, senadores).

Também a tecnologia da época de Platão era bastante rudimentar se comparada a da época em que Huxley escreveu AMN; e ainda mais rudimentar, se comparada à nossa época (primeira década do século XXI). Essa diferença é importante para notarmos o quanto a obra de Platão é datada e nos parece um tanto estranha em alguns conceitos. Em relação à genética, por exemplo, o filósofo ateniense recorre a comparações entre homens e animais, sempre trazendo à tona a ideia (eugenia) de cruzar os melhores membros da espécie humana para se evoluir a tal ponto que um dia se chegaria a uma raça de homens perfeitos. Como

na obra distópica de Huxley, também Platão divide os seres humanos em castas/classes sociais, criando ambientes diferentes para cada classe e um controle total do Estado sobre seus cidadãos, que vai desde a concepção (na escolha, pelo Estado, dos casais autorizados e incentivados a procriar) até a escolha da profissão do indivíduo adulto e a ligação dele, até a morte, com sua identidade presa a sua profissão e a sua classe social. Tanto em AR quanto em AMN, temos o que chamamos de superespecialização: cada indivíduo deve ser responsável por um único trabalho e ser superespecializado nessa única atividade. Em AMN, temos um controle ainda maior (o que se deve à tecnologia extremamente avançada) da concepção, que é feita totalmente *in vitro*, ou seja, de forma artificial – totalmente controlada em laboratório. Também é no laboratório que todo o “destino social” do indivíduo é programado: Alfas ou Ípsilons, serão Alfas ou Ípsilons até o fim de suas vidas. O Estado totalitário de AMN impede, de todas as formas, a mobilidade social, tanto é assim que, tirando os Alfas e Betas, todas as outras classes inferiores são destituídas, inclusive, de inteligência e até de um mínimo de vontade própria.

Em Platão, a mobilidade social também é proibida, porém o condicionamento não fica muito claro, pois o autor dá apenas a ideia de que os filhos dos “indivíduos superiores” receberão uma educação à sua altura, porém os filhos de indivíduos inferiores serão levados “a paradeiro desconhecido”, ou seja, a utopia de AR é a de um mundo composto somente de cidadãos perfeitos (perfeitos guardiões, guerreiros, lavradores, artesãos, etc), porém, em AMN, os semi-aleijões Ípsilons (a classe mais inferior, quase totalmente destituída de inteligência) possuem sua importância social vital ao estabelecimento da ordem, pois são eles que fazem o serviço mais perigoso e mais sujo que nenhuma outra casta faria. Pode-se afirmar que Platão pretendia criar uma ordem através de homens perfeitos, uma civilização composta tão somente de Alfas, mas que em AMN, um universo mais verossímil, a separação entre castas é mantenedora da ordem social. De certa maneira, AR faz parte do passado ficcional de AMN, pois na discussão de Mustafá Mond e o Selvagem John é revelado que a tentativa de uma ilha composta tão somente de Alfas (seria uma alusão direta à AR?), foi um experimento fracassado, pois nenhum Alfa queria fazer o serviço de um Beta, Gama, Delta ou Ípsilon.

Ainda relativo à tecnologia, em AMN as doenças e a velhice (também considerada uma doença) foram erradicadas. Para a melancolia, para uma possível

depressão, há muitas distrações coletivas, o sexo livre e o soma, a droga perfeita. Em AR, esses aspectos (a doença e a velhice) não são discutidos. Platão não consegue ultrapassar, em imaginação, a tecnologia de sua época. Para Platão, o condicionamento puro e simples, a defesa arraigada das tradições, o conservadorismo seria o caminho para o que ele chama de justiça e felicidade coletivas. Platão não pensa que sua república poderia fracassar. Já em AMN, mesmo Huxley nos apresentando a criação de um aparato de controle totalizante, ainda assim é nos apresentada uma solução final para casos que fogem totalmente ao controle do Estado: o exílio. Em AMN, quem não consegue de forma alguma se adaptar à sociedade é mandado para alguma ilha onde acabará por viver com outras pessoas que não se adaptaram, tornando-se, dessa forma, um indivíduo. O cidadão de AMN permanece na sociedade, porém o indivíduo é expulso para viver o esplendor e a miséria de ser uma individualidade entre outras individualidades. Ao que parece, Huxley acreditava que haveria sempre alguém (mesmo que uma minoria) capaz de resistir aos condicionamentos do Estado. Platão, ao contrário, crê na perfeição de sua república teórica.⁷³

5.2 COMPARANDO AS DUAS OBRAS

O procedimento comparativo será feito através de um quadro. O quadro a seguir é dividido em sete linhas ligadas a determinados assuntos já apresentados no Quadro 1 (páginas 84 a 88) e no Quadro 2 (109 a 112). Na primeira linha, por exemplo, fazemos uma análise das SD anteriormente apresentadas e parafraseadas nos capítulos anteriores, e que têm a ver com o assunto “condicionamento social”. A análise feita dentro dessas linhas é composta de alguns apontamentos meus que buscam compreender o significado das SD escolhidas, ou seja, nesse novo Quadro (3) há a minha interpretação sobre essas SD. Esses comentários são um modo de interpretar as SD para que fique clara ao leitor a posição que *eu* assumo enquanto

⁷³ Isso somente até a criação de AR. Em *As leis*, obra da velhice de Platão, uma outra sociedade é teorizada e discutida de uma forma muito mais detalhada e verossímil que em AR. Pode-se dizer que AR é a utopia platônica, o germe de *As leis*, mas é nessa última obra que Platão alcança um grau mais verossímil de teorização política.

analista do discurso e analista literário (posição que *não* é, de modo algum, neutra).

ASSUNTOS DAS SD DE AR E AMN E COMENTÁRIOS ACERCA DELES
CONDICIONAMENTO SOCIAL
<p>Essas SD colocam que o Estado deve gerir a a vida do cidadão desde sempre, inclusive escolhendo quem deve nascer e por quais meios deve ser concebido. Em todas elas é possível afirmar que os indivíduos não passam de animais bem treinados, condicionados para uma vida considerada perfeita por outros, ou seja, por aqueles que detêm o poder. A felicidade é algo criado pelo condicionamento desde a concepção. Não há espaço para questionamentos, nem para a livre escolha, pois tudo em que o indivíduo acredita é aquilo em que o Estado quer que ele acredite. Fazer o que se deve é algo tão naturalizado pelo Estado que é quase impossível aos cidadãos perceberem que estão sendo assujeitados/manipulados. O discurso dominante é aquele vindo do Estado. O cidadão deve apenas ser mantido na linha. A naturalização do discurso dominante é total. O Estado controla o cidadão desde sempre. O Estado deve suprir todas as necessidades dos seus cidadãos. O Estado é o pai, e o cidadão deve ser um filho agradecido e obediente.</p>
DIVISÃO DO TRABALHO
<p>Platão, ao que parece, é um dos criadores da ideia do trabalho em série. Nas SD escolhidas, é possível afirmar que produtividade, gestão de tempo e de pessoal (ideias muito usadas nos dias de hoje) são ideias que servem para o bem-estar da coletividade.</p> <p>As SD retiradas da obra de Huxley reforçam a importância do trabalho em série e dessa produtividade altamente controlada pelo Estado. Aqui essa standardização chega ao extremo, pois os trabalhadores não devem ser só iguais, eles devem ser exatamente iguais e trabalhar em máquinas completamente idênticas. Em outras palavras, a máquina humana é perfeitamente criada para trabalhar com outra máquina, a inumana.</p> <p>As SD, tanto as retiradas da obra de Platão quanto as de Huxley, reforçam a ideia de que o Estado deve gerir toda a vida do indivíduo para que este seja útil ao Estado, ou seja, o indivíduo deve servir ao Estado e não o contrário (Democracia?).</p>
EDUCAÇÃO PARA A VIDA SOCIAL
<p>Essas SD demonstram as ilusórias liberdade e felicidade que o Estado dá ao indivíduo. Nelas, a persuasão e a lógica do prazer de participar de um grupo, mesmo que num lugar social fixo, deve ser encorajada desde sempre.</p>

Também é possível afirmar que a crença não deve ser algo muito pensando, mas sim algo construído através de métodos de ensino que sejam eficazes para fazer com que o cidadão aceite seu lugar na ordem social e jamais o questione. Outro ponto em comum entre essas SD diz respeito ao fato de que servir ao Estado, ao *status quo*, deve ser algo prazeroso. Com isso, pode-se dizer que o escravo do Estado e da coletividade jamais deve perceber suas correntes, sua sujeição – seu assujeitamento deve parecer algo natural.

ORDEM SOCIAL IMUTÁVEL

Todas essas SD revelam que os Estados de AMN e de AR são estados totalitários. Nesses lugares, o indivíduo deve obediência ao Estado que o cria e o educa estritamente dentro de seus ideais. O Estado e o condicionamento dos indivíduos não devem jamais dar espaço para controvérsias ou rebeldias, e nem mesmo para novidades que possam desestabilizá-lo. A manutenção da ordem vigente, do *status quo*, é a lei que deve ser seguida sem questionamentos.

DIFERENÇAS ENTRE AS CASTAS – PRIVILÉGIOS DE CLASSES

Essas SD demonstram o controle do Estado sobre grupos de indivíduos: as classes sociais ou castas. Nessas SD, há a diferenciação entre as classes e a ideia de que cada uma delas é necessária e importante ao Estado se, e somente se, não ultrapassarem suas limitações e os privilégios de classe. O maior perigo de o Estado ser destruído é justamente o fato de alguns indivíduos tentarem modificar seu destino. Para que o Estado permaneça, cada um deve ficar no seu devido lugar. A ordem social tem como base um estado de classes/castas imutáveis.

CENSURA

Essas SD revelam que, aqui, a palavra poesia, e mesmo a palavra arte, pode ser trocada por uma ideia mais ampla de mídia em geral. E essa mídia deve ser controlada pelo Estado, em nome de uma estabilidade que não deve jamais acabar, que deve ser conservada a todo custo. Para que a estabilidade seja mantida, é preciso manipular tudo aquilo que possa mexer com os sentimentos humanos. É necessário controlar o que pode modificar o comportamento humano que o Estado prega. É preciso, mais que tudo, impedir que os cidadãos reflitam sobre o mundo em que estão inseridos. Eles devem tudo aceitar, e jamais questionar nada que lhes é imposto. Em outras palavras, para que isso aconteça, o controle sobre a mídia deve ser do Estado, pois é através dela que se tem o controle sobre os sentimentos dos cidadãos, sobre os seus gostos e também a atenção deles em seus momentos de lazer, ou seja: é preciso controlar tudo, inclusive o que o cidadão vê, ouve, sente e percebe.

Ordem é controle. Controle é ordem. E quem deve ordenar e controlar a tudo e a todos é o Estado. Em

suma: só deve haver uma única verdade total: a do Estado.

BUSCA DA ESTABILIDADE SOCIAL

Essas SD apresentam o caráter comunal desses Estados. Tudo deve ser coletivo e dividido, pois, sem a possibilidade de posses pessoais, não há o que se desejar para si. O que as SD dizem é que cada cidadão deve fazer sua parte para o bem comum, para a coletividade. Ninguém deve desejar o que é proibido pelo Estado. A segurança do Estado, a manutenção, a conservação do *status quo*, depende de uma organização comunal em que cada um faz o que deve ser feito, o que foi condicionado a fazer. O cidadão não é um indivíduo, mas sim uma célula do corpo social. O que ele deseja para si é aquilo o que o Estado desejou para ele. A felicidade individual não existe, ou se existe, está diretamente ligada à estabilidade social.

Quadro 3: Comparação entre as SD de AMN e AR. Análises das SD apresentadas.

O Estado totalitário é o ponto em comum entre as duas sociedades descritas nas obras aqui apresentadas. As sociedades de AMN e de AR tem como base a superespecialização, o condicionamento do indivíduo, o conservadorismo e a verdade única e inquestionável. Em ambos cenários, o indivíduo possui uma identidade construída pelo Estado e por seus interesses de a tudo controlar. Estamos diante de duas utopias/distopias que tem como base principal o superordenamento, ou seja, ambas se igualam por aplicarem a ordem total sobre toda a sociedade. Nesses lugares, não há lugar para o caos, mas tão somente para uma ordem eterna, imutável e total.

Com a análise das SD apresentadas nos Quadros 1 e 2 feita no Quadro 3, chamaremos de “FD do Estado Totalitário” os fragmentos discursivos de que as SD dos Quadros 1 e 2 fazem parte. Essa formação discursiva (FD) foi muito usada durante, principalmente, o século XX. Mais uma vez chamamos a atenção para o pensamento de Zygmunt Bauman sobre a questão da modernidade que, como bem apontado pelo autor, teve seu ápice no chamado “Holocausto”. Bauman, em sua obra *Modernidade e holocausto* (e também em *Modernidade líquida*, entre outras obras) chama-nos a atenção para a metáfora do jardim. Segundo o autor, o bom jardineiro é aquele que cuida bem do seu jardim, cultivando as boas plantas e se livrando das ervas daninhas. É aquele que prepara bem o terreno, seleciona as

sementes e cuida para que as boas plantas cresçam fortes. É aquele que protege as plantas dos perigos das intempéries. O bom jardineiro é o bom Estado, porém nem sempre o Estado é bom. Às vezes, a busca pela ordem total, a busca por uma ordem fabril, a busca por uma ordem qualquer, leva a uma ditadura velada, a um autoritarismo, a um controle total sobre o indivíduo. Todos sabemos que quando nascemos, o mundo já está aí, pronto. O mundo é a terra onde somos plantados, o jardineiro é o Estado. Em uma democracia, plantas diferentes crescem, há uma (nos dizeres de Sócrates em AR) “colorida diversidade”, porém, se o que se procura é a ordem total, o Estado torna-se totalitário – e o controle sobre o indivíduo, a nova planta que virá, deve ser total. O bom jardineiro de um Estado Totalitário é como o rei-filósofo platônico, ou como a sua grande Forzeza Mustafá Mond: é ele quem escolhe as sementes que devem germinar em seu campo, as plantas que devem crescer, como e onde elas devem crescer. É ele quem cria a ordem no seu jardim. É ele o jardineiro fiel: fiel aos princípios de uma ordem pré-estabelecida, que deve ser uma única e total (e que deve ser reproduzida). O regime totalitário surge dessa necessidade de certos indivíduos, que se comprometem em repetir velhos discursos de pura ordem, para que um certo *status quo* se estabeleça e perdure. AR é uma obra de filosofia, a teorização de um mundo ideal na visão de seu autor: Platão. AMN é uma obra literária que também teoriza uma utopia, um mundo perfeito para certas personagens e pessoas, porém imperfeito, totalitário, o excesso de ordem nos dizeres de seu autor Aldous Huxley. O nazismo, o comunismo e outros ismos são teorias já colocadas em prática durante o século XX (e antes também, se pensarmos em outros ismo – cristianismo, islamismo). E são teorias que têm muito em comum, sendo que sua principal característica é o discurso totalitário que possuem, a pretensão de possuírem uma única e incontestável verdade.

A literatura, como dizem e repetem alguns teóricos, e como também eu repito, é uma reprodução da realidade, uma imitação, uma mimese do real, com os confrontos de sentidos que há nesse real. É ela, quem, no final das contas, cria e recria o mundo; é ela quem também tem com uma de suas funções discutir esse mundo. Platão e Huxley discutiram o mundo em que viveram. Platão e Huxley criaram mundos hipotéticos e ficcionais. Platão e Huxley viram o que o mundo era e o que poderia se tornar. Platão e Huxley podem ou não gostar do que viram e do que poderiam ver. Utopia e Distopia são termos que parecem se contrapor,

entretanto, pode-se afirmar, são os dois lados de uma mesma moeda, são a mesma coisa olhada por olhares diferentes.

O objetivo desse trabalho foi o de analisar duas obra representativas sobre o tema utopia/distopia. Em nossa caminhada teórico-analítica, descobrimos o que há de comum entre esses temas: ambos estão ligados a uma mesma FD: a FD do Estado Totalitário. Atualmente vivemos em um Estado Totalitário. Muitos dos discursos que reproduzimos, nos iludem, nos escondem as grades que estão a nossa volta. Nesse Estado, as grades podem parecer flexíveis, mas, ainda assim, são grades... de uma prisão.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Globo, 2007.
- CANDIDO, Antonio. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, [1970?]
- CAMPANELLA, Thommaso de. **A cidade do Sol**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- FILHO, Nelson Rodrigues. Saramago e o Romance Histórico. **Revista SemeaR 1**. Disponível em < http://www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/1Sem_11.html > Acesso em: 12 out. 2006.
- GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo: Ática, 1991.
- HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. **Retorno ao Admirável Mundo Novo**. [s.l.]: Hemus, [19--]
- _____. **A Ilha**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- INDURSKY, Freda. Da Heterogeneidade do Discurso à Heterogeneidade do Texto e suas Implicações no Processo da Leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo. **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educad, 2001.
- JAGER, Werner. **Paideia: A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- KOTHE, Flávio R. **O Herói**. São Paulo: Ática, 1985.
- LONDON, Jack. **O Tão de Ferro**. São Paulo: Exposição do Livro, [19--].
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MORUS, Thomas. **A Utopia**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [199-]
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso**. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez e Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **As formas do Silêncio**: No Movimento dos Sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Nacional, 2007.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Semântica e Discurso**: uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PLATÃO. **As Leis**. São Paulo: Edipro, 1999.

_____. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

_____. **Timeu**. Lisboa: Europa-America, 1969.

_____. **Górgias**. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. **Fedro**. Lisboa: Guimarães, 1986.

_____. **O banquete**. São Paulo: Atena, 1956.

_____. **A Apologia de Sócrates**. [São Paulo]: Athena, [1950?].

_____. **Diálogos II**: Fédon, Sofista, Político. São Paulo: Ediouro, 1996.

_____. **Platão**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, [19--].

REUTER, Yves. **A Análise da Narrativa**: O texto, a ficção e a narração. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira fechada, de Cyro Martins. 2004. 357f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, RS, 2004.

STONE, Ian F. **O julgamento de Sócrates**. São Paulo: Schwarcz, 2005.

TROCCHI, Anna. Temas e Mitos Literários IN: GNISCI, Armando (Org.). **Introducción a la literatura comparada**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **A Gramática do Decameron**. São Paulo: Perspectiva, [1970?]

ZAMIATIN, Evgueney. **A muralha verde**. São Paulo: GRD, 1962.

WELLS, H. G. **A Máquina do Tempo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.